

# Manual Interdisciplinar de Proteção, Gestão e Comunicação do Patrimônio Cultural

Volume II

**GESTÃO**



Erasmus+



---

# **Manual Interdisciplinar de Proteção, Gestão e Comunicação do Patrimônio Cultural**

## **Volume II**

## **GESTÃO**

---

**Desenvolvido no projecto**

**Edugame: Ferramentas Educativas Inovadoras para a Gestão da  
Proteção Patrimonial – gamificação no processo educativo**

**Co-financiado pelo Programa Erasmus + da União Europeia**

**Projects Ação-Chave 2: Projetos de Parceria Estratégica**



---

# Manual Interdisciplinar de Proteção, Gestão e Comunicação do Patrimônio Cultural

## Volume II

### GESTÃO

---

#### *Índice*

<i>GESTÃO DE UM SÍTIO HISTÓRICO .....</i>	<i>3</i>
<i>CASO DE ESTUDO - O Conjunto do Castelo em Janowiec .....</i>	<i>44</i>
<i>CASO DE ESTUDO - O Museu Casa de Dante .....</i>	<i>64</i>
<i>CASO DE ESTUDO - A Fundação Parque Côa .....</i>	<i>96</i>

***GESTÃO DE UM SÍTIO HISTÓRICO***

**Capítulo EDUGAME HANDBOOK**

**por**

**Universidade de Tecnologia de Lublin**

## **1. Gestão de um Sítio Histórico**

A gestão de um local histórico deve ser uma actividade que englobe todos os aspectos tangíveis e intangíveis da realidade em que o local está localizado e funciona. No entanto, não é possível gerir, ou mesmo apenas analisar, um todo tão complexo. Por conseguinte, é necessário concentrar-se nos aspectos que são cruciais para a preservação e utilização do monumento e que, ao mesmo tempo, estão dentro do âmbito de actividade do gestor.

Tendo em conta as principais tarefas e problemas de um gestor de monumento - protecção, gestão, utilização, três áreas problemáticas podem ser distinguidas, dentro das quais o gestor deve recolher informações e empreender acções.

A primeira área é a caracterização geral do monumento, que deve incluir informação chave sobre o sítio no que diz respeito à sua propriedade, características técnicas, gestão e condições operacionais. Esta caracterização deve incluir informações importantes para a gestão do monumento, com excepção de informações relativas aos seus sistemas de conservação e gestão.

A segunda área é o sistema de preservação e gestão do sítio histórico. Esta área deve analisar as soluções actuais e identificar problemas relacionados com a gestão e protecção do monumento. Nesta base, devem ser propostas soluções para melhorar estes sistemas.

A terceira área é a utilização do monumento. Este termo amplo implica a utilização com base nos valores históricos do monumento e em todas as outras funções utilitárias que o monumento pode desempenhar como objecto (sem relação directa com os valores históricos).

A caracterização e análise da situação nestas três áreas é, ao mesmo tempo, a seguinte a base para identificar os problemas que devem ser resolvidos pelo gestor do monumento. A análise da informação recolhida deve também ser a base para propor soluções para os problemas identificados. Esta é também a tarefa do gestor do monumento. A recolha de informação, identificação de problemas e desenvolvimento de soluções são a soma total das acções necessárias que devem ser realizadas no âmbito da gestão de monumentos e devem ser apresentadas em Planos de Gestão - documentos que devem ser desenvolvidos para assegurar a protecção e utilização adequadas dos monumentos.

## **1.1. Caracterização geral de um monumento**

A primeira área que requer identificação e recolha de informação é a caracterização global do monumento. Esta caracterização deve primeiro incluir informação que apresente o monumento como um objecto com parâmetros específicos, existente sob condições específicas que determinam a possibilidade da sua proteção e utilização. Trata-se, portanto, de uma caracterização do objecto e do contexto em que este existe. Em segundo lugar, é necessário caracterizar os valores históricos do monumento histórico. A determinação precisa do valor do monumento e dos seus suportes materiais é a base para definir o objecto de proteção e o alcance de uma possível interferência com o monumento. Em terceiro lugar, a condição técnica global do monumento deve ser caracterizada. Esta é uma base óbvia para o planeamento de obras de conservação, os seus custos e datas de conclusão.

### **1.1.1 Características de um monumento e as condições do seu funcionamento**

A caracterização do monumento deve incluir os elementos e aspectos essenciais, importantes para a representação do bem, principalmente como um edifício existente numa determinada realidade. As características incluem, em primeiro lugar, informação histórica, administrativa e de localização, descrição da forma material do monumento e uma série de informações relativas ao seu funcionamento contemporâneo.

O primeiro grupo de informações deve ser os dados relativos à história do monumento. Nos locais históricos, a quantidade de informação relacionada com factos, pessoas e eventos a eles associados pode ser muito grande. Do ponto de vista da gestão, nem todos eles são significativos. Em vez disso, dois grupos de informação são importantes. Primeiro, a informação sobre eventos e figuras-chave que estavam directamente relacionados com a história do sítio é importante, especialmente se tivessem um valor histórico mais amplo. Os eventos e as pessoas associadas a um sítio formam o seu contexto histórico, o que explica os seus valores intangíveis. Se os eventos ou pessoas associadas ao sítio tiverem um valor especial (histórico, simbólico, artístico), os

elementos do sítio desse período podem estar sujeitos a uma proteção ou exibição especial.

Na história de um sítio, a informação relacionada com as suas transformações materiais é também importante. A maioria dos edifícios históricos, especialmente os que já existem há mais tempo, foram transformados. Isto deveu-se a mudanças na moda arquitectónica, transformações funcionais, mudanças nas normas, vários tipos de eventos destrutivos (incêndios, guerras, inundações, etc.). Interferências e catástrofes transformaram o objecto, alterando o seu valor. Portanto, é necessário recolher informação sobre a história das transformações do objecto e relacioná-la com os elementos materialmente existentes do monumento. Esta informação é importante para o conceito de preservação do monumento.

O segundo grupo deve incluir informação relativa às características materiais do monumento como um objecto existente contemporâneo. Também neste caso, é necessário escolher a informação que é importante do ponto de vista da gestão.

Antes de mais, é necessário caracterizar o monumento como um objecto. Precisamos de informação sobre a localização, elementos individuais, superfície, volume, número de pisos, lote de terreno em que o monumento se encontra, etc. Esta é a informação básica que o gestor de qualquer edifício necessita.

A informação sobre os proprietários e utilizadores do edifício é também importante para o gestor do monumento. Em alguns casos, estas são explícitas, mas na maioria das vezes há mais parceiros a gerir um monumento - proprietários, utilizadores, gestores. Os seus poderes, objectivos e capacidades podem ser muito diferentes, o que complica a gestão de um monumento histórico. Por conseguinte, é necessário identificar todos os intervenientes que estão directamente envolvidos na gestão de um monumento.

A informação que caracteriza o gestor é também muito importante. As acções do gestor são fundamentais para a proteção e utilização do monumento histórico, pelo que a informação sobre as capacidades do gestor deve ser recolhida. Esta informação inclui a estrutura organizacional da instituição gestora, as suas competências, qualificações, dimensão, possibilidades financeiras e experiência. A recolha e análise desta informação permite avaliar se o monumento pode ser gerido correctamente, que acções devem ser tomadas para melhorar a qualidade da gestão, e quais são as possibilidades de utilização do monumento e de introdução de novas funções.

A informação básica sobre a utilização do monumento também pode ser recolhida e apresentada neste pacote de dados. No entanto, estas devem geralmente ser objecto de uma análise separada e pormenorizada (Secção 3 do capítulo).

O terceiro grupo é a informação que caracteriza o ambiente em que o monumento funciona. A proteção e utilização de um local histórico deve ser determinada pelo seu valor histórico, potencial de utilização, e pelos planos e capacidades do gestor. Na prática, contudo, cada sítio histórico funciona numa realidade cultural, social, económica, jurídica, local, etc. específica. Estes factores determinam grandemente a proteção e utilização de um local histórico. Por conseguinte, é necessário reconhecê-los, caracterizando os elementos mais importantes que podem ser utilizados pelo gestor.

Factores cruciais são as condições económicas e a situação económica do ambiente em que o monumento se encontra. O nível de riqueza dos residentes e a condição do ambiente económico determinam as formas de utilização do monumento e a possibilidade de apoiar a sua proteção. A atractividade turística do meio envolvente, de carácter muito diferente, é também um factor que influencia significativamente a possibilidade da utilização do monumento.

O potencial cultural, social e demográfico do meio envolvente é também importante. Um local histórico numa grande cidade pode ser desenvolvido mesmo para fins culturais de nicho e funcionar bem.

Avaliar a localização de um monumento a uma escala espacial mais pequena pode também ser muito importante. Por exemplo, a localização de um monumento na estrutura da cidade é importante; os distritos centrais, onde existem muitos utilizadores potenciais, são geralmente melhores. Contudo, a acessibilidade de transportes, parques de estacionamento, e a proximidade de outras atracções também são importantes. A importância de tais factores depende da especificidade da função do monumento.

Em geral, a análise da informação relativa ao amplo contexto de um monumento é importante tanto para a sua proteção como para a sua utilização. Deve salientar-se que a informação sobre a situação actual e as acções planeadas é importante (a fonte de informação deve ser os planos e estratégias de desenvolvimento regional).

### **1.1.2. Caracterização dos valores históricos de um local histórico**

A caracterização do valor histórico de um edifício é a base para criar um conceito apropriado da sua proteção e utilização. A caracterização deve incluir informação e análise de todos os parâmetros que são importantes do ponto de vista do estatuto monumental de um objecto. Na prática, significa que é possível definir com precisão



valores históricos de um objecto e parâmetros que caracterizam a sua condição (como monumento), ou seja, autenticidade e integridade. Uma apresentação completa e clara destes elementos é muito importante, pois é a base para determinar o que é objecto de proteção e quais devem ser os limites de interferência com um local histórico.

O assunto da primeira análise é, portanto, valores históricos. Adoptando a perspectiva do gestor do monumento, deve assumir-se que a determinação dos valores monumentais do objecto deve ser levada a cabo pelos serviços de conservação. O estatuto de monumento histórico é concedido a um sítio histórico com base numa decisão formal de uma autoridade autorizada, que o justifique. A justificação da decisão deve indicar os valores que o objecto representa.

A gama de valores que um monumento pode representar pode ser muito ampla. Os valores históricos não são formalmente codificados, embora os conservadores utilizem várias tipologias de valores. Por exemplo, a lei polaca que rege a proteção de monumentos históricos, enquanto define um monumento, indica geralmente o seu valor histórico, artístico e científico. Portanto, em cada caso, os especialistas devem determinar individualmente o valor do monumento. Deve também ser enfatizado que as qualificações e experiência dos especialistas que analisam o monumento são realmente importantes, uma vez que não existem esquemas formais que indiquem como os valores do monumento devem ser identificados.

A determinação do valor de um monumento é de natureza comparativa. Isto significa que o monumento (elemento, característica) a ser analisado é comparado dentro de um grupo de referência apropriado. Esta é a única forma de determinar o valor de um monumento. A avaliação também requer o estabelecimento de critérios com base nos quais a comparação é feita. Outra determinação deve envolver a adopção de uma medida para avaliar os critérios. Estes três elementos devem ser estabelecidos para se fazer um juízo de valor. Tanto a sua determinação como a sua utilização - a realização do processo de avaliação - exigem qualificações especializadas. É maior que se trate sempre de um processo individual.

A avaliação de valores monumentais também requer a sua ligação a portadores de materiais. O portador tangível de valor é um local histórico fisicamente existente ou os seus elementos. Também os valores intangíveis do monumento requerem uma representação específica, uma vez que o monumento é a "encarnação" de tais valores. As relações entre os valores e os seus portadores materiais devem ser estabelecidas, uma vez que o objecto de conservação é o monumento fisicamente existente. As

actividades de conservação visam consolidar, completar e criar uma tal forma do monumento/objecto, de modo a representar os valores históricos na medida do possível. Por conseguinte, a determinação dos portadores de valores materiais deve ser a base para o planeamento das obras de conservação.

A determinação dos portadores de valores materiais é também de importância fundamental para a utilização do monumento. As funções utilitárias modernas requerem geralmente interferência com o monumento, mesmo que a utilização envolva a adaptação menos invasiva. Os gestores do monumento precisam, portanto, de saber que elementos do monumento podem ser transformados em certa medida. Este conhecimento é a base para expandir o programa de utilização, que é agora uma tarefa e um objectivo frequente dos gestores.

Assim, avaliar os valores históricos e identificar os seus suportes tangíveis é muito importante para a preservação e utilização de um monumento. Este processo analítico deve ser realizado por preservacionistas históricos, mas o gestor de um local histórico tem de o compreender. A interpretação da análise de avaliação de um monumento faz parte do seu trabalho quotidiano - todas as actividades que interferem com a forma e substância históricas o exigem. Além disso, os factores que influenciam a avaliação estão a mudar, o que significa que a avaliação dos valores históricos é um processo dinâmico no qual o gestor também deve participar.

A fonte inicial de informação relativa aos valores históricos deve ser a documentação do monumento. Na Polónia, o documento de base é a inscrição no Registo de Monumentos Históricos e a documentação diversa recolhida pelo Oficial de Conservação de Monumentos Históricos da Voivodia (por exemplo, cartões brancos). No caso dos sítios do Património Mundial da UNESCO, é a documentação oficial de nomeação aceite durante a inscrição do monumento na Lista (principalmente a chamada decisão da OUV).

O segundo objecto de análise deve ser a autenticidade e integridade do monumento. Estes dois elementos/parâmetros complementares em conjunto permitem determinar o estado de conservação de um monumento - isto refere-se ao valor do monumento e não ao seu estado técnico, que é avaliado por outros métodos.

A autenticidade é considerada a característica-chave, descrevendo o estado de conservação de um monumento e, ao mesmo tempo, o critério que permite avaliar a correcção dos trabalhos nele realizados. A autenticidade é a avaliação da genuinidade, fiabilidade, identidade do objecto/elemento examinado em relação ao protótipo

aceite. A análise da autenticidade é portanto o exame de um objecto, que consiste em compará-lo com o seu estado original (ao qual foi atribuído um valor).

Tal como no caso da avaliação, a avaliação da autenticidade deve basear-se em critérios que permitam avaliar o monumento em aspectos seleccionados. Na tradição europeia, a autenticidade da forma e da substância era avaliada. No entanto, o processo de alargamento dos critérios levou à adopção do chamado Documento Nara em 1994, que estipulava que a avaliação da autenticidade só deveria ser realizada dentro de um determinado contexto cultural. Dependendo deste contexto, os critérios de avaliação da autenticidade - para além de fóruns e substância - podem também incluir localização, trabalho, material, e outros factores aceites numa dada cultura. Assim, numa escala global, a avaliação da autenticidade foi relativizada, embora no caso de monumentos europeus, a avaliação dos fóruns e da substância seja ainda aplicada principalmente.

A avaliação da autenticidade pode ser realizada em relação a todo o monumento, bem como aos seus elementos individuais. No entanto, não existe um esquema para resumir a avaliação dos elementos individuais, o que permitiria fazer uma avaliação exaustiva da autenticidade do monumento. Nem a soma das avaliações de critérios individuais (parâmetros), à luz dos quais a autenticidade pode ser avaliada. Por outro lado, a autenticidade do monumento histórico existente, a autenticidade das obras de restauro efectuadas (ou previstas) e as alterações da autenticidade em resultado da introdução de funções de utilidade podem ser avaliadas separadamente.

A informação aqui apresentada indica que a avaliação da autenticidade de um monumento pode ser realizada em muitos aspectos. Uma vez que a avaliação da autenticidade envolve a comparação da forma actual do monumento com as suas formas originais, esta actividade requer um conhecimento profundo do monumento em diferentes períodos. Trata-se de conhecimento especializado, que muitas vezes requer a investigação do objecto. Para este fim, os gestores de monumentos necessitam de assistência especializada. Por outro lado, os resultados destas avaliações devem ser conhecidos pelos gestores e tidos em conta na protecção e utilização do monumento.

A segunda característica que reflecte a condição de um monumento do ponto de vista da preservação histórica é a integridade. A integridade é um parâmetro que avalia a completude do monumento. Um monumento integral é um monumento que reteve todos os seus elementos constituintes relevantes para a forma que foi determinada como sendo de valor. Tal como acontece com a autenticidade, a integridade é avaliada comparando a forma actual do objecto com a forma original. E, tal como com a

autenticidade, não são introduzidas medidas de integridade - são utilizadas estimativas de integridade expressas como percentagens.

A avaliação da integridade não é directamente aplicável ao trabalho de conservação rigorosa. Pode, no entanto, fornecer orientações para possíveis restaurações. Um aumento da integridade (integralidade) de um complexo histórico pode justificar o desempenho de restaurações contemporâneas. Por outro lado, a diminuição da integridade é um factor que pode ser útil na avaliação de acções que resultarão na destruição/reformulação, por exemplo, de elementos menos valiosos de um complexo histórico.

Assim, também a avaliação da integridade requer o conhecimento das diferentes fases do desenvolvimento histórico do monumento. Por sua vez, é necessário que o gestor compreenda este parâmetro no planeamento de actividades que transformam o local/complexo histórico.

### **1.1.3 Caracterização do estado técnico de um sítio histórico e das tarefas de conservação**

Uma das tarefas mais importantes do gestor de um monumento é mantê-lo em condições técnicas adequadas. Os monumentos são edifícios que na maioria dos casos desempenham várias funções contemporâneas, pelo que devem cumprir as normas funcionais, técnicas, utilizáveis, estéticas, de segurança e acessibilidade aplicáveis. Por conseguinte, devem ser mantidos em condições técnicas adequadas, controlados e reparados.

Nos edifícios históricos, uma dificuldade adicional surge da necessidade de satisfazer os requisitos de conservação, que podem exceder em muito o nível de manutenção de um edifício comum. Isto deve-se aos requisitos relativos à qualidade dos trabalhos de conservação, aos materiais utilizados, ao ritmo desses trabalhos e, claro, ao custo.

O gestor de um edifício histórico deve, portanto, realizar dois tipos de trabalho - reparação e conservação. Em algumas áreas, estes trabalhos podem sobrepor-se e complementar-se mutuamente. No entanto, a maioria das obras de conservação devem ser tratadas separadamente, realizadas por outros profissionais, com um padrão diferente, e utilizando materiais diferentes. O gestor do monumento deve ter em conta a separatividade destes dois grupos de actividades.

A base da manutenção de um monumento em condições técnicas apropriadas é a sua avaliação regular. A avaliação do estado técnico é uma actividade complexa. Geralmente, o âmbito da avaliação da condição técnica dos edifícios é individual, pois depende de muitos factores resultantes da especificidade do edifício, tais como a sua idade, grau de desgaste, formas e intensidade de utilização, capacidades de investigação, necessidades dos utilizadores, planos de renovação ou adaptação. Por conseguinte, na prática, não é aplicada nenhuma norma de avaliação universal. De muitos elementos de um edifício e parâmetros, que determinam o seu estado técnico, apenas são examinados os necessários numa dada situação. A limitação é também o tempo de teste, o custo e a possibilidade de execução - a avaliação de todos os elementos do objecto é, portanto, uma actividade excepcional. Por conseguinte, na prática da engenharia, não existe um padrão de avaliação global do estado técnico de um objecto.

No entanto, os monumentos constituem um grupo especial de objectos de construção. Distinguem-se por várias características, que são importantes para a avaliação do seu estado técnico. Em primeiro lugar, os edifícios históricos foram construídos há muito tempo, pelo que as soluções técnicas e os materiais neles utilizados normalmente não cumprem os padrões contemporâneos. A passagem do tempo também faz com que os processos da sua deterioração demorem muito tempo, o que resulta no seu considerável avanço. Os monumentos representam valores que justificam o seu estatuto e tratamento especiais. Os objectos que os suportam devem estar em boas condições, o que requer o seu diagnóstico exhaustivo. Finalmente, os edifícios históricos estão adaptados às funções de utilidade moderna, o que requer frequentemente intervenções complexas na substância e na forma do monumento. Assim, é necessária uma avaliação exhaustiva do estado técnico por muitas razões.

Em objectos construídos recentemente, a documentação que inclui uma descrição técnica e desenhos relevantes pode ser utilizada para avaliar o estado técnico. Em objectos históricos, a documentação é geralmente apenas fragmentária ou não existe de todo. Por conseguinte, é necessário preparar a descrição técnica e o inventário dos desenhos como base para a avaliação da condição técnica do monumento. Além disso, à luz dos processos em curso de destruição e transformação do monumento, tal documentação é também tratada pelos conservadores contemporâneos como uma forma de protecção do monumento. Isto dá à documentação um valor adicional e justifica a sua preparação.

Se a documentação do monumento não estiver completa, então, para além da avaliação do estado, é também necessário levar a cabo a descrição técnica. A base para estas actividades é a análise dos materiais de documentação existentes e a inspecção local (da perspectiva do perito) ou a inspecção sistemática do monumento (da perspectiva do gestor). A inspecção local serve o objectivo de recolha e actualização abrangente de informação sobre o estado do monumento histórico. A informação pode ser complementada com investigação realizada in situ e em laboratório (com base nas amostras recolhidas).

Um levantamento sistemático de um monumento envolve assim a recolha de informação de várias formas. Inclui as seguintes actividades:

- entrevistas com utilizadores directos e gestores
- documentação fotográfica detalhada
- fazer (actualizar, complementar) o inventário
- un descoberta de elementos de construção importantes (paredes, tectos, gesso, etc.)
- exame macroscópico de elementos de madeira, paredes, gesso, pinturas,
- recolha de materiais para testes laboratoriais collection of materials for laboratory tests
- documentação de processos destrutivos significativos que ameaçam a segurança do objecto (esboços, notas),

A informação recolhida durante a inspecção do monumento permitirá preparar ou completar a descrição técnica, que os objectos históricos não possuem, mas que é útil na gestão. Tal documento deverá incluir os seguintes elementos:

- características gerais do objecto
- descrição arquitectónica
- descrição estrutural
- descrição dos trabalhos de restauração realizados

A informação recolhida durante as actividades descritas é a base para a avaliação do estado técnico do monumento. A avaliação é geralmente feita dividindo os elementos, agrupando-os de acordo com a divisão na descrição técnica. Isto permite estabelecer a sua hierarquia - para a segurança do monumento e dos seus utilizadores, a avaliação dos elementos estruturais é a mais importante.

A avaliação do estado técnico de um edifício é uma operação complexa que requer competência e experiência de engenheiro de estruturas. Por outro lado, o administrador do monumento deve adquirir informações úteis no planeamento da sua

proteção e utilização. A informação sobre o estado do edifício deve ser a base para os trabalhos de reparação, renovação e manutenção para o gestor do monumento.

A avaliação do estado técnico realizada pelo especialista deve ser detalhada e incluir a descrição dos danos, análise das suas causas e sugestões de reparação. Do ponto de vista da gestão, é igualmente importante avaliar o estado global de elementos particulares da instalação, o que está relacionado com a urgência da intervenção. Normalmente utiliza-se a escala de 5 graus - emergência, insuficiente, suficiente, bom, muito bom. É também possível resumir a avaliação de elementos particulares e determinar a avaliação global do estado do monumento. Tal avaliação é aproximada, mas tem um valor informativo, especialmente útil na avaliação externa do monumento.

A avaliação da condição técnica realizada do ponto de vista da construção inclui toda a instalação. Contudo, deve ser dado um tratamento especial aos elementos significativos para o valor histórico do edifício histórico. A avaliação do estado destes elementos deve ser particularmente cuidadosa. Em muitos casos, requer qualificações especializadas - desde a avaliação do estado dos materiais de construção básicos até à avaliação do estado dos elementos de concepção arquitectónica. A avaliação dos elementos históricos é complicada pelo facto de também não se esperar que o perito indique como preservar (e não substituir) o elemento autêntico. Neste aspecto, a avaliação dos edifícios difere da avaliação da conservação.

Os elementos históricos mais valiosos devem obviamente ser preservados nas melhores condições possíveis. Isto pode exigir trabalhos de conservação especializados. A sua essência é consolidar a forma e substância histórica, protegê-la de factores destrutivos e torná-la mais legível. Nas obras de conservação, ainda mais importantes do que na construção, são as qualificações especializadas dos empreiteiros e a sua conformidade com os princípios da conservação.

Tal como no caso das obras de construção, o gestor deve preparar um plano de trabalho de conservação, tendo em conta, antes de mais, o valor histórico dos elementos individuais e a urgência da obra (o avanço do processo de destruição).

Em resumo, pode dizer-se que a avaliação do estado técnico deve conduzir a um conhecimento abrangente do estado do edifício, do impacto dos factores destrutivos e do conceito de obras de reparação e conservação. A avaliação do estado técnico deve também resultar no desenvolvimento de um plano e de um calendário de obras de reparação e de conservação. A documentação do estado técnico, se for abrangente e

incluir também uma descrição técnica com inventário e documentação fotográfica, é também uma forma de proteção de monumentos.

## **1.2. Sistema de proteção e gestão de monumentos**

A segunda grande área que requer identificação, recolha de informação e desenvolvimento de um plano de acção é o sistema histórico de preservação e gestão. A preservação histórica é frequentemente tratada como uma actividade autónoma centrada na proteção dos seus valores históricos, que é levada a cabo por serviços especializados de preservação. Na prática, contudo, faz parte de actividades muito mais amplas que envolvem muitos interessados, sendo o papel mais importante desempenhado pelo proprietário ou utilizador do monumento. Por conseguinte, a preservação do monumento deve ser tratada como uma parte integrante da sua gestão.

A gestão de um local histórico é a soma das acções tomadas para manter o local pelas várias partes que têm a autoridade e são obrigadas a realizá-las. Estas entidades são geralmente várias, o que resulta da especificidade do monumento. A posição mais importante é ocupada pelo proprietário do sítio, que pode ser o seu utilizador ou gestor. Estas três funções - proprietário, utilizador, e gestor - podem ser combinadas em várias configurações. A segunda entidade importante é o conservador que pode actuar no local de várias formas, desde o acordo e encomenda das obras, passando pelo financiamento das obras, até à tomada de posse do local (em casos extremos). A terceira entidade é o Estado - que faz leis sobre monumentos, e o governo local, que ao seu nível também pode fazer várias leis que afectam directamente o monumento. O Estado e o governo local também podem influenciar a gestão do monumento de outras formas, tais como o financiamento de várias obras. Na prática, pode haver mais entidades a influenciar a gestão, uma vez que esta depende de circunstâncias individuais.

Uma análise do sistema de gestão do monumento deve incluir todos os parceiros que estão envolvidos no processo. Cada um deve ser identificado, avaliado pela sua capacidade de acção, e pela sua participação efectiva no processo de gestão. Esta informação deve ser recolhida e utilizada para criar um sistema de gestão óptimo para um determinado local. Esta tarefa deve ser executada pelo gestor directamente responsável pelo sítio, que é na maioria das vezes o proprietário. Isto significa que a



perspectiva do proprietário pode ser utilizada para analisar o sistema de gestão e os outros parceiros devem ser tratados como partes interessadas no processo de gestão.

A gestão de um monumento deve incluir todos os aspectos relacionados com a sua conservação e utilização. Cada um deles deve ser analisado, avaliado e possivelmente melhorado. Assim, a gestão do património pode também ser definida como as actividades do gestor em que este deve fazer um uso óptimo das oportunidades de apoio externo. Evidentemente, a complexidade dos elementos importantes para a gestão de um monumento varia, dependendo principalmente da escala e função do monumento e das características do gestor. Os edifícios históricos únicos e a maioria dos complexos históricos não formam estruturas complexas do ponto de vista da gestão. Os seus gestores são geralmente pessoas singulares ou pequenas entidades. Por conseguinte, o processo de gestão da maioria dos edifícios e complexos históricos pode ser reduzido a alguns elementos principais a nível analítico (isto não se aplica a complexos históricos de cidades antigas, cuja gestão é um problema complexo).

Do ponto de vista da gestão de um local histórico, os seguintes elementos são fundamentais:

- estatuto formal e legal do objecto
- organização e qualificações da entidade gestora
- financiamento do objecto
- recursos materiais do gestor
- cooperação com as partes interessadas
- utilização do monumento
- manutenção do monumento no seu estado técnico adequado
- proteção de monumentos históricos

As características e a importância dos vários elementos que compõem a gestão de um sítio histórico variam. Alguns problemas podem ser resolvidos directamente pelo gestor de uma forma sustentável, enquanto outros requerem a participação em processos complexos e dinâmicos envolvendo muitos parceiros, muitas vezes independentes do gestor. Este grupo de problemas inclui a proteção dos valores históricos, a colaboração com as partes interessadas, e a utilização do sítio histórico. A sua complexidade requer uma apresentação separada. No entanto, as questões menos complexas podem ser brevemente caracterizadas colectivamente em algumas das formas mais comuns de utilização de monumentos contemporâneos.

### **1.2.1 Formas de utilização e gestão contemporânea de monumentos**

A grande diversidade de edifícios históricos, os seus usos, financiamento, propriedade, etc., exigiria uma separação e análise separada de muitos grupos de edifícios históricos. Isto vai para além do quadro deste estudo. Portanto, em alguma simplificação, podemos distinguir vários grupos principais de edifícios, para os quais é possível criar características comuns, tendo em consideração vários factores importantes para o seu processo de gestão.

#### Objectos que desempenham funções de utilidade pública

Os monumentos definidos como objectos que desempenham funções de utilidade pública são objectos tais como escritórios, escolas, edifícios representativos. A essência da separação deste grupo é a função pública que é desempenhada no edifício histórico.

Em tais edifícios, a função de utilidade pública actual é frequentemente a mesma que a original (por exemplo, uma escola ou uma câmara municipal) ou de alguma forma semelhante (por exemplo, a sede das autoridades de um antigo palácio). Por conseguinte, a realização de tais funções de utilidade não requer uma interferência radical na forma histórica do edifício.

No caso deste grupo de funções, o gestor da instituição localizada no monumento é ao mesmo tempo o gestor do edifício. Assim, as competências do gestor resultam da especificidade do funcionamento da instituição; elas não estão relacionadas com a proteção do edifício histórico. Normalmente estes gestores apreciam a importância do local histórico, mas a sua prioridade é a implementação eficiente da função essencial. Os fundos utilizados para manter um local histórico público são parte do orçamento da instituição. A sua dimensão é, portanto, uma função da condição financeira da instituição (que pode variar muito). A manutenção actual do edifício é normalmente financiada, enquanto são necessários fundos adicionais para as reparações de manutenção.

Os edifícios históricos são, em muitos casos, bons locais para funções públicas. Os gestores compreendem geralmente a necessidade de proteger os valores históricos. No entanto, a prioridade das funções utilitárias significa que tais edifícios requerem uma cuidadosa supervisão da conservação.

#### Objectos ao serviço de funções culturais

Os sítios históricos identificados como instalações que servem funções culturais são principalmente museus de vários tipos e instalações para visitas públicas. Tipicamente, estas instalações são propriedade do estado ou do governo local.

A entidade gestora de tais instalações é nomeada e controlada pelo proprietário.

A forma como tais instalações são geridas é dirigida pelas funções que a instalação se destina a desempenhar. Por conseguinte, a estrutura organizacional das entidades de gestão e as qualificações das pessoas empregadas são normalmente adaptadas às funções específicas desempenhadas. Em muitos casos, os profissionais empregados são qualificados e têm uma compreensão das necessidades históricas de preservação.

Os gestores de tais sítios têm geralmente um orçamento proveniente de fundos públicos que, em termos básicos, cobrem os custos de manutenção diária do sítio, os custos de pessoal, e os custos de realização de actividades estatutárias. Os fundos para grandes obras de conservação devem ser obtidos pelos gestores junto do proprietário do monumento ou de vários subsídios públicos.

Fundos adicionais nos orçamentos dessas instituições (incluindo os destinados a trabalhos de conservação) podem provir de receitas relacionadas com a actividade básica (por exemplo, bilhetes dos visitantes) ou outras receitas relacionadas com o funcionamento dessas instituições (por exemplo, aluguer de salas, publicidade, patrocínios). Os fundos obtidos no âmbito das actividades destas instituições dependem de muitos factores - incluindo a atractividade das instalações, localização, atractividade da oferta do programa, volume de tráfego turístico. Em algumas instalações podem constituir um suplemento significativo do orçamento, no entanto, em regra, não são suficientes para cobrir totalmente os custos de funcionamento de tais instituições.

A implementação de funções culturais em edifícios históricos é geralmente um cenário apropriado para estas funções e é geralmente benéfica para a protecção dos valores históricos do estabelecimento. Os gestores demonstram uma compreensão das necessidades de preservação e dos constrangimentos daí resultantes. As necessidades de preservação são geralmente abordadas nos planos substantivos e financeiros do gestor.

### Objectos sagrados.

Os edifícios religiosos históricos constituem uma parte significativa da colecção de património. Estes são principalmente igrejas de várias denominações, mosteiros, e edifícios de acompanhamento. As igrejas são frequentemente a componente principal

de complexos de edifícios de acompanhamento que desempenham várias funções resultantes do programa destas instituições.

A continuação das funções religiosas é benéfica para a manutenção dos valores históricos dos edifícios históricos. As intervenções modernas limitam-se geralmente a modernizar os edifícios com vários tipos de instalações e equipamentos para assegurar os padrões actuais de utilidade pública.

As associações religiosas são os proprietários dos edifícios religiosos. Estas instituições nomeiam gestores para edifícios individuais, que são geralmente clérigos. Os clérigos não têm formação especializada na administração de edifícios históricos, mas normalmente apreciam o valor destes objectos. Especialmente porque as igrejas católicas, por exemplo, têm um estatuto especial como lugares de liturgia, o que promove ainda mais o respeito por estes lugares. O estatuto dos locais de culto também motiva geralmente os administradores e as comunidades religiosas a manter estas instalações em bom estado de conservação. Dentro das estruturas da Igreja Católica na Polónia, existem conservadores diocesanos que devem ajudar a manter os valores históricos dos edifícios religiosos. Naturalmente, estes monumentos estão sujeitos a todos os regulamentos relativos a edifícios históricos.

Os monumentos sacros são mantidos a partir dos orçamentos das instituições eclesiásticas. Os orçamentos de cada paróquia variam muito, é claro. No caso de obras de restauro, os párocos costumam pedir aos paroquianos que angariem fundos para o seu pagamento. No caso de trabalhos de conservação, os gestores de monumentos sagrados também têm de se candidatar a subsídios públicos.

Em geral, pode-se concluir que a continuação de funções religiosas em edifícios religiosos é benéfica para a proteção dos seus valores históricos, tal como a sua gestão por instituições eclesiásticas.

### Instalações Residenciais.

Um grande grupo de edifícios históricos são aqueles com uma função residencial. Estas estruturas variam em escala desde casas históricas unifamiliares, a residências residenciais de várias escalas, até grandes casas em centros metropolitanos. O grupo de edifícios com funções residenciais inclui também um número crescente de estruturas que anteriormente tinham outras funções, mas que estão actualmente a ser adaptadas para uso residencial.

Geralmente, a continuação da função residencial em edifícios históricos que foram construídos para este fim é uma boa solução do ponto de vista da proteção dos valores históricos. As normas habitacionais estão a mudar, mas normalmente as intervenções

modernas podem limitar-se a modernizar edifícios com instalações e equipamentos modernos. Isto permite preservar a forma arquitectónica dos edifícios históricos e os elementos valiosos da concepção arquitectónica.

Os monumentos adaptados às funções residenciais são um problema à parte. No caso de edifícios com grandes volumes (por exemplo, edifícios industriais), a introdução de funções residenciais permite preservar a forma arquitectónica e a clareza das características internas, ao mesmo tempo que proporciona uma utilização moderna e fundos para a manutenção destes edifícios.

As instalações residenciais são geralmente geridas pelos seus proprietários ou gestores agindo em nome dos residentes. Os gestores deste grupo de edifícios não têm a formação profissional para proteger os valores históricos. A sua prioridade é assegurar padrões de utilidade adequados, embora em muitos casos estejam preocupados em proteger os valores históricos. No entanto, os monumentos pertencentes a este grupo devem estar sob o controlo cuidadoso dos serviços de preservação, uma vez que muitas vezes os seus gestores efectuam intervenções não cimentadas.

O financiamento para a manutenção de monumentos que servem de edifícios residenciais provém dos seus proprietários ou inquilinos. Se estes são edifícios em que os proprietários vivem, o seu estado técnico é função das suas possibilidades financeiras. O estado de alguns edifícios - mansões ou palácios - pode ser muito bom, incluindo reparações dispendiosas em conservação.

No caso de edifícios multifamiliares, as rendas dos inquilinos devem cobrir os custos de manutenção, incluindo reparações e trabalhos de conservação. No entanto, a situação é muito diferente, especialmente em edifícios comunitários, onde se desenvolveu uma lacuna de renovação a longo prazo. Em tais objectos, trabalhos de manutenção de maior dimensão (por exemplo, renovações de fachadas) requerem subsídios externos.

### Objectos comerciais

Os edifícios históricos definidos como edifícios comerciais são edifícios cuja função principal de utilidade é de natureza comercial. As funções mais comuns incluem serviço alimentar, hotéis, vários serviços, e escritórios. Estas funções partilham um objectivo comum de gerar receitas para cobrir pelo menos todos os seus custos de operação e manutenção.

O âmbito da adaptação dos edifícios históricos às funções que desempenham varia muito, dependendo da forma original do edifício e das novas funções introduzidas. A supervisão do conservador, que normalmente concorda em tais acções, assegura que as novas funções não devem interferir drasticamente com os valores históricos do

edifício. Contudo, na prática, o carácter e as necessidades destas funções requerem muitas transformações diferentes.

A forma de propriedade de tais instalações varia; muitas delas - especialmente instalações mais pequenas - são privadas, enquanto no caso de instalações maiores os proprietários podem ser entidades empresariais. Dependendo da escala da instalação e da forma de propriedade, o gerente é, portanto, uma pessoa ou uma entidade de gestão nomeada. A gestão de tais instalações é, em princípio, para assegurar a realização efectiva da função comercial, pelo que a estrutura da entidade de gestão e as qualificações dos gestores estão subordinadas à realização desta função. Os gestores não são, portanto, competentes para proteger valores históricos.

Os fundos para a manutenção de tais objectos provêm da actividade comercial. O plano financeiro de funcionamento de tais objectos pressupõe que a manutenção actual - incluindo obras para manter o objecto em condições técnicas adequadas - seja coberta pela actividade. As reparações dispendiosas de conservação podem exigir subsídios externos. No caso de um pequeno grupo de instalações de prestígio ou altamente utilitárias, as receitas das operações comerciais podem cobrir renovações abrangentes, incluindo trabalhos de conservação.

De um ponto de vista comercial, pode ser vantajoso realizar negócios em edifícios históricos (apesar das restrições de preservação) devido ao seu carácter individual, conotações históricas, e identidade. Normalmente, no entanto, as necessidades funcionais são priorizadas pelos gestores sobre as necessidades de preservação. Por conseguinte, estes objectos requerem uma supervisão de restauro particularmente cuidadosa e independente.

A separação dos grupos de objectos apresentados é indicativa. Em primeiro lugar, visa mostrar as diferenças resultantes das possíveis formas contemporâneas de utilização, que ao mesmo tempo estão ligadas ao âmbito específico da interferência em monumentos. Esta informação é importante do ponto de vista da gestão de monumentos.

Ao mesmo tempo, as características de grupos particulares de sítios mostram as diferenças nas formas de utilização, chamando a atenção para outras formas de propriedade, gestão e financiamento. Esta informação é também muito importante para o gestor. Evidentemente, na prática, cada um destes aspectos deve ser analisado individualmente e pode acontecer que as características reais sejam diferentes das apresentadas na lista.

### 1.3 Sistema de proteção de monumentos

A proteção de um monumento histórico deve ser tratada como um elemento do processo de gestão. No entanto, a especificidade e importância destas actividades no caso de um edifício histórico justifica a sua apresentação separada.

A proteção de monumentos consiste em preservar a sua forma e substância históricas, bem como em mantê-las em condições técnicas adequadas. Esta é uma tarefa difícil, uma vez que vários processos de destruição do monumento ocorrem a toda a hora e, ao mesmo tempo, os padrões técnicos e de utilização mudam. Estes fenómenos dizem respeito a todos os objectos, são naturais e duram o tempo todo. Portanto, a renovação dos edifícios existentes e a sua adaptação a novas normas e necessidades é uma prática comum e plenamente justificada.

Preservar um objecto na sua forma histórica e limitar a possibilidade de o adaptar às exigências contemporâneas é, portanto, um processo não natural e requer uma organização especial. Na prática, é necessário que os serviços de conservação cooperem com os proprietários de edifícios históricos e prestem apoio, incluindo soluções legais, financeiras e organizacionais. O sistema de proteção deve combinar todos estes elementos e assegurar o seu funcionamento. É importante e difícil porque os proprietários, utilizadores e gestores de edifícios históricos estão principalmente interessados na sua utilização para fins de utilidade moderna. A proteção dos valores históricos não é a sua prioridade, e muitas vezes é mesmo tratada como um impedimento dispendioso à utilização do local.

As limitações resultantes das recomendações preservacionistas tornam necessário criar um sistema que apoiará as actividades destinadas à preservação dos edifícios históricos e compensará, até certo ponto, estas limitações. Considerando todas as actividades relacionadas com a preservação histórica, um sistema completo de preservação histórica deve incluir cinco elementos necessários para este processo:

- criação de bases jurídicas, que constituem a base das actividades dos vários intervenientes no processo de preservação (a lei limita a liberdade de acção dos proprietários de monumentos, define as suas obrigações, e confere poderes aos serviços de preservação)
- estabelecimento de serviços de conservação que exercem supervisão profissional sobre a proteção de monumentos históricos (serviços governamentais estatais e locais)

- determinar o valor do monumento, a sua representação material e o modo da sua protecção (actividades especializadas realizadas pelos serviços de conservação)
- apoio para compensar as dificuldades e custos adicionais relacionados com as obras de conservação (os requisitos de conservação e as obras são um encargo adicional para os proprietários dos monumentos - devem ser subsidiados até certo ponto)
- prestação de consultoria profissional para apoiar o planeamento de obras de conservação e a utilização do edifício histórico, respeitando a protecção dos valores históricos (esta actividade é realizada por especialistas, de acordo com os serviços de conservação) establishment of conservation services which exercise professional supervision over the protection of historic monuments (state and local government services)

O cumprimento das condições listadas permite concluir que existe um sistema que permite a preservação de monumentos históricos. O gestor de um sítio histórico deve reconhecer cada um destes elementos no ambiente da sua actividade, uma vez que eles criam o enquadramento e as possibilidades do seu trabalho.

Na prática, porém, as actividades para a protecção dos monumentos são classificadas tendo em conta a relação entre o monumento e a entidade que nele realiza determinadas actividades. Devido à natureza da relação, distinguem-se duas áreas - o cuidado com os monumentos e a protecção do monumento. A especificidade destas áreas justifica a sua apresentação separada, em conformidade com a delimitação introduzida mesmo no título da Lei Polaca sobre Protecção e Cuidados com Monumentos de 2003.

O sistema de protecção de monumentos históricos consiste em actividades directamente realizadas nos edifícios, principalmente pelas entidades directamente envolvidas com eles - proprietários, utilizadores e gestores. Evidentemente, o estatuto destas entidades pode variar - podem ser indivíduos, governos locais, o estado, empresas ou instituições. As principais características que distinguem o cuidado da protecção são o envolvimento directo, a relação com o monumento, e a acção. A protecção envolve acções indirectas, que criam condições para uma gestão adequada do monumento histórico, enquanto o cuidado envolve acções directas, que estão principalmente relacionadas com actividades materiais no monumento.



A diferença entre proteção e cuidados está também relacionada com as qualificações das pessoas que realizam estas actividades. A proteção, ou seja, a criação de condições para uma gestão adequada dos monumentos históricos, é realizada por especialistas na área da conservação e dos estudos patrimoniais. Os cuidados, por outro lado, são prestados pelos proprietários ou utilizadores dos monumentos históricos, que na maioria das vezes não sabem nada sobre preservação de monumentos e, portanto, necessitam de apoio profissional (proteção).

O cuidado de um monumento está, portanto, na prática, relacionado com a sua manutenção e utilização contemporâneas. Por conseguinte, será caracterizado numa subsecção separada que discute a utilização de um monumento histórico.

O primeiro elemento do sistema de proteção dos monumentos históricos são todas as leis ao abrigo das quais o sistema funciona. O mais importante é a lei promulgada a nível nacional. O pilar de todo o sistema jurídico relativo aos monumentos históricos é o acto aprovado pelo Parlamento, que é o acto jurídico do mais alto nível. Na Polónia é a Lei sobre a Proteção e Cuidados dos Monumentos Históricos aprovada pelo Parlamento polaco em 2003 (Journal of Laws 162/03, item 1568, com emendas).

A Lei é um documento abrangente, que em mais de 150 artigos define as questões-chave relacionadas com a proteção de monumentos históricos. Os artigos estão agrupados em 13 capítulos, que correspondem a aspectos importantes do sistema de preservação histórica. Uma breve descrição dos capítulos-chave é necessária para destacar as questões mais importantes na proteção de monumentos.

O Capítulo I é uma espécie de introdução à Lei e fornece uma explicação de termos e conceitos chave. Isto é muito necessário, tanto em termos dos muitos termos que definem diferentes tipos de monumentos como das definições que definem o âmbito das actividades realizadas em monumentos. Este capítulo define também as áreas de actividades atribuídas ao termo proteção e cuidados.

O Capítulo II define as formas e meios de proteção dos monumentos históricos. Estas disposições definem as formas de proteção de monumentos, ou seja, os instrumentos específicos que servem para proteger edifícios e áreas históricas. No sistema polaco as formas de proteção são: inscrição no registo de monumentos históricos, inscrição na Lista dos Tesouros do Património, reconhecimento como monumento da história, estabelecimento de um parque cultural e disposições no plano de desenvolvimento espacial local. Em determinados artigos são descritas as regras de utilização destas formas, as mais abrangentes apresentando a inscrição de um objecto no chamado registo de monumentos. O capítulo inclui também os artigos relativos à criação dos

chamados inventários de monumentos, ou seja, formas de identificação e documentação de monumentos, que cobrem a maior parte dos recursos do património nacional.

O capítulo III trata da gestão, investigação e obras sobre monumentos históricos. Em primeiro lugar, estabelece as regras formais de realização de vários tipos de actividades que podem transformar os monumentos históricos. Especifica igualmente os poderes dos serviços de conservação, incluindo os relacionados com inspecções e autorizações para obras sobre monumentos históricos. O regulamento especifica mesmo as qualificações das pessoas que podem realizar obras em monumentos históricos.

O Capítulo IV trata da supervisão da conservação. Os artigos individuais definem os procedimentos e poderes do Oficial de Preservação Histórica da Voivodia no que diz respeito à supervisão das obras realizadas em edifícios históricos. Destas disposições resulta claro que o Oficial de Preservação Histórica da Voivodia tem autoridade para supervisionar e inspeccionar todas as obras, desde a obtenção de licenças de construção até à conclusão das obras.

Os capítulos subsequentes da lei tratam de outros aspectos do tratamento de edifícios históricos, incluindo as disposições relativas à organização de serviços de conservação ou monumentos móveis. Há também questões importantes para os gestores de monumentos imóveis, tais como o financiamento das obras (Capítulo VII) ou as penalidades (Capítulo XI).

Por conseguinte, a Lei é um documento que define de forma abrangente o enquadramento para o tratamento de edifícios históricos. O gestor de um monumento deve familiarizar-se com ele, a fim de compreender as limitações e obrigações a que está sujeito e as opções de apoio à sua disposição.

Uma disposição muito importante da Lei define as chamadas formas de protecção de sítios históricos (art.7). Grosso modo, estas são as formas em que os edifícios e sítios históricos recebem um certo estatuto e são abrangidos por um conjunto de regulamentos destinados a proteger o seu valor. Cada uma destas formas funciona sob regulamentos específicos, promulgados a nível nacional ou local. Isto torna possível diferenciar estas formas de protecção.

Com base nos regulamentos nacionais, existem duas formas de protecção de edifícios históricos - inscrição no registo de edifícios históricos e reconhecimento como monumento da história. A inscrição no registo é a forma básica de protecção utilizada no sistema polaco. O local histórico é inscrito no registo pelo Conservador de Monumentos do Voivodato (Provincial). Nesta base, o objecto adquire o estatuto de

monumento histórico e passa a estar sob a jurisdição do conservador. Na Polónia, existem mais de 70.000 objectos e áreas registados no Voivodeship (Provincial) Conservadores de Monumentos.

A segunda forma de proteção criada a nível nacional é o reconhecimento como *monumento da história*. O estatuto de monumento da história é concedido apenas aos monumentos de maior valor, por decreto do Presidente da República da Polónia. Um monumento só pode ser um edifício já inscrito no registo de monumentos históricos e, portanto, já coberto pela proteção do conservador. Por conseguinte, o reconhecimento como monumento da história não implica formas adicionais de proteção. Existem 108 monumentos com este estatuto (a partir do final de 2020).

A lei também prevê a possibilidade de criação de formas de proteção a nível local. Os regulamentos criados localmente podem ser adaptados às especificidades de um determinado monumento e ao contexto em que este funciona.

O governo local pode, antes de mais, introduzir na lei local, que é o plano de desenvolvimento espacial local, disposições que regulam as actividades de investimento na área. Neste documento de planeamento, em virtude de acordos com o Conservador de Monumentos Históricos da Voivodia, é possível introduzir disposições para a proteção dos valores históricos. Este instrumento é principalmente aplicável aos investimentos modernos realizados nas áreas sob proteção de conservação.

A segunda forma local de proteção é um parque cultural. É também uma forma, que pode ser criada por uma unidade governamental local, com base numa resolução. Em consulta com o Conservador de Monumentos Históricos do Voivodato, o governo local define a área do parque cultural e os seus regulamentos. Esta fórmula permite, portanto, o desenvolvimento verdadeiramente individual de regulamentos que protegem o património sem bloquear o desenvolvimento na área.

A nível local, para além das formas de proteção acima mencionadas, é também possível utilizar instrumentos como o inventário de monumentos históricos e o Programa Municipal de Conservação de Monumentos Históricos. Ambos os instrumentos são obrigatórios, mas os governos locais são livres de os desenvolver. Isto torna possível dar forma à política local de conservação de monumentos com a sua ajuda.

Todas as regulamentações nacionais e locais relativas à proteção de monumentos históricos influenciam obviamente as acções empreendidas pelos administradores. Por conseguinte, o gestor de um sítio histórico deve, antes de mais, verificar que regulamentos se aplicam ao sítio. Ele ou ela é obrigado a cumprir os regulamentos aplicáveis. No entanto, por outro lado, estes regulamentos podem ser utilizados pelo

gestor para apoiar as suas actividades. Por exemplo, ele pode utilizar directrizes de conservação ou obter fundos públicos para obras de conservação.

O segundo elemento que forma a área definida como a proteção do monumento histórico é o serviço do conservador. No sistema jurídico polaco, os poderes para proteger monumentos históricos são investidos no serviço de conservação do Estado, que funciona sob a forma de Gabinetes de Proteção de Monumentos Voivodias. Estes gabinetes operam dentro da estrutura da administração estatal - fazem parte dos Gabinetes de “Voivodias”.

O âmbito de autoridade do Conservador de Monumentos Históricos da “Voivodia” é definido pela Lei sobre a Proteção e Cuidados dos Monumentos Históricos e pode ser caracterizado da seguinte forma:

- emissão de vários tipos de licenças relacionadas com a realização de pesquisas, trabalhos sobre o monumento e seu entorno, alterações funcionais, instalação de elementos técnicos no monumento e quaisquer outras acções que possam afectar a sua forma
- realizar inspecções em termos da aplicação das disposições sobre proteção de monumentos e emitir as recomendações resultantes
- emitir decisões para parar qualquer tipo de renovação, manutenção, construção, obras arqueológicas realizadas no monumento e arredores, se representarem um risco para o seu valor
- emitir decisões que ordenem a execução de obras específicas necessárias para proteger o valor do monumento, incluindo a decisão de restaurar o monumento ao seu estado original
- supervisão da correcta conservação, restauro, obras de construção e outras actividades sobre os monumentos, bem como investigação arqueológica
- manutenção de registos de monumentos e registos provinciais de monumentos.

Outro instrumento à disposição do Conservador de Monumentos Históricos da “Voivodia” é o poder de acordar vários documentos que afectam a situação dos edifícios históricos. Estes incluem, entre outros, a aprovação de planos de desenvolvimento espacial local, parecer sobre programas de cuidado de edifícios históricos do governo local (documentos obrigatórios ao abrigo da lei polaca), parecer sobre os estudos das condições e direcções do desenvolvimento espacial das comunas.

Outro instrumento são os meios financeiros que o Conservador de Monumentos Históricos do “Voivodato” pode utilizar para apoiar as actividades destinadas a

proteger os monumentos históricos. Os orçamentos à disposição do Conservador variam muito; contudo, tal instrumento de apoio directo também existe.

Os poderes e instrumentos à disposição do serviço de conservação do Estado indicam que o Conservador tem formalmente o controlo total sobre as actividades realizadas nos edifícios históricos. Por conseguinte, o gestor do monumento deve consultar o serviço e obter a sua aprovação para todas as obras que interferem com a forma e substância históricas da estrutura protegida.

Para além dos serviços estatais, existem também serviços governamentais locais na Polónia. Estes serviços podem ser estabelecidos por unidades do governo local, que cobrem os custos das suas actividades. Os poderes destes serviços são concedidos por acordo com os Conservadores de Monumentos de “Voivodias”, que definem o seu âmbito. Assim, a autoridade dos serviços da administração local faz parte dos poderes que o serviço estatal delegará. Os serviços de conservação do governo local são criados principalmente em grandes cidades históricas que têm os recursos para os manter e monumentos cujo número e valor justificam a criação de tais serviços.

## **1.4 Intervenientes no processo de gestão de monumentos**

No complexo processo de protecção, gestão e utilização de monumentos históricos, um elemento muito importante são os chamados intervenientes, ou seja, todos os participantes individuais, institucionais e de grupo no processo. Pode parecer óbvio afirmar que os participantes no processo de preservação e gestão de monumentos históricos têm um impacto sobre o mesmo, mas tem um significado mais profundo.

Na preservação histórica, que se desenvolveu ao longo de muitas décadas, o foco principal foi a protecção do valor do local histórico. Um monumento histórico foi tratado como uma valiosa obra de arte e um documento histórico cujo valor justificava vê-lo como um objecto de protecção. O principal objectivo era proteger um monumento, cujas formas eram decididas principalmente por especialistas. Assumiu-se que as funções de utilidade do monumento deveriam ser ajustadas às necessidades de protecção do seu valor. Portanto, as funções do monumento e o círculo de decisores eram muito limitados.

Um aumento muito significativo do número de monumentos, das suas funções materiais e dos seus significados intangíveis provocou uma mudança na abordagem tradicional da compreensão de um monumento e da sua protecção. Nas últimas

décadas, foi reconhecido que os proprietários, utilizadores e destinatários de monumentos são tão importantes como estes últimos. Esta abordagem tem sido confirmada em muitos documentos formais - os chamados textos doutrinários, que são a forma comumente aceite de moldar e expressar a teoria da conservação contemporânea. O reconhecimento do papel e da posição das partes interessadas na decisão sobre as formas de proteção e utilização de edifícios históricos é tão grande que foi desenvolvida uma nova abordagem hesitante, ou seja, uma abordagem centrada nas pessoas dos edifícios históricos. Isto significa que a análise das necessidades, opiniões e oportunidades de acção das partes interessadas é uma componente absolutamente crítica do processo de gestão da preservação histórica.

Para a maioria dos monumentos, especialmente os de maior valor ou maior complexidade (complexos históricos ou cidades), existem muitos grupos de interessados que participam ou influenciam a sua gestão. Seria difícil listar todos os intervenientes, especialmente porque a contribuição causal de cada grupo/pessoa é diferente em cada caso. Por conseguinte, em cada caso é necessário efectuar uma análise e identificar individualmente os principais interessados, determinar as suas necessidades e oportunidades de acção. No entanto, tendo em conta a especificidade de lidar com monumentos históricos, podemos distinguir três grupos principais de intervenientes dos quais precisamos de recolher informações e com os quais precisamos de cooperar na gestão do monumento.

O primeiro grupo de interessados é composto por proprietários e gestores do bem histórico. A característica chave que une estes interessados é o seu poder sobre o monumento. O seu direito ao monumento e, portanto, a fazer intervenções significativas no mesmo, resulta do título de propriedade (proprietários de monumentos) ou da autoridade concedida pelo proprietário (gestores de monumentos). O estatuto jurídico das partes interessadas que constituem este grupo pode variar muito. Podem ser indivíduos, instituições, empresas, governo local, ou o Estado. A única coisa importante é o direito de dispor do monumento e, naturalmente, a responsabilidade pelo monumento resultante deste direito.

Do ponto de vista da gestão e proteção do monumento, as responsabilidades destes intervenientes são cruciais. Tendo o direito de propriedade do monumento, eles são responsáveis pela sua administração, incluindo o seu financiamento. São também responsáveis pelo estado técnico do monumento, incluindo a manutenção dos seus valores históricos. Podem ser responsabilizados por estas tarefas.

São responsáveis pelos monumentos e preservação e valores, embora normalmente não tenham experiência nesta área - por conseguinte, necessitam de apoio a este respeito. Este grupo de intervenientes é relativamente pequeno.

O segundo grupo de interessados é constituído por pessoas e instituições responsáveis pela conservação e moldagem de um bem histórico. Na prática, estes são vários gabinetes dedicados à preservação de edifícios históricos, especialmente o Conservador Provincial de Monumentos Históricos, o Conservador do Governo Local de Monumentos Históricos, e a Gestão do Parque Cultural. Estas instituições têm, antes de mais, vários poderes de controlo e de tomada de decisão no que respeita a monumentos (proteção), mas também certas possibilidades de acção (cuidado). A organização, dimensão e orçamentos destas instituições variam, o que determina a sua actividade. Estas instituições operam a uma escala diferente - urbana, regional, nacional e mesmo internacional (monumentos incluídos na lista da UNESCO). Os sistemas de preservação criados por estas partes interessadas sobrepõem-se e complementam-se mutuamente. No entanto, a sua natureza institucional significa que os poderes destas partes interessadas são definidos por lei, o que define muito claramente a sua posição. Sem dúvida, a posição mais importante no sistema polaco de protecção de sítios históricos é ocupada pelo Conservador de Monumentos Históricos do “Voivodato”.

Este grupo de intervenientes inclui também as entidades que podem fazer leis ou promulgar documentos que regulam o tratamento de edifícios históricos. Na prática, estas são as unidades governamentais locais (por exemplo, as Câmaras Municipais), que constituem os documentos locais que regulam a actividade de construção (por exemplo, os planos de desenvolvimento espacial local). Estes instrumentos incluem também programas de tratamento de monumentos comunais e registos de monumentos comunais.

O terceiro grupo de intervenientes é constituído pelos utilizadores amplamente entendidos da propriedade/área histórica. Estes são principalmente os seguintes grupos: residentes que vivem nas proximidades do monumento; consumidores locais que utilizam as funções utilitárias do monumento (culturais, comerciais, religiosos); fornecedores que criam a função utilitária do monumento (hoteleiros, comerciantes, escritórios, trabalhadores de museus); turistas. As partes interessadas incluídas neste grupo apenas utilizam o monumento, mas não tomam medidas que transformem significativamente o monumento. O pequeno leque de acções possíveis tomadas por este grupo de utilizadores deve-se principalmente aos seus direitos limitados ao

monumento. O âmbito das suas acções em relação ao monumento é determinado pelos termos do contrato de arrendamento, e não pelos seus direitos de propriedade. Além disso, por razões financeiras (investimentos a curto prazo), as intervenções destes intervenientes limitam-se à adaptação e não à conversão permanente.

Contudo, as necessidades e opiniões deste grupo são muito importantes e devem ser satisfeitas, uma vez que a sua falta de satisfação resulta na incapacidade de funcionamento do imóvel e na sua simples manutenção. E este é, de longe, o maior grupo de interessados. Se as necessidades ou gostos deste grupo de utilizadores não forem reconhecidos e satisfeitos, a sua utilização do monumento irá diminuir. Num mercado competitivo, isto significa perder os recursos que vieram da utilização de monumentos. Isto significa que a maioria dos intervenientes no grupo um não terá os recursos para manter e proteger os edifícios históricos.

A doutrina moderna de conservação, no entanto, assume que as considerações comerciais não são os únicos factores importantes para determinar a posição deste grupo de partes interessadas. Acredita-se também que os edifícios históricos são importantes para a identidade das comunidades locais, a sua coesão, e a criação de atitudes pró-sociais. Também por estas razões, as opiniões e a participação deste grupo de interessados - comunidades locais e utilizadores - devem ser tidas em conta no tratamento dos edifícios históricos, na medida do possível.

No caso de qualquer edifício histórico, os interessados que influenciam activamente a sua condição e aqueles que estão potencialmente interessados nela podem ser geralmente atribuídos a um dos grupos acima mencionados. Na prática, contudo, é necessária uma identificação e caracterização mais precisa de todos os actores-chave. A identificação deve também incluir a determinação das possibilidades da sua acção, gama de interesses (objectivos). Por outras palavras, é necessário determinar quem está interessado ou obrigado a actuar no monumento, quais são as suas possibilidades de acção e quais são os seus objectivos.

## **1.5. Utilização de um monumento e dos seus valores históricos**

Tendo em conta a especificidade dos monumentos (possibilidades e limitações), as formas da sua utilização podem ser divididas em dois grupos básicos - os baseados em valores históricos e os que não se baseiam em valores históricos. A base desta divisão é a forma de utilização e tratamento dos valores históricos representados pelo



monumento. Isto significa, evidentemente, que a "qualidade" ou "atractividade" dos valores históricos de um monumento pode ser o factor determinante para determinar a sua forma de utilização. Se forem significativos e distinguirem o monumento, a sua utilização pode basear-se neles, e funções puramente utilitárias podem ser auxiliares ou mesmo ausentes.

Assumindo o acima exposto, duas formas de utilização do sítio histórico e as actividades resultantes podem ser distinguidas.

### **1.5.1 Formas de utilização do monumento baseadas em valores históricos**

O primeiro grupo consiste em formas de utilização que utilizam ou mesmo dependem de valores históricos significativos (em monumentos com tais valores), e as actividades que servem este propósito estão a apresentar, disponibilizar e divulgar (promover) os monumentos.

Assim, o primeiro grupo consiste em utilizações em que os valores históricos expandem o potencial de utilização do sítio. Os valores históricos, ou seja, as características de um edifício como obra de arquitectura ou de construção, constituem um valor adicional que complementa as suas funções básicas de utilidade. A relação entre os valores históricos e os usos funcionais pode variar em função das características do edifício e ao longo do tempo. Num extremo estão edifícios onde a função primária é puramente utilitária e os valores históricos são complementares, expandindo adicionalmente a sua atractividade (como local onde estas funções são realizadas). No outro extremo estão edifícios onde os valores históricos são tão significativos que a função utilitária se baseia neles (por exemplo, turismo, museu, escritório de representação). Na prática, existem naturalmente a maioria das soluções de compromisso, ou seja, a combinação de funções puramente utilitárias com várias funções baseadas em valores históricos em diferentes graus.

Em termos simples, podem ser identificadas as seguintes formas de actividades realizadas em edifícios históricos, a fim de as utilizar com base em valores históricos

Apresentação: Esta é uma vasta gama de actividades concebidas para mostrar e distinguir os valores históricos de um edifício. A forma mais simples de apresentação é a fachada de um edifício histórico, que pode ser vista por qualquer transeunte. Esta forma não requer quaisquer acções adicionais por parte do gestor do edifício, contudo a sua condição óbvia é a preservação da fachada histórica. Contudo, se várias camadas

da decoração arquitectónica antiga forem expostas na fachada e protegidas de forma a torná-las possíveis de ver, já é uma acção intencional ao serviço da apresentação. Por exemplo, a descoberta e fixação de policromos históricos nas paredes ou tectos ou a escavação e fixação de relíquias arqueológicas é também uma apresentação.

A apresentação é frequentemente um efeito de actividades relacionadas com a descoberta e a fixação de elementos históricos de um monumento - não é o objectivo das obras realizadas, mas uma oportunidade criada por estas obras. Evidentemente, uma apresentação adequada - acessível e legível - requer obras complementares e protectoras que vão para além das obras de conservação. Contudo, a exibição e distinção de elementos históricos é também um objectivo importante dos esforços de conservação, pelo que trabalhos adicionais para apresentar o monumento (elementos) devem ser considerados como padrão.

A apresentação não se limita a mostrar as características históricas já existentes. Muitas vezes os elementos históricos localizados num determinado lugar são complementados com os elementos históricos trazidos de outros lugares ou reconstruídos hoje em dia. Esta actividade justifica-se plenamente, pois permite mostrar os objectos históricos de uma forma mais compreensível, reuni-los em lugares acessíveis e é simplesmente mais atractiva.

Como forma de apresentação devem também ser tratados todos os interiores históricos que são deixados, protegidos e tratados como uma espécie de exposição. Em tais interiores apenas a decoração arquitectónica pode ser apresentada, mas também o seu equipamento histórico. Portanto, a forma de apresentação são, por exemplo, interiores históricos de igrejas, câmaras municipais, interiores de cortiços, lojas, escolas e mosteiros. Uma forma de apresentação é também o interior dos museus, que se situam em edifícios históricos. As exposições em tais museus podem complementar estas apresentações.

O elemento indispensável da apresentação dos valores históricos é complementá-los e explicá-los com informações transmitidas de diferentes formas. Design gráfico, descrições, comentários, marcações - estes são os elementos acrescentados atualmente que devem ser tratados como um complemento necessário da apresentação do monumento e do seu valor. Estas formas estão ligadas pela sua localização directa no monumento sobre o qual informam. Ao mesmo tempo, é a característica que permite distingui-los das informações e actividades incluídas na divulgação.

Disponibilidade: Estas são várias actividades concebidas para assegurar a acessibilidade a um monumento, ou seja, a possibilidade de alcançar e ver o que é o resultado de actividades denominadas "apresentação". As actividades abrangidas pelo termo "apresentação" não são a mesma coisa que "disponibilização". Este é o caso apenas dos espaços e objectos públicos. Sem actividades de gestão planeadas, as fachadas de edifícios históricos, os chamados interiores urbanos (panoramas de espaços públicos - ruas ou praças) e os interiores de alguns edifícios públicos (igrejas, escritórios, etc.) são disponibilizados.

Muitos espectadores e utilizadores de monumentos históricos consideram esse acesso externo suficiente e podem considerá-lo satisfatório. Neste caso, a escala é importante. No complexo antigo da cidade, os residentes e turistas estão rodeados de edifícios históricos cujas formas, diferentes das dos edifícios modernos, criam uma escala, uma atmosfera e uma identidade específicas. A arquitectura histórica e o planeamento urbano criam uma cenografia específica, na qual são oferecidos vários serviços e atracções. Podem ser localizados no exterior, no espaço urbano, e no interior dos edifícios. Para muitos visitantes, esta combinação de serviços e atracções em cenários atraentes torna suficiente esta forma de apresentação de monumentos.

A situação é diferente numa escala menor - um monumento único ou um pequeno complexo. Neste caso, o acesso externo é geralmente insuficiente. Os visitantes querem ver algo mais. Portanto, uma utilização mais completa dos valores históricos requer a criação de uma oportunidade de ver interiores históricos, o que, naturalmente, requer a sua preparação para a apresentação. Apenas por razões de ordem, tal acesso requer uma série de medidas de gestão, incluindo controlo de acesso, segurança, serviços de acompanhamento, garantia de normas de segurança, taxas e guias.

A multiplicidade de funções e condições associadas ao uso público de interiores históricos torna a organização da sua acessibilidade uma tarefa de gestão séria. Envolve certamente custos, mas ao mesmo tempo, se devidamente organizada, pode também ser uma fonte de lucro. Esta é uma das razões pelas quais tornar os edifícios históricos acessíveis é uma forma da sua utilização (básica ou de ampliação) e deve ser devidamente organizada e gerida.

Naturalmente, as condições de acesso a um local histórico são semelhantes também quando este faz parte de um complexo urbano antigo maior. Neste caso, contudo, os visitantes podem também estar interessados num local de menor valor histórico, porque já se encontram no local utilizando o complexo de cidade antiga disponível. Por outro lado, num tal conjunto, os locais históricos têm de competir com muitas

outras atracções localizadas nas proximidades, o que pode reduzir o interesse nos locais.

A divulgação é composta por uma série de actividades destinadas a difundir a informação sobre os valores dos edifícios históricos, a sua apresentação e disponibilidade. Por outras palavras, é a distribuição mais ampla possível de informação sobre a utilização de bens patrimoniais com base nos seus valores históricos. Assim, é a promoção de um local/complexo histórico como um local onde várias funções são desempenhadas, mas com particular ênfase nas funções baseadas em valores históricos.

As formas de promoção podem ser muito diferentes, a criatividade dos gestores nesta área é inesgotável. Por exemplo, folhetos, painéis publicitários e banners são utilizados directamente no local do sítio histórico. Numa escala maior, estes podem ser guias, gabinetes de informação turística, mapas com objectos atractivos marcados, brochuras, etc. Fora do objecto ou área histórica - sem ligação material com o local - as formas de divulgação incluem websites, guias turísticos, filmes promocionais, anúncios, artigos patrocinados.

As formas de divulgação estão geralmente relacionadas com a escala do objecto/complexo, o que determina as possibilidades dos seus gestores. As possibilidades de actividades de divulgação tradicionais de um gestor de um monumento único são incomensuráveis com as possibilidades do governo da cidade. Por conseguinte, o governo da cidade tem obrigações especiais a este respeito. Contudo, atualmente, a Internet e as redes sociais criam grandes oportunidades também para os gestores que não têm grandes orçamentos e equipas de funcionários. Isto expande grandemente as possibilidades de divulgação de informação mesmo sobre monumentos individuais, cujos gestores são capazes de utilizar estas formas de comunicação e promoção.

A divulgação, que se destina a propagar informação sobre oportunidades de aprender sobre o valor de um monumento, destina-se na prática a encorajar as pessoas a visitar o monumento e a tirar partido das suas características utilitárias. No entanto, os valores históricos, por si só, podem não constituir um incentivo suficiente para visitar um monumento, especialmente quando tal requer a realização de uma viagem. Apenas os monumentos mais icónicos - que são poucos em número - são tão atraentes que os visitantes empreendem a viagem mesmo a partir de locais remotos. Na maioria dos monumentos e complexos, a informação divulgada sobre valores históricos deve ser acompanhada de informação sobre outras atracções e serviços. Estas são, por

exemplo, informações sobre alojamento, oferta culinária, oportunidades de compras, produtos regionais, possibilidades de transporte ou outras atracções de natureza diferente. Devido à variedade de necessidades, interesses e possibilidades dos destinatários, expandir a oferta em todas essas áreas é muito importante e determina a atractividade do local. Por conseguinte, a maioria dos visitantes pode ser atraída para complexos de cidades antigas, onde a soma das ofertas e das informações que as descrevem dá um efeito sinérgico.

Em complexos históricos, especialmente em áreas urbanas, as funções de utilidade devem ser dominantes e não apenas baseadas em valores históricos. Por conseguinte, no vasto fluxo de informação divulgado sobre estes complexos, a informação relativa a valores históricos e utilizações baseadas principalmente nesses valores constitui apenas uma determinada parte. Em muitos casos, a informação sobre outros valores e serviços pode dominar ou mesmo abafar a informação sobre edifícios históricos. Este será normalmente o caso, dado o número e envolvimento de fornecedores não-históricos e as necessidades do público. Contudo, os gestores da área histórica devem responder a tal fenómeno moldando conscientemente o conteúdo extenso sobre a área histórica, moldando a sua imagem e consequentemente o seu perfil de visitante. Parece que este aspecto não tem sido apreciado até agora pelos gestores de várias áreas históricas e tem conduzido a fenómenos indesejáveis (por exemplo, Cracóvia).

No seu conjunto, estes três grupos de actividades devem ser considerados como estando relacionados e servindo o uso amplamente compreendido dos edifícios históricos, com base nos seus valores históricos. A sua característica comum é o apoio, ou pelo menos a consideração significativa, dos valores históricos representados pelos edifícios e complexos históricos. De facto, a única utilização no sentido pleno da palavra é tornar um monumento acessível. A apresentação é a preparação do objecto a utilizar (disponibilizado), enquanto a popularização é informar sobre as possibilidades de utilização. Contudo, na prática, a disponibilização do acesso ao sítio não pode passar sem ambas as actividades. Além disso, cada uma destas actividades gera custos para os administradores, necessidades de mão-de-obra, e rendimentos para as pessoas e empresas que as realizam. Portanto, da perspectiva da gestão global de um monumento/complexo, estas devem ser vistas em conjunto.

Por outro lado, justifica-se uma análise separada dos três grupos de actividades relacionadas com a utilização de um edifício histórico. Na prática, estas são actividades de natureza diferente, empreendidas por diferentes especialistas, que exigem qualificações diferentes, implementadas com orçamentos diferentes,

realizadas em momentos diferentes. A separação destas actividades a nível analítico permite avaliar se são levadas a cabo na medida adequada. É importante porque a falta de equilíbrio entre elas ameaça a protecção dos valores históricos.

Uma boa ilustração da relação estreita e necessária entre os três grupos de actividades é a exposição organizada sob a Praça do Mercado de Cracóvia. Primeiro, as relíquias dos edifícios históricos foram desenterradas, examinadas, asseguradas, e devidamente expostas sob a superfície moderna da praça - esta é a apresentação. Depois foi organizada uma instituição responsável por manter a exposição e servir os visitantes - este é o acesso. Desde então, foi levada a cabo uma campanha utilizando vários meios para informar as pessoas sobre o valor deste monumento e as possibilidades de o visitar - isto é a divulgação. Todas estas actividades foram necessárias para utilizar as relíquias preservadas sob a superfície da praça do mercado de Cracóvia.

## **1.6 Formas de utilização do monumento com base no potencial funcional**

O segundo grupo consiste em formas de utilização que exploram o potencial funcional de um edifício (como um monumento) ou de um complexo urbano (como um complexo histórico), mas de uma forma que respeita e adapta (protege) os seus valores históricos. As actividades que servem este propósito incluem a adaptação de monumentos, a expansão/adicionamento em monumentos, e a construção de novos edifícios.

De acordo com a doutrina moderna de conservação, os edifícios e complexos históricos devem servir o público e funcionar de acordo com as suas necessidades. Os edifícios históricos individuais, e especialmente os complexos históricos, devem permitir aos seus proprietários e utilizadores viver e funcionar numa base económica sustentável. Contudo, as funções e normas contemporâneas são diferentes do que no passado. Isto significa a necessidade de adaptar os monumentos aos requisitos actuais, ou seja, fazer intervenções que interfiram e transformem a sua forma e substância históricas. A tarefa conjunta de gestores e conservadores é determinar as formas de compromisso de funcionamento e desenvolvimento que satisfaçam as necessidades contemporâneas e ao mesmo tempo não excedam os limites para além dos quais ocorre a perda de valores históricos.

Encontrar soluções de compromisso não é fácil. Por um lado, os conservadores devem definir com precisão os objectos, elementos ou características que são cruciais do

ponto de vista dos valores históricos e que, portanto, devem ser preservados. Assim, indicando os limites a que as intervenções e transformações são possíveis. Os gestores, por outro lado, devem enquadrar-se dentro destes limites, ou seja, limitar e ajustar os seus planos e actividades que interferem com os edifícios e espaços históricos.

A diversidade de monumentos e condições de gestão significa que não existem formas universais de utilização de monumentos. Isto aplica-se tanto aos aspectos de preservação como aos de utilização. Do lado da preservação, há uma recusa em definir formas universais de acção nos monumentos. Não existe uma definição do âmbito dos procedimentos de preservação permitidos, o que definiria os limites admissíveis de intervenção em monumentos (na abordagem tradicional da preservação de monumentos, os limites das actividades permitidas em edifícios históricos eram a "conservação" e o "restauro", procedimentos definidos no sentido apresentado na Carta de Veneza - 1964). Os conservadores reconhecem que o leque de intervenções pode ser amplo, desde que a preservação dos valores históricos o permita. De uma perspectiva de utilização, é também difícil identificar funções universais que ressoarão sempre com as necessidades de preservação. Deve ser feita uma análise caso a caso, justapondo as necessidades de utilização e os requisitos de conservação.

Na prática, contudo, existem limites que são claros mesmo sem uma análise detalhada. Isto aplica-se tanto à escala do sítio como ao complexo. Na escala de um edifício, as transformações radicais da forma, materiais, cores, detalhes e interiores são geralmente inaceitáveis. À escala do complexo, é inaceitável liquidar um maior número de objectos e transformar a disposição espacial. Por outro lado, novas adições devem ser ajustadas ao ambiente histórico - por exemplo, um arranha-céus, um centro comercial, uma instalação desportiva, uma sala de entretenimento, ou um novo parque não deve ser construído num complexo histórico. Os princípios de interferência conservadora (não confundir com as formas de actividades conservadoras), tanto à escala de um objecto como de um complexo, são aceites e universais.

Apesar das restrições indicadas, o leque de actividades possíveis e aceitáveis relacionadas com a utilização de edifícios e complexos históricos é ainda bastante grande. Contudo, a análise destas funções não só faz sentido no contexto da sua influência na protecção dos valores históricos. É possível porque é possível assumir uma relação entre uma função e as transformações necessárias de um monumento. Nesta perspectiva, é possível identificar três grupos de actividades (intervenções) que podem ser necessárias para diferentes formas de utilização.

A adaptação de um monumento histórico é o processo de adaptação de um edifício histórico às suas funções actuais. A adaptação não é, portanto, um termo que define

as actividades de conservação com um âmbito definido, mas um conceito amplo que abrange várias obras destinadas a adaptar um monumento a novas funções de utilidade.

A forma e as soluções detalhadas dos edifícios construídos são determinadas pelos requisitos específicos das suas funções. Portanto, a introdução de novas funções nos edifícios existentes (monumentos) requer geralmente a adaptação do edifício às normas da função em questão. Na prática, o âmbito necessário de adaptação de um edifício histórico pode ser grande e incluir muitos aspectos - construção, soluções espaciais, equipamento, materiais, instalações, norma geral, estilística. O âmbito das alterações depende das especificidades da nova função e das características do edifício histórico. Contudo, na maioria dos casos, a adaptação requer intervenções profundas que transformam significativamente a forma e substância existentes do edifício.

O âmbito das alterações na primeira linha é ditado pelas necessidades e normas da função introduzida. As alterações que acompanham a adaptação a novas funções são óbvias - por exemplo, uma instalação residencial é transformada em escritório, serviço ou espaço comercial. Contudo, a continuação da função também requer frequentemente a adaptação do monumento resultante da mudança de padrões - por exemplo, apartamentos, lojas ou restaurantes contemporâneos requerem soluções espaciais, equipamento ou acabamentos diferentes do que no passado. Em certa medida, diz respeito mesmo a funções aparentemente inalteráveis e realizadas de forma semelhante, como no caso de edifícios sacros, onde as soluções espaciais podem ser completamente preservadas, mas são introduzidas novas normas e instalações no domínio do aquecimento, iluminação, segurança, sistema de som, ventilação, etc. Este tipo de trabalho envolvendo alterações de normas, equipamentos, instalações, materiais é referido como modernização. A modernização é assim parte integrante da adaptação e acompanha quase sempre a utilização contemporânea de monumentos.

Uma característica importante da adaptação, que a distingue de outras actividades, é o seu âmbito espacial limitado. Geralmente, a adaptação consiste em adaptar um monumento a uma nova função, mas dentro do seu âmbito limitado às suas possibilidades espaciais. Assim, a actividade consiste na adaptação de um espaço histórico a novas necessidades de utilidade. A adaptação requer normalmente uma certa transformação do espaço existente, no entanto, sem perturbar o corpo do edifício histórico; em regra, não requer a sua transformação (extensão, super-estrutura). Por conseguinte, o carácter e o alcance das novas funções introduzidas no



monumento devem ser limitados e ajustados ao seu potencial. Deve ser enfatizado que nem todas as novas funções podem ser introduzidas em todos os monumentos.

Do ponto de vista do conservador, como no caso de todas as intervenções em edifícios históricos, a questão-chave é minimizar a destruição dos valores históricos. Por conseguinte, o princípio deve ser o de adaptar a função contemporânea ao potencial utilizável do monumento. Pode concluir-se que quanto melhor for a nova função de utilidade seleccionada, menor será a extensão das interferências necessárias (e, portanto, a adaptação).

A adaptação também pode ser realizada à escala espacial. Os conjuntos históricos também precisam de ser adaptados às funções de utilidade moderna através de várias actividades. Por exemplo, mudança de organização do tráfego, criação de lugares de estacionamento, introdução de transportes públicos, substituição e complemento de instalações, acrescentando a chamada pequena arquitectura, caixotes do lixo, superfícies, iluminação - todas estas actividades estão incluídas no conceito de adaptação combinado com a modernização. Tal como no caso de monumentos individuais, o limite de adaptação é aquele que não perturba a disposição espacial do conjunto histórico.

Tendo em conta as limitações acima referidas, pode-se concluir que tanto à escala do edifício histórico como do conjunto, a adaptação consiste em actividades que permitem a utilização do monumento, mas não excedem o limite de protecção dos valores históricos.

Extensão de monumentos - são actividades que consistem em adição, superestrutura ou outra alteração na forma do monumento, como regra empreendida com vista à sua utilização. A base para distinguir entre extensão e adaptação é a extensão da interferência - neste último caso, as transformações incluem também a forma do edifício.

A extensão é geralmente empreendida quando o programa de utilidade actual ou planeado não pode ser realizado dentro do volume existente do monumento. Por conseguinte, os gestores tomam medidas que visam a criação de espaço adicional. Em alguns casos pode ser criado através da ampliação do edifício com andares subterrâneos - a usabilidade de tais superfícies está contudo limitada a funções auxiliares ou domésticas. A vantagem de tal solução não está a interferir com a forma do edifício acima do nível do solo, mas a limitação inegável é o elevado custo de tais obras. É por isso que este tipo de realizações não são comuns, na maioria das vezes estão ligadas à criação de garagens subterrâneas, para as quais não há absolutamente nenhum lugar em bairros históricos.

Por outro lado, a solução mais frequentemente empreendida é a superestrutura de monumentos. É um procedimento que não requer a ocupação de área fora do contorno do edifício existente, o que muitas vezes não seria possível, especialmente em bairros históricos com uma intensidade de desenvolvimento normalmente elevada. A superestrutura também pode ser menos dispendiosa do que a ampliação do edifício, porque não requer terraplanagens, fundações, isolamento, etc. A superestrutura pode consistir em levantar um edifício por um ou mais andares e cobri-lo com um telhado de forma reconstruída ou modificada. Um caso especial de super-estrutura é a transformação de um edifício histórico acima do nível da cornija mais alta. O telhado é por vezes transformado, estendido até a vários níveis, são sempre inseridas janelas adicionais. Tal procedimento é mais frequentemente realizado quando os regulamentos não permitem perturbar o nível da cornija mais alta. Não há dúvida de que todas as superestruturas violam a forma histórica do edifício e interferem com os seus valores históricos. Portanto, tais acções só podem ser empreendidas em monumentos de menor valor, que são importantes como elemento co-criador do traçado urbano histórico.

Outra forma de extensão de monumentos é acrescentar-lhe novos elementos. Tal como no caso da superestrutura, o objectivo da acção é a obtenção de áreas adicionais utilizáveis. As extensões têm escalas e formas muito diferentes, que são limitadas pela dimensão da parcela e pelas necessidades e possibilidades do investidor. Assim, existem exemplos de extensões que apenas aumentam ligeiramente o volume de todo o complexo, bem como extensões mesmo várias vezes maiores do que o monumento, no qual foram construídas. Por conseguinte, é difícil formular uma avaliação comum do conservador de todas estas acções; em alguns casos são quase neutras, e em outros destroem o monumento de uma forma caricatural.

Uma forma extrema de desenvolvimento é a transformação da forma histórica de um edifício. Tais acções também ocorrem, mas como regra geral não devem ser consideradas como uma forma de lidar com edifícios históricos. O seu efeito é a destruição do valor do edifício histórico. Contudo, tais acções podem ocorrer quando o objecto histórico tem um valor absolutamente mínimo e os seus gestores estão a satisfazer as necessidades de utilidade. No entanto, após tal transformação, o objecto deve perder o seu estatuto de monumento protegido.

Todas as formas de actividade mencionadas servem para obter espaço adicional, ampliando a usabilidade do monumento histórico através da continuação ou introdução de novas funções. Por conseguinte, são utilizadas na prática, embora conduzam indubitavelmente à diminuição dos valores históricos dos objectos.

Construção de novos objectos - estas são actividades empreendidas em complexos/distritos históricos a fim de realizar várias utilizações funcionais. Em áreas históricas, a arquitectura histórica e a disposição espacial têm valor histórico - estes dois elementos estão sujeitos a protecção. Contudo, os conjuntos maiores (áreas urbanas) não consistem apenas em edifícios de valor histórico ou não apenas de valor histórico significativo. Por conseguinte, alguns objectos não estão sujeitos a protecção e podem ser substituídos por novos edifícios. Podem também ser criados edifícios em terrenos não urbanizados, que sempre existem, uma vez que nenhuma área é completamente coberta por edifícios.

Os novos edifícios em si não estão sujeitos ao controlo do conservador, contudo, nas zonas históricas a sua localização pode perturbar o valor histórico do sistema espacial, e a sua forma pode ter uma influência negativa sobre o valor global do conjunto arquitectónico. Por conseguinte, tanto a localização como a forma dos novos edifícios em complexos e áreas históricas devem estar sujeitos ao controlo do conservador.

A condição de protecção dos valores dos sistemas espaciais históricos é a preservação da sua autenticidade e integridade. Novos edifícios que desenvolvam as áreas até agora livres podem violar estes parâmetros. Por conseguinte, deste ponto de vista, a construção de novos edifícios deve ser condicionada por uma análise do seu impacto sobre os valores históricos.

O segundo problema associado aos novos edifícios no espaço histórico é a sua forma. A teoria da conservação afirma que os novos edifícios não devem copiar formas históricas; isto seria falsificar monumentos autênticos. Por outro lado, não é aconselhável construir formas extravagantes que contrastam excessivamente com o meio histórico - os novos objectos devem ser distinguíveis, mas devem respeitar o contexto urbano e arquitectónico. Estes dois pólos - cópias e formas extravagantes, marcam uma vasta área na qual os arquitectos podem mostrar a sua criatividade. Uma das direcções de actividade nesta tendência é a chamada retroversão, ou seja, a concepção de versões contemporâneas de edifícios históricos (FOT).

A fim de preservar os valores históricos dos complexos históricos, os conservadores introduzem restrições adicionais que regulam as novas construções. Os regulamentos podem dizer respeito, por exemplo, altura do edifício, linha de construção, forma do telhado, materiais, cores, detalhes arquitectónicos, divisões funcionais. Tais regulamentos limitam a liberdade de criação de novos edifícios, impedindo a sua excessiva disparidade em relação ao contexto histórico. Assume-se que isto reforça a protecção dos valores históricos.

Um grupo separado de actividades, que tem um âmbito técnico semelhante ao da construção de novos edifícios, é o chamado facadismo. Este procedimento é mais frequentemente aplicado em fachadas de casas de cortiços e é levado a cabo em edifícios de baixo valor histórico. Consiste em deixar apenas a fachada do edifício, demolir tudo o que não seja ele, e construir um novo edifício. O único elemento preservado é a fachada, o objecto por detrás é completamente moderno, pelo que pode satisfazer todas as normas de utilidade. Por esta razão, tal acção é empreendida voluntariamente pelos gestores, mas deve ser utilizada apenas excepcionalmente.

Outro caso ainda é a reconstrução de monumentos destruídos. Os monumentos são destruídos em partes iguais em circunstâncias intencionais e acidentais - guerra, terramoto, incêndio, inundaçã, desastre de construção. A teoria da preservação tradicional não reconheceu a reconstrução como uma acção de preservação válida, e tem falhado consistentemente em reconhecer o valor de tal monumento. Actualmente, no entanto, a reconstrução de monumentos danificados é permitida, mas deve ser baseada em fontes fiáveis.

Resumindo os três grupos de actividades que interferem com edifícios e complexos históricos a fim de satisfazer as suas necessidades de utilidade, estes podem ser geralmente avaliados do ponto de vista do conservador. Na simplificação, podem ser atribuídos a diferentes graus de interferência em ambientes históricos, logo, a diferentes graus de destruição de valores históricos. A adaptação é a menos invasiva, enquanto as extensões são mais invasivas, transformando também a massa dos edifícios. No entanto, é mais difícil fazer uma avaliação inequívoca da construção de novos edifícios em complexos históricos. Cada caso requer uma avaliação individual. Alguns projectos podem não interferir muito com os valores históricos, enquanto outros podem ser muito devastadores. Por conseguinte, é muito importante seguir os princípios da conservação universal.

*CASO DE ESTUDO - GESTÃO NA POLÓNIA*

**O Conjunto do Castelo de Janowiec**

**Desenvolvido por Anna Fortuna-Marek**

## 1. Geral

O conjunto do castelo em Janowiec está localizado na província de Lubelskie (condado de Puławy, comuna de Janowiec). O conjunto histórico é composto pelas ruínas históricas de um castelo, parque, e um conjunto de edifícios senhoriais de madeira e edifícios agrícolas que formam um pequeno museu ao ar livre.

O castelo, construído no final do século XV ou após 1508, pertenceu durante vários séculos a famílias polacas abastadas: Firlej, Tarło e Lubomirski. Após a morte de Mikołaj Firlej, a estrela de Kazimierz, a construção no sistema de bastião continuou para o seu filho Piotr, o voivodio de Ruś. Nessa altura, foi construída uma fortaleza que foi adaptada à utilização de armas de fogo e canhões, inspirada na arquitectura militar da Itália. Em 1537 Sigismundo I o Antigo (Zygmunt Stary) emitiu um alvará de fundação para Janowiec, uma cidade localizada junto ao castelo já existente. Nos anos 1565-85, o castelo foi reconstruído no espírito do Maneirismo. Segundo o projecto de Santi Gucci, a ala sul, o chamado palácio, foi construído para Andrzej Firlej. O castelo foi então dotado de um carácter residencial, com sótãos, galerias arqueadas e decorações maneiristas. No início do século XVII, o castelo passou para as mãos da família Tarło, e foi novamente ampliado com a adição de uma ala e torres residenciais: a ocidental e a oriental. Em 1656 foi queimado durante o dilúvio sueco, e depois reconstruído como residência barroca para a família Lubomirski. Tylman van Gameren participou provavelmente nas obras. No final do século XVIII, o edifício foi modernizado e decorado com ornamentos rococó. Em 1783 Marcin Lubomirski vendeu o castelo a Mikołaj Piaskowski. Após a sua morte em 1803, o edifício caiu em ruína. Nos anos 1931-1975, o castelo pertenceu ao engenheiro Leon Kozłowski, que fez tentativas para o salvar através da realização de pequenas reparações. No entanto, em 1975, vendeu o castelo ao Tesouro do Estado. As ruínas históricas foram transferidas para o Museu de Kazimierz Dolny (actualmente o Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny). Desde então, começou um período de intenso trabalho complexo: protecção, renovação, conservação, e vários estudos de conservação. No âmbito destas actividades (precedidas por uma série de estudos interdisciplinares especializados, incluindo estudos históricos, iconográficos, arqueológicos, arquitectónicos, estruturais e geofísicos) foram feitos reforços temporários e permanentes nas estruturas da muralha, e foram reconstruídos elementos seleccionados das instalações do castelo. Foram desenvolvidos vários conceitos para a disposição da ruína permanente, reconstrução parcial e adaptação do castelo, a fim de o adaptar para fins de museu e exposição, bem como serviços turísticos. Em ligação com as necessidades de expansão da oferta turística, foi introduzido um pequeno museu ao ar livre nos arredores do

castelo, com uma casa senhorial de madeira (utilizada como escritórios e alojamento para turistas) e vários edifícios de madeira. Nesta fase, o conceito de proteção foi também alargado para ter mais em conta as condições da paisagem e a relação entre o castelo e a cidade - em termos de turismo e estratégia económica.

The castle, built at the end of the 15th century or after 1508, belonged for several centuries to wealthy Polish families: Firlej, Tarło and Lubomirski. After the death of Mikołaj Firlej, the starost of Kazimierz, the construction in the bastion system was continued for his son Piotr, the voivode of Ruś. At that time a fortress was built which was adapted to the use of firearms and cannons, inspired by the military architecture of Italy. In 1537 Sigismund I the Old (Zygmunt Stary) issued a foundation charter for Janowiec, a town located by the already existing castle. In the years 1565-85 the castle was rebuilt in the spirit of Mannerism. According to the design by Santi Gucci, the south wing, the so-called palace, was built for Andrzej Firlej. The castle was then given a residential character, with attics, arcaded galleries and Mannerist decorations. At the beginning of the seventeenth century, the castle passed into the hands of the Tarło family, and was again extended by the addition of a residential wing and towers: the western and eastern one. In 1656 it was burned during the Swedish Deluge, and then rebuilt as a Baroque residence for the Lubomirski family. Tylman van Gameren probably took part in the works. At the end of the 18th century the building was modernized and decorated with Rococo ornaments. In 1783 Marcin Lubomirski sold the castle to Mikołaj Piaskowski. After his death in 1803, the building fell into ruin. In the years 1931-1975, the castle belonged to engineer Leon Kozłowski, who made attempts to save it by carrying out minor repairs. However, in 1975 he sold the castle to the State Treasury. The historic ruins were transferred to the Museum of Kazimierz Dolny (now the Nadwiślańskie Museum in Kazimierz Dolny). Since then, a period of intensive complex work began: protection, renovation, conservation, and various conservation studies. Within the framework of these activities (preceded by a number of specialist interdisciplinary studies, including historical, iconographic, archaeological, architectural, structural and geophysical ones) temporary and permanent reinforcements were made to the wall structures, and selected elements of the castle premises were reconstructed. Various concepts for the arrangement of the permanent ruin, partial reconstruction and adaptation of the castle were developed in order to adapt it for museum and exhibition purposes, as well as tourist services. In connection with the needs of expanding the tourist offer, a small open-air museum was introduced into the castle's surroundings, with a wooden manor house (used as offices and accommodation for tourists) and several wooden buildings. At this stage the concept of

protection was also extended to take more account of the landscape conditions and the relationship between the castle and the town - in terms of tourism and economic strategy.

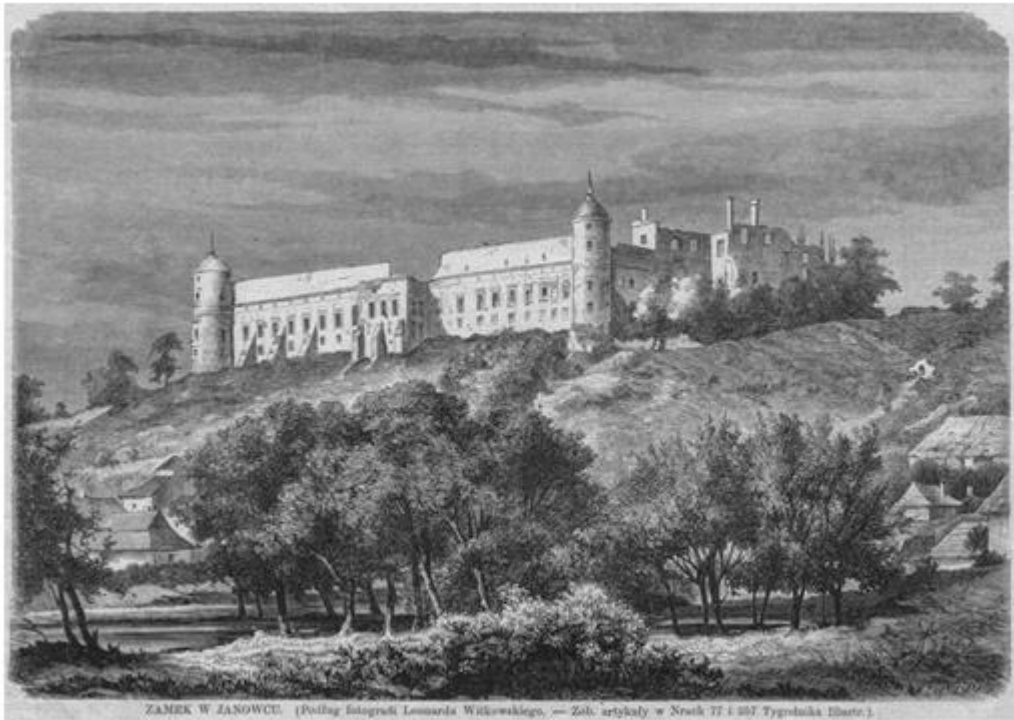


Vista aérea do castelo (foto da colecção do Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny)



Vista sul do castelo do (foto da colecção do Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny)





ZAMEK W JANOWCU. (Podług fotografii Leonarda Witkowskiego. — Zob. artykuły w Nrach 77 i 80 Tygodnika Ilustrowanego.)

Konstanty Przykowski, figura de: Tygodnik Ilustrowany, 1866, 362 p. 97.

<https://www.warownie.pl/2018/09/janowiec/>



Wojciech Gerson, Janowiec, 1888

As intenções originais dos conservadores do Castelo de Janowiec, que em princípio assumiram a conservação e restauro que consiste na proteção estrutural sob a forma de uma ruína permanente com acréscimos mínimos, foram verificadas nos anos 90,

permitindo a possibilidade de uma reconstrução parcial. Para além de razões utilitárias (a introdução de novas funções), uma das razões para as mudanças nos procedimentos de conservação foram razões técnicas e dificuldades em manter as ruínas em bom estado. Em 1993, foi elaborado um plano que, em contraste com os pressupostos anteriores, previa a reconstrução da casa do Norte, da ala Oeste, do primeiro andar do anfiteatro do Sul, e um aumento do âmbito da reconstrução da ala Leste. Assumiu-se que a principal utilização do castelo seria como museu, complementado por funções turísticas relacionadas oferecendo serviços de catering e alojamento, bem como instalações de lazer e entretenimento com trilhos pedestres, áreas de observação, e como local para eventos culturais. Este plano ainda não foi totalmente implementado. Foram realizadas reconstruções na portaria, na casa norte, na torre oeste, na suite oeste, e na ala leste. O primeiro andar da torre leste foi reconstruído, e as suas partes mais altas das paredes foram parcialmente ampliadas e reforçadas. As paredes foram parcialmente preenchidas e as coroas das paredes em outras partes do castelo foram fixadas. O trabalho de conservação e a mudança de conceitos para o desenvolvimento e utilização do castelo não foram totalmente implementados. O conjunto histórico continua a colocar uma série de problemas aos seus gestores.



Castelo de Janowiec. Vista leste. Foto de A. Fortuna-Marek



Castelo de Janowiec. Vista da capela e da ala Leste. Foto de A. Fortuna-Marek

O castelo está situado numa colina alta de calcário com a aldeia de Janowiec e o vale do Vístula no seu sopé. Tal localização proporciona ao castelo uma vista da vasta envolvente e, ao mesmo tempo, dá visibilidade ao castelo a partir de longas distâncias. O que é importante na localização de Janowiec é a sua proximidade com Kazimierz Dolny, situada na margem oposta, oriental do rio Vístula. A localização geográfica de Janowiec está ligada ao desfiladeiro Vístula da Polónia Menor (Małopolski Przełom Wisły). Devido aos seus valores naturais e paisagísticos, Janowiec está localizado dentro das fronteiras do Parque Paisagístico de Kazimierz. A leste, o conjunto do castelo encontra um parque e, mais longe, edifícios de madeira de um pequeno museu ao ar livre (uma casa senhorial juntamente com edifícios de quinta e casa).

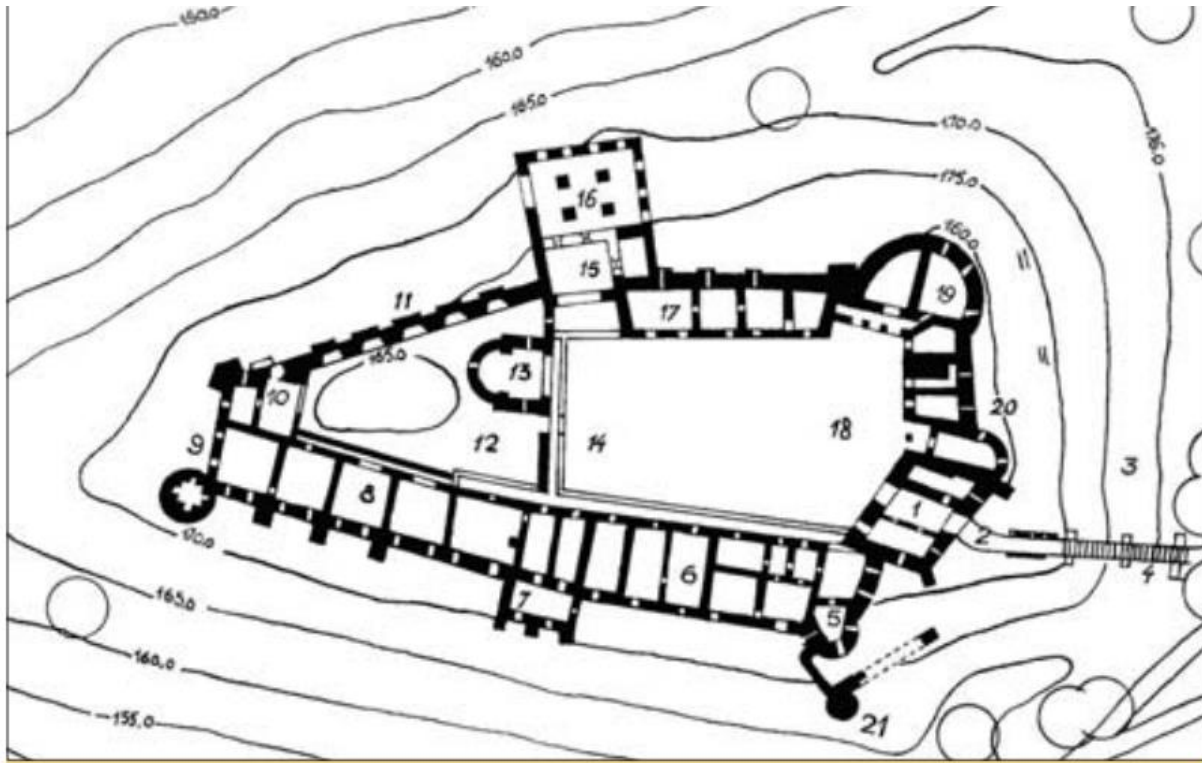


Casa senhorial de Moniaki. Foto de A. Fortuna-Marek

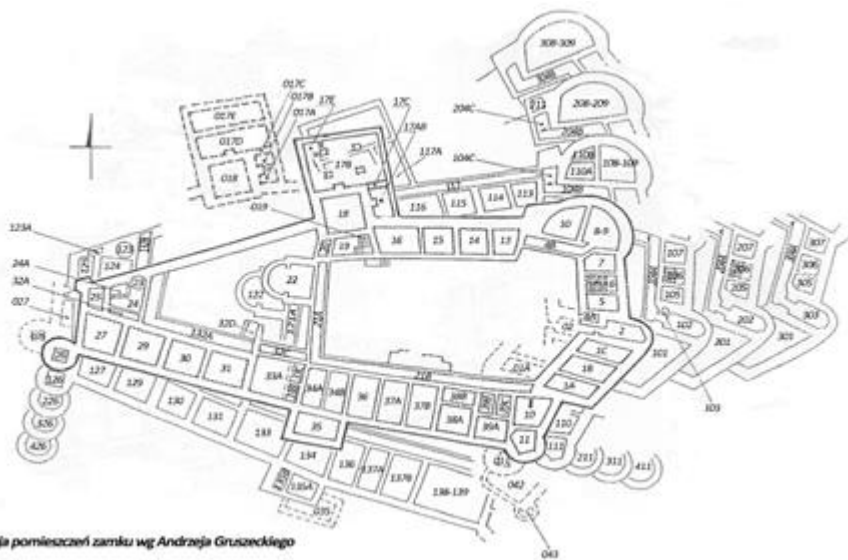
O castelo está construído sobre um plano semelhante a um quadrilátero irregular e alongado. Os lados mais longos do edifício estão situados num alinhamento este-oeste. O edifício é feito de calcário local e tijolo (são utilizados diferentes materiais e técnicas nas partes que foram objecto de conservação e reconstrução). Um edifício de portão está situado a leste. Os edifícios residenciais foram situados ao longo das muralhas defensivas do castelo. Actualmente, os edifícios na parte norte e parcialmente na parte leste foram preservados (reconstruídos). A parte sul e a parte que fecha o grande pátio a oeste (com uma capela) permanecem em ruínas. Os edifícios da parte ocidental do castelo, que encerram o segundo dos pátios interiores, foram em grande parte reconstruídos.



Uma vista do castelo. Foto de A. Fortuna-Marek



4. Zamek, rzut poziomy. 1) budynek bramny, 2) szyja przedbramia, 3) fosa, 4) most, 5) wieża wschodnia (pierwotnie baszta *puntone*), 6) amfilada południowa, cz. wschodnia (pałac Andrzeja Firleja), 7) wieża mieszkalna południowa (ryzalit południowy), 8) amfilada południowa, cz. zachodnia (pałac Tartłów), 9) wieża zachodnia, 10) apartament zachodni, 11) mur obronny północny, 12) Dziedziniec Mały, 13) kaplica ze studnią, 14) krużganki, 15) wieża mieszkalna północna (rozebrana w XVII w.), 16) pomieszczenia czeladne (wybudowa północna), 17) dom północny, 18) Dziedziniec Wielki, 19) basteja wielka, 20) skrzydło wschodnie, 21) baszta na podwalu. Rys. T. Augustynek, 1995.



Numeracja pomieszczeń zamku wg Andrzeja Gruszeckiego

Numeração das salas do castelo segundo Andrzej Gruszecki (da coleção do Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny)

## 2. Descrição do problema - gestão of the problem

O complexo do castelo em Janowiec distingue-se pelos seus valores monumentais excepcionais - históricos, como lugar ligado a pessoas e eventos importantes à escala polaca; documentais e científicos, como obra multifásica de arquitectura defensiva e residencial, que tem sido e pode ainda ser objecto de investigação científica em muitos campos; arquitectónicos e artísticos (um monumento de arquitectura militar, um edifício residencial com forma e decoração representativas, criado por artistas famosos); uma série de valores intangíveis e simbólicos (por exemplo, como objecto e conjunto característico que dá identidade à cidade e aos seus arredores). Devido à sua localização, o castelo tem também valores paisagísticos notáveis como característica dominante da vasta área do desfiladeiro de Vístula.

A forma do monumento e a sua localização - ruína histórica, clara história multifásica de transformações determina o valor do monumento como um documento histórico, como um objecto de grande valor artístico e de excepcional valor paisagístico. A presente forma, substância, localização e exposição do castelo - apesar das repetidas e variadas intervenções de conservação (incluindo reconstrução parcial) - mantém a sua autenticidade em muitos aspectos.

As ruínas históricas do castelo e os edifícios de madeira translocados da casa senhorial e edifícios agrícolas, que formam um museu ao ar livre nas proximidades do castelo, estão sob proteção legal através da inscrição no registo de monumentos históricos. O Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny possui uma área relativamente grande em redor do castelo. Isto assegura a proteção do castelo numa escala de objectos.



Vista do castelo a partir do sul. (Foto da colecção de Nadwiślańskie Museu em Kazimierz)

Contudo, devido às qualidades únicas da paisagem e à silhueta distintiva "icónica" do castelo, a proteção num contexto paisagístico - a preservação das vistas "do castelo" e

"para o castelo" - é uma consideração muito importante. O gestor do local não tem influência directa sobre a proteção do castelo à escala da paisagem. Esta proteção é garantida em certa medida por disposições adequadas (ordens, proibições, restrições) adoptadas no plano de desenvolvimento espacial local, cuja adopção é da responsabilidade do governo local. No entanto, a comuna Janowiec não criou o chamado parque cultural, que seria a forma mais eficaz de proteção - também à escala da paisagem.

A política de proteção paisagística do castelo requer a cooperação de uma vasta gama de interessados, incluindo representantes do governo local e governos locais de outros níveis, organismos de planeamento, conservação e proteção ambiental.

Graças às obras de proteção, renovação, reconstrução e adaptação realizadas na segunda metade do século XX, as ruínas do castelo sobreviveram e estão agora abertas aos turistas. As obras, que duraram várias dezenas de anos, foram possíveis graças aos elevados fundos concedidos a partir de recursos estatais e a uma unidade de gestão consciente da importância das ruínas do castelo. Contudo, tanto as obras de renovação e conservação como a proteção do castelo ainda não foram concluídas. O carácter específico das ruínas do castelo (em primeiro lugar, exposição directa das paredes a agentes atmosféricos, condições climáticas predominantes na Polónia, material de construção relativamente perecível) é a razão para o rápido progresso de alterações negativas no estado técnico. O estado técnico das ruínas do castelo em Janowiec varia. O estado das paredes e das salas cobertas pode ser considerado satisfatório. No entanto, o estado das coroas das paredes e das partes não telhadas é insatisfatório ou mau. O trabalho de preservação e conservação realizado na última dúzia de anos não é suficiente - sobretudo, o processo de deterioração das partes desprotegidas das paredes está a progredir rapidamente. A principal razão é o financiamento insuficiente.



Anexos gráficos à decisão A-500 de 17. 05. 1971 sobre a inscrição do complexo paisagístico e arquitectónico de Janowiec no registo dos monumentos históricos



Destrução da substância histórica. Foto de A. Fortuna-Marek



A manutenção, utilização e desenvolvimento do castelo em Janowiec tem colocado continuamente problemas significativos aos seus gestores. Os problemas e ameaças ligados à manutenção da fundação histórica ainda estão presentes e têm um impacto significativo no estado das ruínas históricas do castelo de Janowiec. Ao mesmo tempo, um aumento significativo do número de turistas nos últimos anos (de 5.000 para 60.000), um aumento significativo de eventos culturais e grandes festas organizadas no castelo e arredores, um aumento da procura de alojamento para turistas, a necessidade de o museu gerar rendimentos das suas próprias actividades são as principais razões pelas quais o gestor do complexo procura novas formas de utilização e gestão, por exemplo, através do alargamento do perfil das actividades. As ideias são variadas, por exemplo, a reconstrução de uma vinha histórica sob o castelo, a criação de ovinos, a expansão de alojamento e actividades de conferências (o que exigiria novos volumes), a criação de um centro de investigação sobre ruínas históricas.

A preservação do castelo sob a forma de ruína permanente, ao mesmo tempo que permite a sua utilização para as suas funções e desenvolvimento actuais, é problemática e ilustra a escala dos problemas de preservação.

O Museu, cumprindo os seus objectivos estatutários, mantendo um edifício histórico que requer decisões difíceis e coloca muitos problemas, bem como esforçando-se por desenvolver o turismo e a promoção, coopera com muitos interessados, incluindo a Universidade de Tecnologia de Lublin; no campo da preservação da forma e substância históricas, ameaças e monitorização - com autoridades e instituições de proteção de monumentos (Lublin Voivodeship Conservator of Monuments, Conservator's Council at the Voivodeship Historical Monuments Office, Regional Branch of the National Heritage Institute in Lublin); no campo da apresentação, acessibilidade, educação e desenvolvimento do turismo - com os meios de comunicação social, muitas organizações e associações activas no campo do turismo e promoção; no campo da utilização e desenvolvimento - com o governo autónomo local e provincial, comunidade local e associações.

Um aspecto importante da actividade do Museu são os empreendimentos relativos à criação de oferta cultural não só para turistas, mas também para a sociedade local. O Museu, em cooperação com o governo local e várias entidades (locais, regionais, nacionais) organiza muitos eventos culturais - exposições, concertos, espectáculos teatrais, espectáculos de reconstrução, espectáculos de cavaleiros, feiras de produtos regionais. Alguns destes eventos são cíclicos, com marca reconhecida e despertando o interesse de um vasto público, por exemplo, Festival do Vinho, Noite Vistulana dos Museus, Jornadas Europeias do Património, Festival de Cinema e Arte Dwa Brzegi

organizado em Kazimierz Dolny e Janowiec, Nadwiślańskie Encontros com Poesia, Janowieckie Interpretações da Música, Festival de Jazz. Graças a tais iniciativas, entre outras, há um constante e significativo aumento do número de turistas.



Encontros Vistulanos com Poesia (foto da coleção do Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny)



Um torneio medieval (foto da coleção do Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny)

O museu também realiza actividades comerciais - principalmente no campo dos serviços turísticos (café nas ruínas do castelo, alojamento no solar de Moniak), disponibilizando a área do parque e do castelo para sessões fotográficas de casamento, providenciando um lugar para uma fogueira, gerindo uma loja de lembranças.

O Museu - Ramo em Janowiec enfrenta várias condições adversas relacionadas com a sua manutenção, utilização e desenvolvimento. Um maior desenvolvimento em termos de mudanças funcionais-utilidade, por exemplo, a fim de alargar, enriquecer, tornar mais atraente a oferta do museu e as actividades culturais e turísticas, encontra uma série de barreiras. As mais importantes incluem: o carácter específico do objecto (ruína histórica) e dificuldades relacionadas com a manutenção e abertura, bem como limitações relacionadas com a insuficiente área útil, falta de possibilidade de ampliar a área de exposição e introduzir funções adicionais, mau estado técnico de parte do complexo e dificuldades em assegurar as ruínas resultantes, entre outros, dos parâmetros do material de construção, investimentos financeiros insuficientes, falta de visão precisa e de estratégia de desenvolvimento.



A loja de lembranças no castelo. Foto de A. Fortuna-Marek

## Conclusões

- A utilização do castelo e do complexo museológico ao ar livre por uma unidade museológica é um factor de gestão positiva. Esta propriedade assegura a preservação do estabelecimento histórico e dos seus valores e a utilização do monumento principalmente para fins museológicos e turísticos.
- A função do museu deve ser preservada, continuada e desenvolvida, uma vez que garante a preservação dos valores históricos da assunção do castelo.
- É uma ideia positiva lutar pelo reconhecimento do conjunto do castelo como Monumento da História. Uma entrada na lista de Monumentos da História sancionaria os altos valores históricos do castelo, aumentaria as possibilidades de adquirir fundos de várias fontes e facilitaria a promoção. Poderíamos considerar a inscrição do próprio Janowiec ou alargar as fronteiras de Kazimierz Dolny como Monumento da História reconhecido ao Janowiec.
- A proteção das ruínas do castelo à escala da paisagem deveria ser reforçada. As relações de visualização entre o castelo e Janowiec e relações de visualização mais amplas são importantes. A proteção a esta escala excede as competências e capacidades do administrador do castelo (Museu). Uma forma eficaz de proteção a este respeito seria o estabelecimento de um parque cultural "da paisagem histórica do Castelo de Janowiec". Isto requer a criação de um fórum de cooperação entre os interessados envolvidos na configuração da paisagem, com particular ênfase no governo local. Durante a criação do parque cultural, seria necessário, entre outras coisas, especificar os limites de proteção com delineamento de vistas e eixos, bem como os limites das unidades arquitectónicas e paisagísticas históricas. No entanto, o problema é a falta de convicção e a necessidade de tais soluções por parte do governo local.
- A preservação do castelo sob a forma da chamada ruína permanente é uma forma adequada de lidar com as ruínas históricas. No entanto, a forma de continuação das obras de proteção e a possibilidade de novas interferências na estrutura (reconstrução parcial? acrescentando espaços/cubaturas modernas?) não está resolvida.
- A preservação de múltiplos valores do complexo histórico em Janowiec depende da sua adequada proteção, condição técnica, e formas da sua utilização contemporânea.
- A forma actual do conjunto histórico do castelo composto por objectos em cubatura (tanto reconstruídos como contemporâneos) e deixando uma parte

significativa sob a forma de ruínas permanentes faz com que o seu estado técnico varie de muito bom a mau.

- Uma ameaça significativa é a condição técnica de alguns elementos do castelo preservados sob a forma de ruína. Requerem proteção imediata e trabalho de conservação. É necessário parar com mais destruição e preservar o castelo com a parte essencial deixada como uma ruína permanente.
- O problema é a falta de recursos financeiros suficientes para realizar trabalhos de reparação e conservação - o montante de fundos necessários excede as capacidades reais do museu. Sem uma acção decisiva e um aumento significativo do financiamento, é possível que o estado técnico das ruínas continue a deteriorar-se permanentemente, representando uma ameaça real à substância e à forma históricas.
- O actual nível de financiamento do Museu pelo governo local da Província de Lubelskie é insuficiente - assegura o seu funcionamento actual, mas não permite obras completas de conservação, renovação e preservação, bem como o seu desenvolvimento (introdução de novas funções e novos conceitos de gestão e utilização). Talvez uma oportunidade para alterar esta situação fosse uma mudança do órgão directivo do museu através da co-gestão e co-financiamento da unidade pela Província de Lublin e pelo Ministério da Cultura e Património Nacional.
- O principal problema de gestão é a falta de uma estratégia precisa e de um plano de investimento a longo prazo, cuja realização gradual e consistente daria uma oportunidade real tanto para a preservação dos valores históricos, como para a melhoria das condições técnicas, bem como para a extensão das funções de utilidade e para o aumento da atractividade dos serviços oferecidos.
- É necessário desenvolver um conceito alvo de desenvolvimento e utilização do complexo do castelo, que deve basear-se nos resultados da investigação a longo prazo em vários campos (arqueológicos, arquitectónicos, estudos geo-radar, documentação histórica, inventários, avaliações técnicas, bem como consultas de arquivo, bibliográficas e iconográficas).
- Uma intenção de gestão positiva é concentrar e desenvolver a exposição - funções do museu no castelo.
- Uma boa ideia para o desenvolvimento das funções do museu é a criação de um "museu de ruínas" no castelo - ou seja, o desenvolvimento de uma extensa exposição que apresentará o problema das ruínas históricas de edifícios históricos em muitos aspectos (formação, manutenção, proteção,

desenvolvimento, utilização, ameaças, etc.) numa secção transversal histórica e geográfica. Ao mesmo tempo, o castelo de Janowiec tornar-se-ia um elemento "vivo" desta exposição (apresentação in situ dos problemas ligados à preservação do castelo como ruína permanente).



Uma vista do castelo. Foto de A. Fortuna-Marek

- Era uma boa ideia localizar as funções de alojamento (quartos de hóspedes) no edifício da casa senhorial que acompanhava o castelo. A disposição dos quartos de hóspedes no castelo é problemática - cria riscos potenciais adicionais e pode causar dispersão de recursos e actividades organizacionais.
- Um aspecto positivo da gestão é a cooperação do Museu Nadwiślańskie em Kazimierz Dolny e a sua Delegação - Castelo em Janowiec com muitos interessados em diferentes áreas de gestão.
- É uma boa ideia de gestão construir a imagem do castelo em Janowiec como atracção de importância nacional, mantendo simultaneamente a comunicação com o desenvolvimento turístico da região (evolução do conceito de "Triângulo Turístico") e no contexto de uma rede dos edifícios históricos mais valiosos à

escala nacional (por exemplo, Monumentos da História) e macro-regional (ruínas do castelo europeu).

- Um bom resultado da gestão é um aumento significativo de turistas e residentes de Janowiec que visitam o castelo e participam em eventos culturais organizados pelo Museu.

## Bibliografia

Gruszecki, A. (2007). *Zamek w Janowcu w świetle badań*, [w:] *Ruiny żywe*, red. M. Brykowska, Janowiec, pp. 13-16

Kajzer, L. Kołodziejcki S., Salm J., (2012). *Leksykon zamków w Polsce*, Warszawa

Klimek, B., (2013). *Zamek w Janowcu nad Wisłą - fazy budowy, przeprowadzone prace i ocena stanu technicznego poszczególnych części zamku*, [w:] *Ochrona i konserwacja ruin zamkowych - wybrane problemy i przykłady*, red. Szmygin B., Molski P., Warszawa - Lublin, pp. 89-101

Kosiński, W. (1995). *Kształtowanie krajobrazu kulturowego – miasteczko turystyczne na przykładzie Janowca nad Wisłą*, „Ochrona Zabytków” R. 1995, nr 3 - 4, pp. 266 - 282

*Plan realizacyjny „Zamek w Janowcu n/Wisłą. Plan realizacyjny zagospodarowania. Adaptacja Zamku dla potrzeb muzealno-turystycznych”* autorstwa T. Augustynka, B. Kulawczuk, J. Lisa, M. Brzostka, Z. Uhle, opracowany w Pracowni Projektowej Architekt Bogdan Kulawczuk w Puławach, Puławy 1993, mps Archiwum MNKD

Szmygin, B. Siwek, A. Fortuna-Marek, A. (2019-2020). *Zespół zamkowy w Janowcu. Ocena wartości i plan zarządzania*. Lublin - Kraków - Rzeszów

Żurawski, J. (2003). *Zamek w Janowcu nad Wisłą. Budowa - rozbudowa - ruina - konserwacja - rewaloryzacja - zagospodarowanie*, „Ochrona Zabytków”, 2003, nr 1/2, pp. 5-33

## Páginas Web

<https://mnkd.pl/muzeum-nadwislanskie-oddzial-zamek-w-janowcu/>

<https://www.zamkipolskie.com/janow/janow.html>

<https://www.janowiec.pl/turystyka-i-atrakcje/zabytki-i-historia/zamek>



*CASO DE ESTUDO - GESTÃO EM ITÁLIA*

*O Museu da Casa de Dante Unione Fiorentina*

Desenvolvido por Corina Del Bianco, PhD  
Com a contribuição de Serena Stagi

## 1. Introdução

O documento seguinte apresenta uma instituição localizada em Florença e empenhada em promover os valores da identidade local, bem como uma das figuras mais importantes tanto na história e cultura de Florença como em Itália: Dante Alighieri. O caso em apreço é particularmente interessante na medida em que, apesar de ser um museu menor numa cidade altamente visitada como Florença, a sua gestão é definida por algumas peculiaridades que serão apresentadas de seguida.

O presente relatório baseia-se, por um lado, numa bibliografia específica centrada na figura do poeta, na Florença Medieval e na história e estrutura do museu; e, por outro, numa entrevista com os coordenadores do museu, Tullia Carlino Hautmann e Angela Spinella, que lidam diariamente com todas as questões relacionadas com a gestão. Este relatório abordará também os problemas trazidos pela pandemia de Covid-19, que teve um impacto significativo na gestão do museu, não só do ponto de vista financeiro - o museu foi obrigado a fechar por mais de três meses e as obras para a nova instalação tiveram de ser interrompidas enquanto ainda estavam em curso - mas também para equipar caminhos de fruição e trabalho que respeitem as restrições impostas por lei.

## 2. O Museu Florentino dedicado a Dante Alighieri

### *Origens e localização*

O Museu da Casa de Dante está entre os museus menores mais visitados de Florença. É dedicado ao maior poeta italiano, Dante Alighieri, e está situado num edifício situado na Via Santa Margherita 1, onde outrora se encontravam as casas pertencentes à família Alighieri e onde nasceu o próprio poeta. Apesar de ser uma reconstrução, o edifício é um dos mais distintivos da Florença medieval. Em 1965, a Associação Unione Fiorentina pediu e obteve autorização da Cidade de Florença para estabelecer um museu dedicado a Dante nos quartos da sua casa, que ainda hoje dirige e administra.



Figura 1: Localização do museu. Imagem de satélite Google Maps.



Figura 2: Vista da fachada da torre coberta de pietraforte, com furos de encaixe, busto de bronze de Dante e a indicação da entrada localizada na lateral da torre. Imagem tirada na pequena praça da Via Santa Margherita. Fotografias Corinna Del Bianco.



Figura 3: Entrada do Museu da Casa de Dante. Fotografia de Corinna Del Bianco.

### *Dante Alighieri e a Florença medieval*

Dante Alighieri é uma figura essencial na história e cultura tanto de Itália como da Europa e é considerado o pai da língua italiana. Nascido em 1265 em Florença, a sua vida foi marcada pela perda dos grandes amores da sua vida: a mulher que amava, Beatriz, e a sua amada cidade, Florença, que ele foi forçado a deixar em 1302 por causa de um exílio politicamente motivado; morreu em Ravena em 1321, após anos de viagens pelo Centro e Norte de Itália. Os seus escritos incluem poesia, bem como obras filosóficas e políticas, mas a sua obra-prima é a Divina Comédia, contada entre as obras mais importantes tanto da literatura italiana como internacional. A Comédia, escrita em verso durante o seu exílio e até à sua morte, narra a viagem imaginária de Dante através dos três mundos do além: desde os pecados do Inferno, à expiação do Purgatório e à salvação do Paraíso, perseguindo a salvação para si próprio e para toda a humanidade, que ele indirectamente representa. Durante esta viagem, Dante, guiado pelo poeta latino Virgílio, encontra as almas de dezenas de pessoas relevantes, importantes ou significativas da história e do seu próprio tempo, recriando um quadro vibrante e imortal da sociedade medieval. A Comédia é considerada um poema particularmente inovador devido ao seu tema, que parte das profundezas do Inferno e atinge as alturas do Paraíso, terminando com a visão de Deus, assim como a língua em que está escrita: a língua vulgar, a língua falada em Florença pelo povo da época de Dante. Com esta escolha linguística revolucionária, Dante certificou-se de que o seu poema era universal, para que mesmo as pessoas que não tinham recebido uma educação pudessem potencialmente compreendê-la. Dante foi o primeiro a escrever sobre tais assuntos sagrados usando a língua vulgar em vez do latim, a língua usada pelos intelectuais do seu tempo, uma escolha pela qual Dante será duramente criticado pelos seus contemporâneos. Na Idade Média e até à unidade italiana (alcançada em 1861), o país foi dividido em múltiplos territórios, cada um com o seu próprio vernáculo desenvolvido a partir do latim<sup>1</sup>. O sucesso da Comédia fez com que, a partir do século XIV, a língua vulgar florentina, a língua de Dante, se tornasse um modelo para os escritores. Assim, quando se tratou de escolher uma língua nacional, a língua florentina - apropriadamente modernizada - provou ser a melhor opção, fazendo de Dante o pai da língua italiana.

A Comédia é uma extraordinária viagem através da sociedade medieval, escrita numa época em que Florença se expandia rapidamente, crescendo e estabelecendo-se como uma das cidades mais ricas e mais poderosas de toda a Europa. A paisagem de Florença medieval era caracterizada por casas torre, símbolos de poder e prestígio. Este tipo de

---

<sup>1</sup> Dante explora o assunto numa das suas obras em latim, a *De Vulgari Eloquentia*.

habitação veio para a cidade através das famílias nobres originárias do campo, que, instalando-se na cidade, reintroduziram o modelo de castelo utilizado nas zonas rurais. A torre faz parte de um castelo e como tal tinha um duplo objectivo, tanto ofensivo como defensivo (Fei, 2015). A altura destas estruturas era um símbolo de poder e, dadas as duras e violentas rivalidades entre as famílias florentinas mais poderosas, as casas da torre eram frequentemente construídas em altura, chegando por vezes a atingir os 70-75 metros (quase 250 pés de altura), correndo o risco de colapsos frequentes, por razões estruturais, bem como por demolições impostas em caso de derrota<sup>2</sup>. Em 1250 foi emitida uma ordem que proibia ultrapassar os 29 metros (95 pés) de altura, e como consequência muitas das torres já existentes foram "cortadas". As casas das torres eram geralmente quadradas e cobertas de pedras com pequenas aberturas na fachada, o que as tornava estruturalmente mais sólidas, mas também não eram o local mais saudável para se viver, bem como ferros de várias formas que serviam múltiplos propósitos: desde candelabros e porta-bandeiras até ferros para atar cavalos ou animais de bagagem. A sua disposição interior era extremamente simples, com um quarto em cada andar que era ligado verticalmente por escadas ou escadas de madeira ou por simples cordas que passavam por aberturas nos cofres. Na cave, a comida e o vinho eram normalmente armazenados, no rés-do-chão havia frequentemente um pátio com um poço, um forno e o estábulo, enquanto a sala de estar e a sala de jantar estavam localizadas no primeiro andar. Os quartos situavam-se geralmente nos andares superiores, com o andar mais alto reservado à cozinha com lareira (Mercanti, Straffi, 2003). Entre os exemplos mais interessantes ainda existentes estão a Torre da Castanha (via Dante Alighieri), em vista completa da loggia no terceiro andar do museu, a Torre Acciaiuoli (em Borgo Santi Apostoli), a Torre Baldovinetti (via Por Santa Maria) e a Torre Adimari (via Calzaiuoli). Silvano Fei menciona também um estranho hábito que pode lançar alguma luz sobre a vida e organização urbana da Florença medieval, explicando que, por razões de segurança e de facção, as torres estavam normalmente muito próximas umas das outras, o que lhes permitiu serem ligadas com passagens aéreas chamadas *torrazzi*, cuja estrutura foi inserida nos buracos de encaixe das torres, as quais, tendo servido o seu propósito na sua construção, foram deixadas a descoberto. Esta prática criou grupos de torres frequentemente ligadas por passagens a alturas notáveis (Fei, 2015). As casas das famílias próximas dos clãs mais poderosos rodeavam as suas torres.

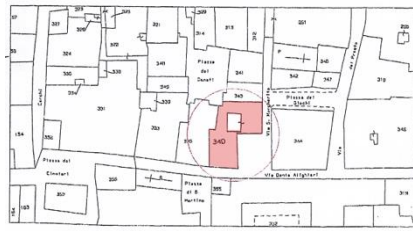
---

<sup>2</sup> Silvano Fei fala também de como foi difícil destruir uma torre e de como a tarefa foi levada a cabo: "Cavaram no fundo da torre que foi depois apoiada com vigas de madeira que foram incendiadas. A torre cairia então completamente e era necessário assegurar-se de que não danificaria, na sua queda, os edifícios próximos". (Fei, 2015, p. 20).

### *O edifício onde se encontra o museu*

O museu encontra-se num edifício reconstruído no início do século XX, projectado pelo arquitecto Giuseppe Castellucci, no mesmo local onde outrora se situavam as casas Alighieri. A sua localização original tinha sido meticulosamente investigada por uma comissão de peritos especialmente nomeada que tinha conseguido localizar a casa do poeta na área virada para a Torre da Castanha através de informações encontradas no Poema de Dante, inquéritos cadastrais, bem como tradições seculares ainda sobreviventes (Fei, 2015). Apesar de não ser original, o edifício representa fielmente a arquitectura transmitida pela memória popular e a estrutura mantém as características típicas de um modo de vida e construção ligado ao mundo social, cultural e económico de Florença do século XIII. Castellucci desenhou um local de estilo medieval dramático onde a casa Alighieri, com paredes cobertas de pietraforte, um telhado inclinado com um poço por baixo e uma torre, tem vista para uma pequena praça, embora a torre fosse provavelmente propriedade da família Giuochi: A família Dante pertencia à nobreza menor e, como tal, não teria sido capaz de possuir uma casa torre (Fei, 2015). A fachada da torre virada para a pequena praça está coberta de pietraforte e apresenta furos de putlock, janelas do primeiro e segundo andares da torre e um busto de bronze de Dante do artista Augusto Rivalta.

O edifício tem quatro andares acima do solo, estruturado em dois volumes com um terceiro actuando como ligação e rodeando um pátio traseiro que não faz parte do museu; o acesso a ambos é concedido por uma escada localizada imediatamente após a entrada que conduz à bilheteira ou ao primeiro andar da torre. A torre tem um sistema de paredes notavelmente espesso e abriga duas salas oficiais no primeiro andar e o escritório da Unione Fiorentina no segundo. O segundo volume, localizado a leste da pequena praça, é dedicado à exposição do museu que consiste em nove salas, mais uma livraria no rés-do-chão. É distribuído por uma segunda escadaria, mais pequena que a primeira, mas melhorada por um acabamento “pietra serena”. Além disso, a disposição vertical é completada por um elevador de vidro situado no pátio, distribuindo os quatro andares. O último andar é caracterizado por uma loggia que oferece vistas panorâmicas da Torre da Castanha e dos principais monumentos do centro antigo da cidade. Por razões de segurança, a loggia foi fechada com ecrãs de vidro (Fei, 2015). Finalmente, o edifício é dotado de uma casa de banho em cada andar: uma casa de banho acessível no rés-do-chão para visitantes deficientes, a casa de banho do pessoal no primeiro andar e outra para visitantes no segundo.



ESTRATTO DI MAPPA DAL FOGLIO 166 - in rapp. 1:1000

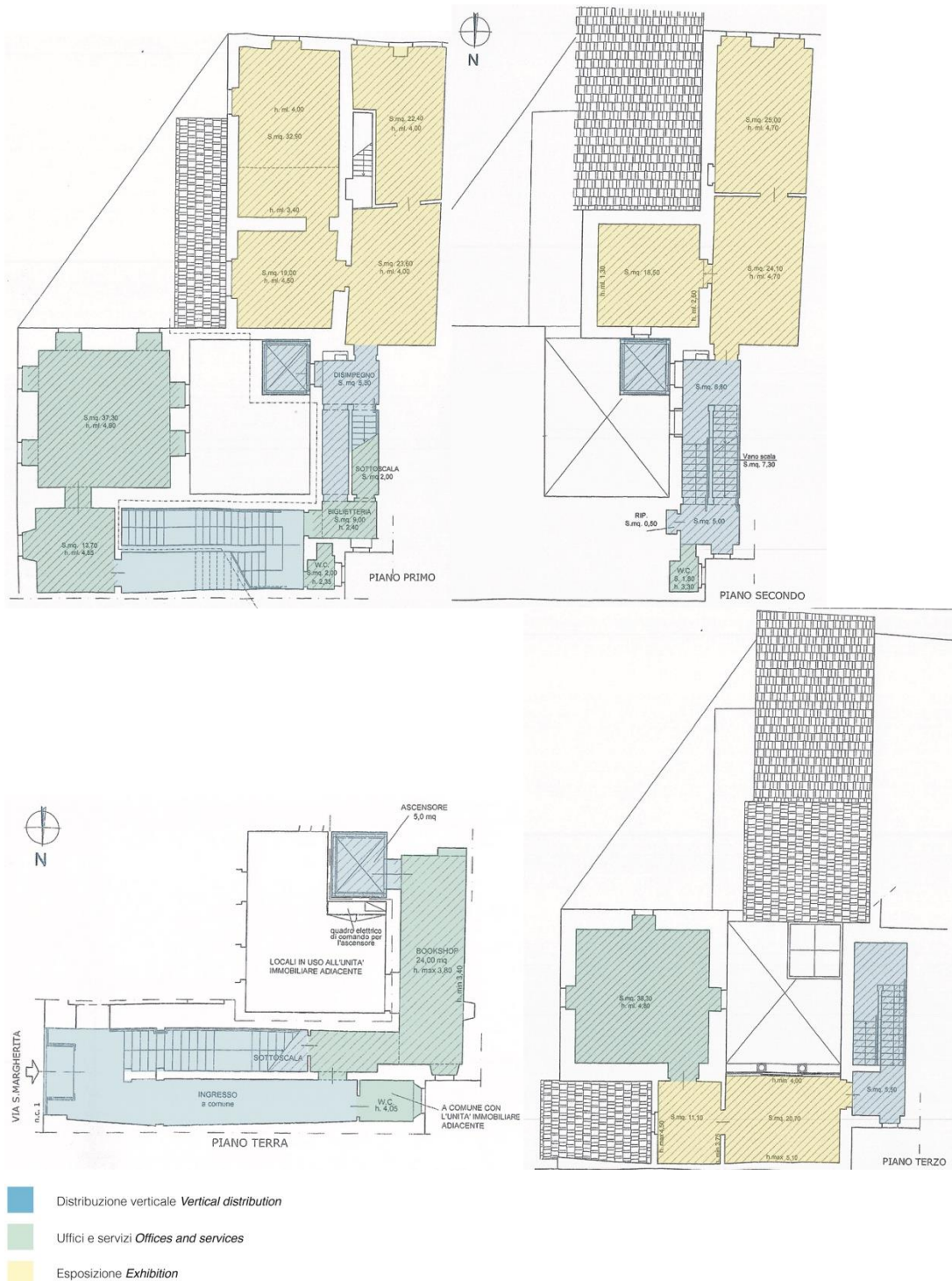


Figura 4: Planta cadastral e plantas do Rés-do-chão, primeiro, segundo e terceiro pisos que destacam as áreas utilizadas como escritórios e serviços, tanto para a exposição quanto para a disposição vertical. Pesquisa do Museo Casa di Dante - Unione Fiorentina, esquemas de Corinna Del Bianco.







Figuras 5 e 6: Vistas da Torre Castanha da Via Dante Alighieri e da galeria no terceiro andar do museu. A torre do Palazzo Vecchio e o elevador de vidro do museu também são visíveis. Fotografias de Corinna Del Bianco.



Figuras 7 e 8: Uma escultura de Greg Wyatt localizada na galeria no terceiro andar e uma vista da escada do segundo andar. Fotografias de Corinna Del Bianco.



Figura 9: Vista parcial do pátio interno e galeria no terceiro andar com a escultura Paradise and Hell de Greg Wyatt, vista do segundo andar. Fotografia de Corinna del Bianco.



Figura 10: Detalhe da escadaria que distribui os pisos do museu, com acabamento tradicional em “pietra serena”.  
Fotografia de Corinna del Bianco.

### ***Missão do Museu***

Nascido de uma associação cultural livre, o museu baseia-se nos valores que também definem a sua missão ligada à popularização do conhecimento da figura de Dante Alighieri, bem como da história e civilização medieval. O edifício em que o museu se encontra é de grande valor do ponto de vista arquitectónico, bem como pela sua função de museu, pois comunica as raízes culturais da cidade tanto aos residentes florentinos como aos turistas. O museu também dá voz a esse património imaterial resultante da cultura de Florença, que, por sua vez, entregou as expressões culturais e arquitectónicas reconhecidas como património mundial. A direcção do museu está, portanto, activamente empenhada no desenvolvimento cultural através da educação e da popularização para salvaguardar e valorizar o património cultural intangível de Florença, que de outra forma estaria em risco de desaparecer para sempre, especialmente devido a um planeamento urbano e políticas que não têm sido capazes de orientar e conter o turismo, alterando inevitável e irreversivelmente a identidade cultural da cidade.

### ***A configuração do Museu***

O museu passou por uma série de mudanças e reorganizações, incluindo uma das mais recentes em 2005, quando o museu foi reorganizado com o apoio da Fundação Romualdo Del Bianco® - Life Beyond Tourism®<sup>3</sup> e a sua iniciativa Be Part of History® com Dante, juntamente com a Fundação “Cassa di Risparmio” de Florença<sup>4</sup>. Depois, em 2008, o museu foi modernizado com novos e extremamente interessantes espaços de exposição, tais como uma nova exposição dedicada à ourivesaria. Além disso, em 2010, o museu adquiriu, através de doações privadas, novos objectos valiosos e originais da Idade Média, narrando o dia-a-dia medieval. Finalmente, em 2020, apesar de muitas dificuldades financeiras e burocráticas, para não mencionar a pandemia de Covid-19, o museu conseguiu completar uma renovação total dos seus espaços expositivos que proporcionaram à estrutura caminhos inovadores e tecnológicos que permitiram uma experiência de visita mais rica e moderna.

---

<sup>3</sup> A Fundação Romualdo Del Bianco - Life Beyond Tourism é o estudo de caso escolhido como exemplo de boas práticas na comunicação do património cultural. Trabalha no sentido de abrir um diálogo entre culturas através do património e das viagens. [www.fondazione-delbianco.org](http://www.fondazione-delbianco.org) and [www.lifebeyondtourism.org](http://www.lifebeyondtourism.org)

<sup>4</sup> A Fundação “Cassa di Risparmio” de Florença é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para o benefício do seu território em cinco áreas de intervenção: 1) protecção e qualidade ambiental, 2) crescimento e formação de jovens, 3) investigação científica, 4) caridade, voluntariado e filantropia, 5) arte e cultura. [www.fondazionecrifirenze.it](http://www.fondazionecrifirenze.it)

## 2. A gestão do museu: a “Unione Fiorentina”

### *A “Unione Fiorentina”*

Como mencionado anteriormente, a gestão do museu é gerida pela Unione Fiorentina, uma associação cultural estabelecida em Florença em 1949, graças à actividade de figuras conhecidas da cultura e das artes italianas. A associação foi fundada num momento histórico particularmente difícil e no entanto vibrante para Florença, que se encontrava em plena reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. O renascimento teve de ser tanto material como intelectual e artístico e havia uma necessidade urgente de uma cultura nacional restaurada com interesses e impulsos culturais recém-descobertos (Gentilini, 1992). A Unione Fiorentina foi assim fundada para unir aqueles que estavam interessados na promoção dos valores sociais, económicos e culturais típicos da cultura florentina, e na promoção da figura de Dante Alighieri. Figuras de renome da cena cultural, tanto florentina como italiana<sup>5</sup>, juntaram-se de imediato à associação com a missão de promover actividades que pudessem contribuir positivamente para a protecção e desenvolvimento das tradições históricas, culturais e artísticas do património imaterial de Florença, familiarizando o mundo com Dante e estimulando a criatividade através de iniciativas capazes de interpretar a cultura contemporânea da cidade desde os primeiros anos de actividade (Gentilini, 1992).

### *Principais actividades do Museu da Casa de Dante - Unione Fiorentina*

A Unione Fiorentina é a associação responsável pelo cuidado, preservação e gestão do Museu da Casa de Dante, garantindo a sua abertura ao público, e sempre organizou actividades que contribuem para a sensibilização da cultura local através de iniciativas educativas, culturais e recreativas envolvendo tanto residentes como viajantes. Ao longo dos anos, por exemplo, tem promovido cursos, seminários, encontros, bolsas de estudo, debates e concursos envolvendo a Cidade de Florença, dando um contributo significativo para o desenvolvimento cultural local. Entre os eventos memoráveis e ilustres concebidos pela Unione Fiorentina estão o curso de palestras no Palazzo Strozzi conhecido como Libera Cattedra di Storia della Civiltà Fiorentina (“Cadeira Livre de História da Civiltà Fiorentina”) (1950-2014), que contou com a participação de personalidades como Eugenio Garin, Paolo Lamanna, Carlo Emilio Gadda, Giovanni Michelucci, Le Corbusier, Giuseppe Ungaretti, Harold Acton, Giorgio De Chirico, Pietro Calamandrei e Carlo Bo; o Premio del Fiorino (“Prémio Florin”) (1950-1977), com um

---

<sup>5</sup> Por exemplo: Francesco Adorno, Piero Bargellini, Primo Conti, Enzo Faraoni, Aldo Palazzeschi, Giovanni Poggi, Vasco Pratolini, Ottone Rosai, Giovanni Spadolini, Geno Pampaloni, Mario Luzi and Giacomo Devoto.

concurso de pintura; a Bienal Internazionale della Grafica d'Arte ("Bienal Internacional de Design Gráfico") (1968-1978); e a celebração da Annuale di Dante ("Aniversário de Dante"), criada em 1959 juntamente com o Comitato per i Luoghi familiari di Dante ("Committee for Dante's family haunts"). Como salienta Gabriella Gentilini, enumerar todos os projectos promovidos pela Unione Fiorentina é impossível, pois sempre foi muito activa na proteção do património artístico e cultural através de várias iniciativas, tanto em Itália como no estrangeiro (Gentilini 1992, p. 37). As actividades continuam até hoje, centrando-se particularmente num museu concebido como um ser vivo, um projecto cultural dinâmico que interage fortemente com comunidades locais e estrangeiras, estabelecendo um diálogo baseado em expressões culturais locais e contribuindo assim para a sua preservação, promoção e comunicação.

### ***Os visitantes do museu***

O museu recebe mais de 80.000 visitantes por ano, o que faz dele o museu menor mais visitado de Florença. Localizado no coração do centro antigo da cidade, o museu está no caminho de muitos viajantes e, como tal, acolhe visitantes de todas as idades e nacionalidades. Além disso, é um destino para muitos grupos escolares de todas as idades e níveis que também podem solicitar actividades educativas específicas concebidas para alunos do ensino básico, médio e secundário (entre 6 e 19 anos), bem como para adultos. Entre estas actividades, algumas das mais bem sucedidas são: Dante e a Idade Média, um jogo educativo em grupo; The Hearty Meal, um workshop de teatro; Culture Pulls Down Walls, um workshop que aborda as migrações e questões de integração e sublinha a importância de compreender e respeitar as diferenças culturais utilizando a viagem de Dante através dos três mundos do além (Inferno, Purgatório e Paraíso) na Divina Comédia como uma oportunidade para a reflexão social. Finalmente, é importante notar que o poeta e a sua obra-prima são uma parte essencial da educação obrigatória no sistema escolar italiano, pelo que o museu apresenta aos professores um ponto de referência para as actividades educativas ligadas ao currículo nacional.

### ***Profissionais essenciais para as actividades diárias***

A Unione Fiorentina é uma organização principalmente voluntária inspirada nos princípios democráticos da Constituição italiana e como tal gere o museu através de um órgão colectivo, o Conselho de Governadores, que opera no terreno através de duas pessoas responsáveis pela coordenação de todas as actividades do museu. As funções dos coordenadores são estabelecidas pelo Conselho de Governadores: um está



mais centrado na coordenação de projectos e actividades culturais, bem como no tratamento das relações externas, tais como a comunicação e relações com os recursos humanos que colaboram com o museu, enquanto o outro gere a administração financeira, incluindo as actividades comerciais e de livraria. A estas duas figuras junta-se uma série de operadores externos:

- os operadores do museu encarregados da bilheteira, da livraria, da bilheteira, das visitas guiadas e das actividades educativas;
- a empresa de limpeza;
- a empresa que se ocupa da manutenção dos sistemas eléctricos, de prevenção de incêndios e de videovigilância;
- a agência responsável por todas as normas de segurança relativas ao edifício e às pessoas que nele se encontram (coordenadores, pessoal e visitantes);
- a cooperativa especializada na gestão de todas as actividades e serviços educativos e turísticos.

A comunicação do museu é gerida directamente pelos coordenadores com a ajuda do pessoal do museu, a colaboração com jornalistas profissionais e a sociedade que se ocupa da presença on-line do museu. Como salienta Tullia Carlino Hautmann na sua entrevista<sup>6</sup> :

*“In Nos últimos anos, o papel do operador do museu mudou significativamente em relação ao tradicional “guardião” ou “assistente do museu”. Tarefas simples como receber visitantes são frequentemente realizadas, como acontece no nosso caso, por pessoas qualificadas com formação universitária e competências especializadas (desde conhecimentos históricos e literários, a competências ligadas à tecnologia e ao desenvolvimento da web 2.0, especialmente dos meios de comunicação social)”*.

Além disso, recordando a sua própria experiência, salienta a importância de um jovem participar activamente na vida cultural local e enfrentar os desafios que esta pode oferecer. Tanto Tullia como Angela souberam da Unione Fiorentina quando eram estudantes universitários, participando em diferentes reuniões e voluntariando-se para a associação. A sua paixão evoluiu naturalmente para uma carreira adequada.

### **Acesso a financiamento**

A gestão do museu envolve vários temas que vão desde as mais pequenas tarefas quotidianas (relativas a visitantes e operadores culturais) até às exigências da

---

<sup>6</sup> A entrevista com os dois coordenadores do Museu, Tullia Carlino Hautmann e Angela Spinella, está incluída no final do artigo.

legislação italiana. O museu é uma instituição privada e, como tal, como afirmou Tullia Carlino na entrevista incluída, goza de maior autonomia na definição de objectivos e na criação de estratégias para os alcançar; ao mesmo tempo, porém, isto impede o museu de aceder aos fundos públicos de que os museus nacionais e municipais beneficiam. Além disso, a questão do acesso aos fundos é ainda mais substancial pelo facto de a legislação italiana ainda não ter desenvolvido um sistema legal orgânico que possa permitir às empresas beneficiar financeiramente de doações para a cultura. A crise económica de 2008 reduziu ainda mais o patrocínio privado. Por conseguinte, as finanças do museu baseiam-se nas receitas da venda de bilhetes e da livraria; a livraria é, de momento, apenas uma loja física dentro do museu mas, a seu tempo, estará também disponível no comércio electrónico. Como consequência, é óbvio que existe apenas uma liberdade financeira limitada que dificulta a tomada de medidas que podem melhorar a experiência dos visitantes, mas que, ao mesmo tempo, são muito dispendiosas. Por exemplo, o museu necessitava de uma nova estrutura, para reorganizar a colecção já existente, de modo a melhorá-la e a actualizar as tecnologias utilizadas na experiência da exposição. Assim, a Direcção mudou para renovar o museu, mas não foi fácil aceder aos fundos necessários para finalizar o projecto e completar as obras. Foram necessários quatro anos e apesar de algumas propostas, não houve investimentos externos e, no final, a direcção resolveu confiar apenas em si própria com uma política de parcimónia cautelosa que tornou o projecto possível. Os trabalhos para a nova instalação começaram entre o final de 2019 e o início de 2020 e deveriam estar concluídos a tempo da reabertura do museu no dia 25 de março, o Dantedì, dia dedicado a Dante. Infelizmente, devido à pandemia de Covid-19, as obras não puderam ser concluídas a tempo e a reabertura teve de ser adiada para 24 de junho de 2020<sup>7</sup>.

O tema da segurança no local de trabalho, no que diz respeito à legislação italiana, é regulado por leis italianas e directivas europeias. Estas leis são extremamente rígidas e destinam-se a proteger tanto os trabalhadores como os visitantes. Mais especificamente, o museu redaccionou um Documento de Avaliação de Riscos (DVR) e um Plano de Emergência e Evacuação (PEE) e assegura a formação contínua do seu pessoal, com cursos periódicos de reciclagem, especialmente em matéria de Primeiros Socorros e Prevenção de Incêndios. Além disso, entre 2002 e 2005, o edifício foi submetido a uma intervenção de reforço estrutural com a remoção de barreiras arquitectónicas, tal como exigido pela legislação italiana. Devido à pandemia de Covid-

---

<sup>7</sup> As fotografias que fazem parte do presente texto foram tiradas no dia da inauguração da nova estrutura do museu.

19, o museu, tal como muitos museus em Itália, permaneceu fechado durante mais de três meses e teve de reorganizar, com o conseqüente aumento das despesas, as vias de visita para manter a social-distância, reduzir as entradas e tomar todas as medidas de saneamento exigidas pela lei italiana para garantir a visita ao museu em total segurança. Tudo isto precisa de ser colocado no contexto florentino que depende significativamente daquela economia gerada pelo turismo que foi completamente travada pela pandemia, resultando em dificuldades financeiras-económicas mesmo a nível de gestão urbana, e assim incapaz de suportar as mais pequenas realidades culturais.

### **3. O novo projecto**

Como foi dito anteriormente, o acesso a fundos para uma renovação completa do museu não tem sido fácil e apenas uma gestão cuidadosa das receitas do museu, principalmente da venda de bilhetes e da livraria, o tornou possível.

O acordo anterior estava desactualizado e o museu corria o risco de perder o interesse e de reduzir as suas possibilidades de melhorar as actividades e a venda de bilhetes. Para este fim, os coordenadores do museu defenderam fortemente um novo projecto de arranjo e trabalharam durante quatro anos para reduzir pequenas e grandes despesas (por exemplo, despesas de gestão diária; ou seja, taxas de consumo; ou mesmo despesas simples, ou seja, novas despesas fixas) trabalhando com um grupo dinâmico capaz de enfrentar múltiplas exigências.

#### ***O conceito***

A fim de garantir uma verdadeira inovação da criação do museu, o novo projecto desenvolveu um conceito que funciona com um novo tipo de narração que, graças a várias soluções tecnológicas, permite a realização de um percurso de visita que oferece diferentes graus de detalhe de acordo com os diferentes visitantes. Cada um dos três andares centra-se num tema diferente: o primeiro andar é inteiramente dedicado a Dante, à sua vida e carreira política, e à Florença dos seus dias, com as suas lutas económicas e políticas; o segundo andar, que inclui também uma reconstrução do quarto de Dante, centra-se na poesia do século XIII, nas obras literárias do poeta e especialmente na sua obra-prima, a Comédia. Finalmente, no terceiro e último andar, o visitante é convidado a mover o seu olhar para o exterior, sobre o terraço ao nível do telhado, e é-lhe fornecida informação adicional de modo a compreender a Florença medieval e o seu legado moderno.

### ***A importância do contexto***

O novo arranjo presta grande atenção ao contexto, atenção que é imediatamente clarificada na entrada do museu, onde a voz de Dante, vinda de um ecrã na parede, convida os visitantes e transeuntes a entrar e a visitar a sua casa. Isto também se aplica ao primeiro andar, onde uma linha do tempo narra os acontecimentos mais importantes da vida de Dante, mas também os acontecimentos históricos mais significativos de Florença, Itália e Europa em geral. A narração centra-se então na Batalha de Campaldino, as guildas e a economia florentina, a política da cidade e o exílio do poeta. O segundo andar chega ao coração da história de Dante, com a sua vida privada e as suas obras literárias e filosóficas. A estreita relação entre o museu e o contexto e paisagem circundantes é ainda mais acentuada com uma visão final abrangente - também graças à Realidade Virtual - e um convite ao visitante para redescobrir Florença com novos olhos graças a novos percursos seguindo os passos do poeta através das ruas da cidade. Assim, a visita não termina dentro do museu, mas continua mesmo uma vez fora do edifício: englobando a área circundante, a casa de Dante torna-se um "museu ampliado" estendendo a experiência da visita ao longo do tempo.

### ***As novas tecnologias***

O arranjo foi completamente renovado com uma narração baseada em tecnologia que inclui ecrãs e ecrãs tácteis, auscultadores de Realidade Virtual, painéis de tecnologia NFC<sup>8</sup>, apresentações de diapositivos, mapeamento de vídeo e filmagens de drones.

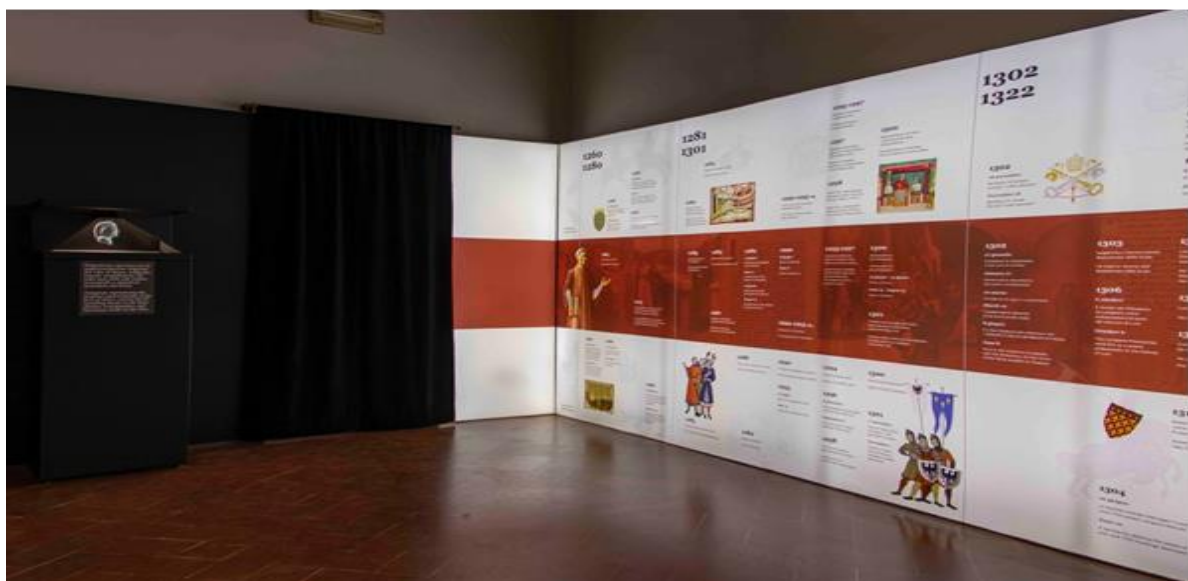


Figura 11: A nova instalação na Sala 1 - Quem era Dante? Fotografia de Corinna Del Bianco.

<sup>8</sup> A tecnologia NFC (Near Field Communication) permite o acesso a conteúdos adicionais através de smartphones e tablets.



Figuras 12, 13 e 14: Visitantes nas salas. Fotografias de Corinna Del Bianco.







Figuras 15, 16 e 17: Detalhes da instalação nas salas 5, 7 e 2. Fotografias de Corinna Del Bianco.

#### 4. Conclusões

A gestão de um museu menor numa cidade altamente baseada no turismo, como Florença, não representa um desafio fácil. O apelo dos grandes museus e do património local, especialmente do património tangível, representa uma ameaça à identidade cultural da cidade, pois correm o risco de se desgastarem e de se perderem. Neste contexto, a visibilidade de um museu menor é esmagada pelos "maiores", mas ao mesmo tempo, tem a oportunidade de dizer algo diferente a um público mais vasto que já se encontra na cidade. O desafio que a direcção do museu decidiu enfrentar é precisamente a necessidade de promover os valores que fazem da identidade cultural florentina um dos seus géneros, e de estabelecer um diálogo entre diferentes culturas, promovendo o respeito pela diversidade. Para tal, é necessário trabalhar com múltiplos tipos de visitantes e encorajar actividades educativas, tanto tradicionais como novas, que exijam a interacção dos visitantes.



Há várias questões relacionadas com a gestão de múltiplos níveis, desde as de longo prazo, gestão de fundos e detecção das necessidades e oportunidades dos visitantes, actividades educativas e culturais, mas também capacidades de marketing e comunicação, bem como acesso a fundos, gestão financeira e implementação de todas as medidas de segurança e acessibilidade, até às tarefas quotidianas, como limpeza e manutenção corrente no escritório.

Tendo em conta a missão do Museu da Casa de Dante, a forma como todos os aspectos de gestão são coordenados representa um sucesso porque, apesar de ser um pequeno museu privado em Florença com todas as dificuldades que as suas circunstâncias implicam, o museu é um excelente exemplo de uma realidade cultural cuidadosamente gerida.



*Entrevista a Tullia Carlino Hautmann e Angela Spinella  
Tullia Carlino Hautmann e Angela Spinella estão encarregues da gestão do  
Museu da Casa de Dante.  
Florença, 27 de maio de 2020*

**P:** A fim de promover uma gestão democrática da associação, a Unione Fiorentina tem um Conselho de Administração encarregado do museu que nomeia duas pessoas encarregadas de coordenar todas as tarefas relacionadas com a gestão. Há quanto tempo é que o senhor e a Angela realizam este trabalho?

**R:** A peculiar gestão do Museu da Casa de Dante está enraizada na sua história e está estritamente relacionada com as origens e fundação do próprio museu. Em 1965, a associação "Unione Fiorentina", uma das maiores associações culturais da época, criou um museu dedicado a Dante dentro da sua casa. A Unione Fiorentina era e continua a ser uma associação essencialmente voluntária que funciona de acordo com os princípios democráticos inspirados pela Constituição da República Italiana. Mesmo com a gestão do Museu da Casa de Dante, a Associação manteve sempre uma actuação em conformidade e, ao contrário da maioria dos museus, a nossa não é gerida por um único director ou pessoa, mas por um organismo colectivo, o Conselho de Governadores, que opera no terreno através de duas pessoas responsáveis pela coordenação de todas as actividades do museu. Os dois coordenadores são Angela e eu, cada um de nós concentrando-se num campo diferente, mas seguindo sempre as directrizes estabelecidas pelo Conselho de Governadores. Eu, Tullia, encarrego-me de coordenar todas as actividades e projectos culturais, relações externas, comunicação, relações com a imprensa e os recursos humanos que colaboram com o museu em diferentes capacidades.

Angela encarrega-se da administração financeira e é responsável pela actividade comercial representada pela livraria que, por enquanto, é apenas uma loja física, mas

que nas intenções de Angela, assim que tivermos os fundos para o fazer, desembarcará na Internet com uma plataforma de comércio electrónico.

Angela e eu fazemos este trabalho há quase dez anos e tem sido uma viagem de crescimento humano e profissional ao mesmo tempo emocionante e exigente. Começámos em 1993 quando, como estudantes universitários, participámos numa conferência organizada pela Unione Fiorentina e ficámos tão impressionados com ela que decidimos aderir. Quase por diversão, começámos a ser voluntários da associação, até que o presidente da Unione Fiorentina da época, o antigo presidente da câmara Luciano Bausi (conhecido como um dos Anjos da Lama durante a inundação do Arno em 1966), nos perguntou carinhosamente se o poderíamos ajudar a reabrir o Museu da Casa de Dante, que estava fechado para renovações desde os anos 80... e foi assim que tudo começou. Esta história não é apenas uma recordação carinhosa: é também um exemplo para todos os jovens de como por vezes uma reunião, assistindo a uma conferência que nos intriga, a vontade de assumir um desafio pode mudar o curso da nossa vida.

**Q:** Quantas pessoas estão envolvidas diariamente no museu e quais são as suas funções profissionais (em suma, desde o serviço de limpeza até à manutenção diária do edifício, passando por aqueles que, por exemplo, cuidam da comunicação do museu, até ao turista)?

**R:** Para além das pessoas envolvidas na direcção e coordenação do museu, como acima mencionado, outras figuras centrais da actividade do museu são: os operadores do museu responsáveis pela bilheteira, livraria, gabinete de reservas, visitas guiadas e actividades educativas; a empresa (externa) de limpeza; a empresa (externa) que se ocupa da manutenção dos sistemas eléctricos, de prevenção de incêndios e de vídeo vigilância; a agência (externa) responsável por todas as normas de segurança relativas ao edifício e às pessoas que nele se encontram (empregados e visitantes).

Quanto à comunicação do museu, sou responsável por ela juntamente com o pessoal interno e, por vezes, com a colaboração de jornalistas profissionais, enquanto existe uma colaboração permanente com a empresa que desenvolveu o nosso website, como é natural com todas as actualizações e implementações técnicas de que frequentemente necessitamos.

Relativamente ao pessoal do museu, sinto que é necessário salientar que o papel do operador do museu mudou significativamente nos últimos anos, em relação ao tradicional "guardião" ou "assistente do museu". Tarefas simples como a de receber

visitantes são frequentemente realizadas, como acontece no nosso caso, por pessoas qualificadas com formação universitária e competências especializadas (desde conhecimentos históricos e literários, a competências ligadas à tecnologia e ao desenvolvimento da web 2.0, especialmente dos meios de comunicação social).

**P:** Qual é o principal público do museu?

**R:** Não temos um público-alvo ou principal audiência. É verdade que o museu também tem uma função educativa, o que o torna bastante visitado por estudantes de todas as idades, mas a importância e a fama, tanto em Itália como no estrangeiro, da figura que celebra, Dante Alighieri, tornam-no apelativo para visitantes de todas as idades e nacionalidades. Os utilizadores do museu são, portanto, transnacionais e intergeracionais. Neste ponto, pensamos ser seguro dizer algo que pode parecer ousado: este museu sempre teve no seu ADN ideias que se tornaram parte das nossas vidas, como a globalização e o turismo de massas, significadas aqui não de uma forma negativa, mas em oposição ao turismo de elite ao estilo do século XIX.

**P:** Quem é o responsável pelas actividades educativas?

**R:** Trabalhamos com uma cooperativa especializada na gestão de todas as actividades e serviços educativos e turísticos.

**P:** Ao longo dos anos, com o museu sendo privado e não gerido publicamente, deve ter enfrentado múltiplos problemas e desafios. Pode dizer-me mais sobre as questões relativas ao acesso aos fundos e ao financiamento?

**R:** De facto. Na verdade, como com qualquer moeda, este também tem duas faces, uma boa e outra a menos. Ser uma organização privada permite mais liberdade na escolha da nossa missão e das estratégias para alcançar os nossos objectivos. Este é o lado positivo, enquanto o lado negativo é que estamos isolados do apoio financeiro público, do qual os museus nacionais e municipais, ao contrário dos nossos, podem beneficiar.

**P:** Em Itália, as leis sobre medidas de segurança e acessibilidade são bastante detalhadas. Quais são as questões mais significativas que teve de enfrentar no que diz respeito a este assunto?

**R:** Desde 1996, a legislação italiana sobre segurança no local de trabalho tornou-se cada vez mais detalhada com leis e regras recebidas, em alguns casos, por directivas europeias. Estas leis são bastante rigorosas e visam garantir a segurança dos trabalhadores e dos utilizadores. Conformamo-nos imediatamente com a nova regulamentação, desde a redação de um Documento de Avaliação de Riscos e de um Plano de Emergência e Evacuação, até à formação do pessoal (em Primeiros Socorros e Prevenção de Incêndios). Além disso, tal formação deve ser regularmente actualizada com cursos de actualização.

**P:** O museu passou pelos seus altos e baixos, mesmo um incêndio que foi seguido de um novo arranjo. Depois, mais recentemente, conseguiu aceder a fundos para uma nova instalação.

**R:** A nova configuração multimédia do museu, que ainda está em curso neste preciso momento, é na verdade um projecto massivo em que temos vindo a trabalhar há anos, porque sabíamos que o nosso museu se tinha tornado datado e que havia uma necessidade urgente de o remodelar para o transformar num museu contemporâneo sem comprometer a sua alma e identidade. Levámos quatro anos a fazê-lo acontecer, não por causa do projecto em si, mas porque encontrámos múltiplas dificuldades no acesso aos fundos necessários. Não deixámos pedra sobre pedra e fizemos múltiplos pedidos à procura de patrocinadores e de fundos, mas apenas recebemos respostas negativas. Por outras palavras, e francamente falando, não recebemos um cêntimo, mas apenas promessas vagas. Contudo, fazendo economias e gerindo cuidadosamente as finanças do museu, poupámos os recursos necessários e hoje, não sem orgulho, podemos dizer que, confiando apenas em nós próprios, temos um museu completamente novo e inovador, um museu que dá a sua contribuição ao nosso património cultural (não apenas em Itália) e representa um enriquecimento extraordinário para a cidade de Dante.

A recusa de apoio financeiro e de patrocinadores deve-se a vários e diferentes factores e seria impossível, e mesmo arrogante, identificá-los a todos. O que certamente fez parte dela foi a crise económica de 2008, que desencorajou drasticamente o mecenato privado, que, com uma atitude compreensivelmente defensiva, perdeu completamente o seu ímpeto e generosidade mesmo quando poderia ter dado origem a grandes e pequenos donativos. Outra razão pode ser que a legislação italiana ainda não tenha desenvolvido um sistema de lei orgânica que permita às empresas beneficiar financeiramente de donativos à cultura. Apesar da chamada lei "Art Bonus", ainda

estamos longe do modelo de caridade bastante comum nos Estados Unidos, Canadá e muito mais.

**P:** A Itália foi paralisada durante mais de dois meses devido à pandemia de Covid-19 e todas as estruturas permaneceram próximas. O campo cultural, incluindo os museus, foi dos últimos a reabrir. Tendo em conta que as receitas do museu estão principalmente ligadas à venda de bilhetes e de livrarias, os danos devem ter sido extensos. Além disso, a pandemia forçou-nos a reorganizar tudo, a encontrar novas formas de trabalhar e a experimentar o nosso património. Quais são as questões que surgiram para reabrir após a pandemia de Covid-19?

**R:** A pandemia de Covid-19 que, infelizmente, ainda não é uma memória, mudou a vida de todos e, como consequência, a vida do nosso património cultural que, neste momento, é mais sobrevivência do que vida. Os danos financeiros têm sido extensos e ainda não são exactamente quantificáveis, em Itália e na maior parte do mundo. No nosso caso particular, estes danos foram ainda mais críticos porque já tínhamos investido todos os fundos economizados ao longo dos anos na nova estrutura que deveria ter sido inaugurada a 25 de março, o primeiro dia nacional dedicado a Dante. O encerramento tinha parado as obras que já estavam em curso e é por isso que, se não houver mais ocorrências inesperadas, o museu reabrirá ao público na última semana de junho, com um atraso de três meses e perdas financeiras notáveis. Além disso, devido à pandemia, a reabertura ao público significa mais despesas para reorganizar o percurso da visita de modo a manter o distanciamento social, reduzir as entradas, medidas de saneamento e tudo o que é exigido pela lei italiana para permitir ao visitante experimentar o museu de uma forma segura e agradável. E não esqueçamos que o turismo recebeu um enorme golpe, uma circunstância que mudou completamente a face de uma cidade baseada no turismo, como Florença. Seja como for, estamos otimistas porque, tal como qualquer outra pandemia da história, esta também passará e o Museu da Casa de Dante, tal como qualquer outro museu do mundo, em breve estará repleto de visitantes sem máscara.

**P:** Qual é a diferença entre o Museu da Casa de Dante e outros museus florentinos?

**R:** É diferente devido às suas peculiaridades e história, mas por mais paradoxal que possa parecer, esta diferença é a razão pela qual o museu é o mesmo ou pelo menos

um irmão de todos os outros museus do mundo: lugares onde podemos contar histórias, mover pessoas, ensinar beleza.

## Bibliografia essencial

Fei, S. (2015) *Casa di Dante - Dante's House, Guida al museo - Museum Guide*, Firenze: Linari Tipolito.

Fondazione Romualdo Del Bianco (2016) *I Siti per il Dialogo. Il Patrimonio per il Dialogo Interculturale con il Viaggio Life Beyond Tourism® (World Heritage Sites for Dialogue)*, Firenze: Masso Delle Fate, livro em 3 linguas: Italiano, Inglês e Russo, ISBN 978-88-6039-383-8

Gentilini, G. (1992) *Storia di una città. Firenze e l'Unione Fiorentina*. Firenze: SP 44 Editore.

Mercanti, L. Straffi, G. (2003) *Le torri di Firenze e del suo territorio*. Firenze: Alinea Editrice

Petrocchi, G. (1994) *La Commedia Secondo l'Antica Vulgata*, Firenze: Le Lettere.

UNESCO (2003) *Convention on Intangible Heritage*  
<https://ich.unesco.org/en/convention>

UNESCO (2005) *Declaration on Cultural Diversity*

### Páginas Web

[www.fondazione-delbianco.org](http://www.fondazione-delbianco.org)

[www.fondazionecrfirenze.it](http://www.fondazionecrfirenze.it)

[www.lifebeyondtourism.org](http://www.lifebeyondtourism.org)

[www.museocasadidante.it](http://www.museocasadidante.it)

Base de dados de construção civil de Florença

[www.palazzospinelli.org/architetture/scheda.asp?offset=90&ID=391](http://www.palazzospinelli.org/architetture/scheda.asp?offset=90&ID=391)



*CASO DE ESTUDO - GESTÃO PORTUGUESA DO PATRIMÓNIO  
CULTURAL*

**A Fundação Côa Parque**

**Desenvolvido por: Cláudia Beato  
Luís Moreira Pinto  
André Mota Veiga**

## Resumo

Este caso de estudo reporta-se ao processo da instituição e da gestão da Fundação Côa Parque, que tem sob a sua competência a gestão maior complexo de arte rupestre paleolítica ao ar livre do mundo.

Em 1998, a arte paleolítica do Vale do Côa foi inscrita na lista de Património Mundial da UNESCO depois de um singular e intrincado processo luta pela preservação de património arqueológico identificado durante trabalhos de minimização de impacto ambiental de um empreendimento hidroeléctrico e respectiva área de afetação.

A Fundação Côa Parque resulta do desenvolvimento dos processos de gestão e dinamização do Parque Arqueológico do Vale do Côa que abarca 20000 hectares, mais de 1300 rochas pintadas e gravadas e o Museu do Vale do Côa, equipamento cultural de e interpretação da arte do Vale do Côa e sede da Fundação.

## Breve enquadramento regional

A Fundação Côa Parque está sediada no concelho de Vila Nova de Foz Côa, no nordeste de Portugal. Inclui quase a totalidade do concelho. Abrange áreas dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Pinhel.

O concelho de Vila Nova de Foz Côa é um território de baixa densidade demográfica, com cerca de 3.300 habitantes dispersos numa área de 61,43 km<sup>2</sup>, fortemente marcada pela orografia e pela pouca diversidade geológica (Baptista, 2009: 34).

A região possui uma rede hidrográfica muito densa, de onde se destacam o rio Douro e rio Côa. O rio Côa é o afluente mais importante da margem esquerda do rio Douro pela dimensão da sua bacia hidrográfica e pelos seus recursos hídricos (Regalo, 2014: 33).

O clima é seco e quente e com baixa pluviosidade anual. Há predominância de numa agricultura tradicionalmente assente em 3 grandes monoculturas - oliveira, amendoeira e vinha - adaptadas a estas exigentes condições climáticas (Rodrigues; Santos: 2011: 104).

## A descoberta das gravuras de arte rupestre, a instituição do Parque Arqueológico do Vale do Côa e os diferentes formatos de gestão

Em 1983, durante a construção da barragem do Pocinho, situado na zona da foz do rio Côa, foram descobertas as primeiras rochas com gravuras rupestres na região, inseridas cronologicamente no período do calcolítico (Rodrigues; Santos: 2011: 104).

Estavam ainda previstas a construção de mais duas barragens, uma delas localizada junto à foz do rio Côa, com intuito de assegurar reservas hídricas para os períodos de maior consumo energético. Nesse processo foi realizado um estudo de impacto ambiental onde foram identificados alguns sítios arqueológicos com arte rupestre (Ibidem, p. 104).

Na construção da barragem do Côa o acompanhamento arqueológico estava a ser efectuado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

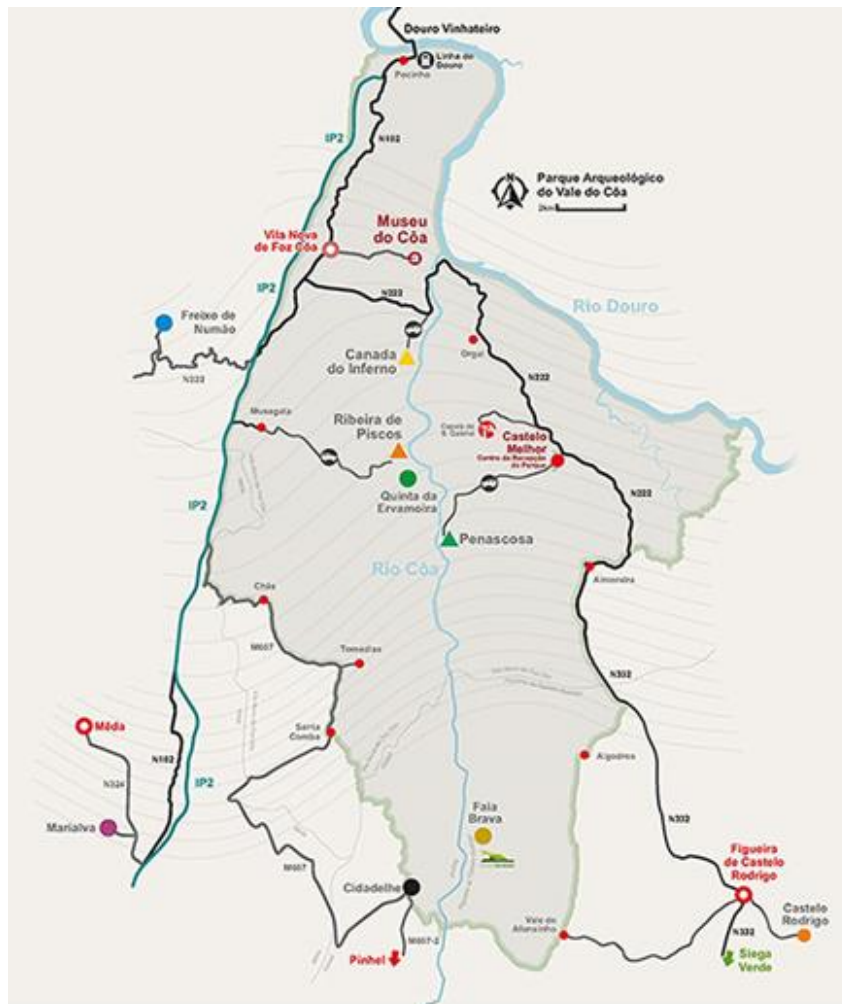


Figura 1 - Mapa do Parque Arqueológico do Vale do Côa

Fonte: Fundação Côa Parque

No final do ano de 1994, a atenção da comunidade internacional começa a convergir para Portugal e para a região de Vila Nova de Foz Côa, com o relato da descoberta de núcleos de arte rupestre pré-histórica, identificadas durante trabalhos arqueológicos de mitigação de impacto patrimonial para a construção de uma barragem no rio Côa e que seriam submersos pela construção desse empreendimento (Figueiredo, 2018: 35).

Foram identificadas as primeiras gravuras cronologicamente associadas ao período paleolítico, na intitulada a rocha I da Canada do Inferno. Com o abaixamento do nível das águas da foz do Côa foram identificados um relevante número de gravuras rupestres do período paleolítico.

Às primeiras gravuras dadas a conhecer ao público era atribuída uma cronologia bastante antiga.

A identificação de outros núcleos levou a que o IPPAR, organismo oficial que tutelava os trabalhos arqueológicos, solicitasse uma peritagem internacional à Unesco, que no final de 1994 envia ao Vale do Côa um dos seus consultores, que enquadrara cronologicamente as gravuras no período do paleolítico. Até quase ao final do século passado, a arte paleolítica era entendida como “uma arte das grutas, mais ou menos profundas” (Baptista, 2006: 114), paradigma que a arte rupestre do Vale do Côa veio alterar completamente.

Em 1995 decorre uma intensa polémica entre os defensores da construção da barragem e os defensores da preservação dos vestígios arqueológicos.

As notícias espalham-se e provocam um intenso debate público na sociedade, causando um aguçado debate em prol da protecção das gravuras. As datações efetuadas aos achados atestam a sua cronologia ao período do paleolítico. O debate intensifica-se e aparece como manchete em órgãos de comunicação nacional e internacional. Multiplicam-se os artigos de opinião, as manifestações públicas e debates na imprensa escrita e em programas da rádio e da televisão.

Acicatam-se as opiniões acerca da preservação das gravuras rupestres e da continuidade da construção da barragem hidroeléctrica. A defender a continuação dos trabalhos de construção da barragem encontrava-se o dono de obra, a autarquia e uma parte da população local e a favor da paragem dos trabalhos e da preservação da arte rupestre estava a comunidade científica, a comunicação social, políticos, e cidadãos de todas as geografias do país.

Decorre uma intensa campanha a favor da preservação dos núcleos de arte rupestre onde converge uma grande parte da sociedade portuguesa e da comunicação social e surge o famoso slogan “as gravuras não sabem nadar”, inspirado numa canção do grupo de rap “Black Company” que era um sucesso comercial nesta época em Portugal.

Diversos especialistas nacionais e internacionais interessaram-se pelos achados, havendo um aumento de prospecções arqueológicas que revelavam cada vez mais complexos de arte rupestre. O período paleolítico centrou os olhares do mundo no caso do vale do Côa.

Alguns dos sítios rupestres são alvo de visita por parte de populares, da comunicação social, de especialistas e de políticos. O Presidente da República faz no início de 1995, uma visita ao vale do Côa, que se transforma numa jornada em prol da defesa das gravuras. O então Presidente, Mário Soares, manifesta a sua opinião na defesa da preservação dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa. Os arqueossítios mais conhecidos e alvo de visitas são, entretanto, confinados com uma vedação metálica por parte do dono de obra (Ibidem: 115).

A nível político há a intenção da continuidade da construção da barragem. Quanto aos achados, sugere-se a criação de um Parque Arqueológico, a remoção das gravuras ou simplesmente a sua submersão, sugestões que formam contestadas por uma plêiade de arqueólogos, face à perda de importantes dados científicos, culturais e ambientais associados às gravuras e à ocupação pré-histórica dessa região, danos que nunca poderiam ser recuperados face à relevância das descobertas.



Figura 2 - Canada do Inferno  
Fonte: Fundação Côa Parque

No concelho de Vila Nova de Foz Côa a população está dividida face aos dividendos de desenvolvimento económicos associados à construção da barragem.

A “batalha do Côa” torna-se no mais singular acontecimento da arqueologia a nível nacional. “O a.C. e o d.C. (de antes de Cristo e depois de Cristo), passou a declinar-se em Portugal como antes do Côa e depois do Côa!” (Idem: 116)

A construção da barragem decorre até 1995 e, com a posse de um novo governo (cujo primeiro-ministro era António Guterres, o actual Secretário-Geral da ONU) é decidida a paragem da construção da barragem e é decretada uma avaliação acerca da importância dos achados.

A salvaguarda deste importante património cultural prevaleceu e os trabalhos de construção da barragem foram suspensos.

É iniciado a delimitação de um modelo de gestão para a preservação e estudo das gravuras e que fomentasse o desenvolvimento económico das comunidades que viviam nesse território. Em 1996, através de uma Resolução do Conselho de Ministros é lançado o programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA) que tinha por objectivo a criação de mecanismos para o desenvolvimento socioeconómico apoiado na educação e no turismo cultural do património pré-histórico e histórico do Vale do Côa.

Para tal é criado, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e um centro de investigação de arte rupestre (Rodrigues; Santos, 2011: 108).

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) é instituído em 1996 e em 1997 é reorganizada a arqueologia portuguesa, com a criação de um organismo de tutela, o Instituto Português de Arqueologia (IPA) e um serviço dependente instalado em Vila Nova de Foz Côa dedicado ao estudo da arte rupestre, o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART). A gestão do PAVC fica a cargo do IPA.

Com a criação do PAVC foi indispensável a concepção de um sistema de gestão para a protecção, conservação e trabalhos associados ao desenvolvimento das comunidades e dos trabalhos arqueológicos a serem realizados neste território (Idem, p. 99).

O governo promoveu a criação do programa de desenvolvimento do Vale do Côa (PROCÔA), com objectivo de desenvolver um modelo de gestão com o objectivo de promover o desenvolvimento da região alavancados pelo património cultural, pela educação e pelo turismo cultural, através da:

- Valorização dos núcleos urbanos e dos centros de dinamização local;
- Dinamização das iniciativas e actividades socioeconómicas;
- Recuperação dos centros rurais;
- Promoção da actividade turística;

- Potencialização da agricultura e da produção agro-alimentar;
- Divulgação de estudos, promoção de acompanhamento técnico e divulgação do programa (Rodrigues; Santos, 2011: 112 adaptado de Pau-Preto, 2008).

As primeiras verbas associadas ao PAVC foram aplicadas na criação e melhoria de infra-estruturas, na criação de uma pousada da juventude e na organização sítios e da sua abertura para visitas, segundo um sistema de marcação e com número restrito de visitas diárias, face aos impactos negativos que a turistificação poderia causar aos sítios arqueológicos.

Numa primeira fase foram disponibilizados 3 núcleos para visitas organizadas pelo PAVC ou por companhias privadas com autorização. As visitas decorrem com o acompanhamento de guias especializados.

Em 1998 a arte rupestre paleolítica do Côa é inscrita na lista de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO e é reconhecida internacionalmente a sua excepcionalidade para a história de Portugal e do Mundo. O processo de reconhecimento do Côa como Património Mundial foi um dos mais rápidos na história da UNESCO (Rodrigues; Santos, 2011: 109).

Nessa altura, o governo português comprometeu-se a construir um Museu dedicado às gravuras rupestres do Vale do Côa.



Figura 2 - Penascosa  
Fonte: Fundação Côa Parque

O Museu do Côa foi inaugurado em 2011 com intuito de preservar e valorizar os vestígios arqueológicos do Parque, ponto de início enquadrador e complementar às visitas guiadas ao Parque Arqueológico.

Em 2011 foi criada a Côa Parque - Fundação para a salvaguarda e valorização do Vale do Côa, que é a entidade gestora do Museu do Côa e da PAVC. Os seus objectivos assentam na gestão do Parque e do Museu. A sua missão incide na protecção, conservação, investigação e divulgação da arte rupestre do Vale do Côa e no fomento de um desenvolvimento socioeconómico sustentável.

## **A inscrição das gravuras de arte rupestre do Vale do Côa na lista de Património da Humanidade**

A integração de um determinado património na classificação de Património da Humanidade, para além das inerentes responsabilidades sobre o património em questão, tem intrínseco o desenvolvimento socioeconómico das comunidades associadas.

Em 2002 foi adoptada a “declaração de Budapeste sobre Património Mundial”, que incidia em quatro objectivos estratégicos, conhecidos como os 4 C’s: Credibilidade, Conservação, desenvolvimento das Capacidades e Comunicação. Em 2007 foi acrescentado um 5º C à declaração no que concerne às Comunidades, colocando-se relevo na importância da participação das comunidades locais na preservação do património mundial (Figueiredo, 2018: 37).

Em 1998, a arte rupestre do Vale do Côa integra a listagem da UNESCO como Património da Humanidade com base nos seguintes critérios:

I) The Upper Paleolithic rock-art of the Côa valley is an outstanding example of the sudden flowering of creative genius at the dawn of human cultural development.

II) The Côa valley rock art throws light on the social, economic, and spiritual life of the early ancestor of humankind in a wholly exceptional manner (Regalo, 2014: 36, a partir do Relatório da 22ª Secção da World Heritage Commission, Kyoto, 1998).

O Vale do Côa, que então integrava 14 núcleos de arte rupestre e dois sítios arqueológicos, foi um dos processos mais rápidos da UNESCO de classificação Património da Humanidade. Em 2010, o parque arqueológico de Siega Verde, em Espanha, é também considerado Património da Humanidade como extensão e complemento do PAVC (Figueiredo, 2020: 99).

É, portanto, desde essa data, um Parque Arqueológico Património da Humanidade que engloba territórios de 2 países.





Figura 4 - Ribeira de Piscos  
Fonte: Fundação Côa Parque

### **A gestão do Parque Arqueológico do Vale do Côa e a Fundação Côa Parque**

PAVC foi instituído em 1996 e teve enquadramento legal no ano seguinte. Do mesmo ano é a instalação do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART). Dependentes do Instituto Português de Arqueologia, ambos tinham sede em Vila Nova de Foz Côa.

A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa instituiu uma área de protecção legal inédita em Portugal face à quantidade e localização dos painéis de arte rupestre. Foram também classificados como Monumentos de Nacional, a categoria de protecção patrimonial mais elevada na legislação portuguesa.

Em 1998 a UNESCO classifica os principais sítios de arte rupestre do Vale do Côa, há altura com 14 núcleos de arte rupestre e 2 sítios arqueológicos (Ibidem: 35) como património da humanidade, estatuto que em 2010 foi concedido também ao sítio arqueológico da Sierra Verde, Espanha, como extensão do Vale do Côa.

Em 2007 o CNART é extinto e os investigadores associados ficaram sob a administração do PAVC.

Com a abertura do Museu do Côa, em 2010, o PAVC, que estava sob a tutela do Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico (IGESPAR) ficará dependente da Fundação Côa/Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, que tem também sob a sua tutela o museu.

A Fundação, instituída em 2011, é uma fundação pública de direito privado com autonomia administrativa e financeira. O seu orçamento anual provém dos sócios fundadores, constituídos por ministérios, organizações públicas e a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

A gestão do Vale do Côa pode ser dividida em quatro períodos:

- Conceptualização e criação de organismos para o estudo e divulgação dos da arte rupestre do Côa;
- Estabilização das estruturas;
- Cortes orçamentais e a extinção de alguns dos organismos;
- Crise financeira que afectou Portugal; debilidade estrangulamento financeiro da Fundação (Ibidem: 36).

A 1ª Fase, compreendida entre 1994 e 1996, incluiu a conceptualização e implantação dos organismos responsáveis pela gestão do Vale do Côa: o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART). As funções do PAVC relacionavam-se com a gestão das visitas aos núcleos de arte rupestre e o CNART com os aspectos relacionados com a investigação científica da arte rupestre.

Numa 2ª Fase, compreendida entre 1997 e 2004, houve substanciais investimentos estatais, mantendo-se o modelo de gestão existente, repartido por várias instituições da tutela e do Ministério da Cultura.

A 3ª Fase, entre 2004 e 2010, deu-se a dissolução do CNART. O PAVC passa a gerir as jazidas arqueológicas do Côa e as questões relacionadas com a investigação científica. A extinção, na mesma época, do Instituto Português de Arqueologia (IPA), provocou um processo de profundas alterações da tutela do Vale do Côa, numa primeira fase para o instituído Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), criado em 2007 e sob a dependência do Ministério da Cultura e, a partir de 2012, para a actual Direcção Geral de Património Cultural (DGPC) que tem por funções, entre outras, a tutela da arqueologia e do património cultural material e imaterial.

A 4ª Fase correspondeu à abertura do Museu do Côa. A partir de 2011 o PAVC e o Museu ficaram sob a dependência e gestão da Fundação Côa Parque.

Ao longo destas quatro fases a gestão do território, das visitas, dos processos de investigação, das funções dos funcionários das instituições e a relação com a comunidade não sofreu alterações substanciais tendo em consideração os graves problemas financeiros que o país atravessava e o estrangulamento financeiro do orçamento da Fundação (Idem: 42).



Figura 3 - Museu do Côa

Fonte: Fundação Côa Parque

A Fundação Côa Parque encontra-se actualmente num período financeiro mais favorável do que o anterior.

A Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, tem como principais objectivos:

- a “salvaguarda, conservação, investigação, divulgação e valorização da arte rupestre e demais património arqueológico, paisagístico e cultural abrangido pela área do PAVC”<sup>9</sup>
- o “desenvolvimento de acções em matéria de valorização, exploração e gestão integrada do património e dos recursos naturais do Vale do Rio Côa, dinamização de actividades culturais, artísticas, turísticas, de lazer, e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social”<sup>10</sup>.
- “gerir o património que lhe seja afecto, através da realização de inventário, da adopção de medidas de protecção, de salvaguarda e de conservação, fomentando a investigação e a divulgação respectivas, sem prejuízo das atribuições legalmente cometidas à administração do património cultural competente;
- “gerir e coordenar o Museu do Côa e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e explorar os recursos complementares.”<sup>11</sup>

A orientação estratégica da Fundação é composta:

“(I) pelo desenvolvimento de actividades científicas e de investigação ligadas ao património cultural e natural da região,

<sup>9</sup> <https://dre.pt/home/-/dre/107535174/details/maximized>.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/279426/details/normal?l=1>; tradução dos autores.

(II) por acções de educação ambiental e de sensibilização de diversos públicos, visando a protecção e valorização dos recursos hídricos, espécies e habitats nela existentes, (III) pelo reforço do aproveitamento das potencialidades turísticas, (IV) pela criação de novas infraestruturas e serviços de apoio ao desenvolvimento económico, propiciando a fixação das populações, o crescimento e a criação de riqueza, com vista a inverter tendências de desertificação e envelhecimento populacional, e (V) por promover, através do conjunto destas vertentes, o reforço da integração e da coesão territorial do projecto e a sua renovada e persistente valorização internacional.”<sup>12</sup>

Em 2017 decorreram alterações nos estatutos da Fundação no sentido de serem adaptados à legislação referente às fundações. Das alterações destaca-se a criação de um Concelho Consultivo constituído por representantes de diversas instituições; as entidades financiadoras foram reformuladas e procedeu-se a um reforço nas acções com o apoio de instituições do ensino superior.

No final de 2020 foi determinado, através de legislação, a elaboração do Programa Especial do Parque Arqueológico (PEPA) do Vale do Côa. Num prazo de 18 meses, a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), em conjunto com a Fundação Côa Parque, vão compor o PEPA do Vale do Côa, com o objectivo de estabelecer “um regime de salvaguarda e valorização do património arqueológico, do território do Parque Arqueológico do Vale do Côa, e a criação dos sistemas indispensáveis ao ordenamento e gestão da área respectiva”.

Entre vários outros objectivos, o programa deverá definir o “sistema de gestão da área do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, identificar e hierarquizar os “principais projectos com impacto na estruturação espacial do território e estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável” e promover o “património arqueológico, cultural, material e imaterial, e paisagístico como âncora do modelo de desenvolvimento sustentável do território”.

O PEPA deve articular-se “com o desenho da paisagem do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alto Douro e Baixo Sabor, num quadro de integração dos valores culturais e arqueológicos do património classificado no Vale do Côa, com o novo modelo de desenvolvimento para os territórios rurais mais vulneráveis, onde se procura desenvolver uma nova economia que valorize a aptidão dos solos, reduza a vulnerabilidade à desertificação e que promova a resiliência ao fogo”.

---

<sup>12</sup> <https://dre.pt/home/-/dre/107535174/details/maximized>, ; tradução dos autores.

O PEPA vai ter uma comissão consultiva composta por quatro representantes da área da Cultura (DGPC, direcções regionais de Cultura do Norte e do Centro, e Fundação Côa Parque), outros quatro da área da Agricultura (Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Instituto do Vinho do Douro e do Porto, direcções regionais de Agricultura e Pescas do Norte e do Centro), três da área do Ambiente e da Acção Climática (Direcção-Geral do Território, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e um da área da Coesão Territorial.

Adicionalmente, incluirá um representante de cada município abrangido, bem como um elemento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e outro da do Centro, para além de um representante das respectivas regiões de turismo.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro também estará representada, da mesma forma que o Laboratório Colaborativo MORE-Montanhas de Investigação.

A comissão consultiva contará ainda com dois representantes associações culturais e sociais ou de desenvolvimento local da região, a designar pela secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural, com um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um do ICOMOS, um da REN e elemento das organizações não-governamentais do ambiente, a nomear pela respectiva confederação nacional.”<sup>13</sup>

A Fundação é actualmente constituída pelo Conselho Directivo, pelo responsável técnico-científico e por funcionários do Museu do Côa e do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A equipa da Fundação inclui cerca 35 funcionários, dois terços compostos pelos guias aos painéis das gravuras e investigadores associados à temática da arte rupestre e um terço composto por funcionários administrativos, de manutenção e outros serviços.

Têm formações e funções diferenciadas: área administrativa, recursos humanos, área financeira, informática, manutenção, limpeza ou gestão do parque automóvel. Os recursos humanos estão organizados em áreas distintas: apresentação ao público, com os guias e os serviços educativos; investigação e conservação, com arqueólogos; políticas territoriais, onde se procura desenvolver e estabilizar regularizar o plano especial de ordenamento do território e gestão de riscos e a da comunicação, que promove e divulga todas as actividades realizadas pela ou com o apoio da Fundação Côa Parque. (Baptista, 2014: 134; Figueiredo, 2020: 113; 2018: 42).

---

<sup>13</sup> DGPDC, a partir do Diário da República n.º 244/2020, Série II de 2020-12-17 e do Despacho n.º 12285/2020.



Figura 6 - Museu do Côa  
Fonte: Museu Côa Parque



Figura 7 - Museu do Côa  
Autores: Beato, C; Moreira Pinto, L; Mota Veiga, A (2020)

Nos últimos anos a Fundação, o PAVC e o Museu foram distinguidos com diversos galardões, fruto do meritório trabalho desenvolvido em áreas distintas:

- 2020 - Prémio Aplicação de Gestão e Multimédia “Experiência de Realidade Aumentada”, e Projecto de Educação e Mediação Cultural, com o projecto “*Serviço de Educação e Mediação Cultural do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa*” atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

- 2020 - Terceiro lugar nos European Cultural Tourism Network Awards subordinados ao tema «Special Interest Tourism development and promotion based on Cultural Heritage»
- 2019 - Prémio Comunicação Online atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM)
- 2018 - 1º lugar do prémio Iberomuseus da Educação, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa
- 2016 - Prémio Vaccea, na categoria de Investigação e Divulgação Científicas, galardão atribuído pelo Centro de Estudios Vacceos "Federico Wattenberg", da Universidade de Valladolid
- 2011 - Prémio Melhor Site, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

## O Museu do Côa

O Museu do Côa foi começado a construir em 2007 segundo o projecto de Tiago Pimentel e Camilo Rebelo. Edifício de arquitectura contemporânea, localiza-se a 2,5 km do centro de Vila Nova de Foz Côa. O imóvel tem quatro pisos e está implantado no topo de uma encosta, na margem esquerda e junto à foz do rio Côa com o Rio Douro, aproveitando um enquadramento paisagístico de rara beleza que integra 2 sítios classificados como Património da Humanidade - as gravuras rupestres do Vale do Côa e a Paisagem do Douro Vinhateiro.

O local e o projecto arquitectónico são impactantes na temática, no pelo enquadramento paisagístico e nas soluções arquitectónicas:

A Arte Rupestre que qualifica de forma única as margens do rio Côa é provavelmente a primeira forma de Land Art da História da Humanidade. Esta condição revelou-se desde logo o motor da construção da ideia do projecto. A Land Art caracteriza-se genericamente de duas formas distintas.

Na primeira a condição de intervenção na paisagem é executada com elementos naturais promovendo continuidade, onde a geometria de carácter abstracto se impõe destacando a intervenção. Na segunda, a estratégia é a de trabalhar um corpo, desenhado especificamente para um lugar promovendo um diálogo íntimo entre artificial/natural e aumentando deste modo a complexidade temática da composição do mesmo.

O território sugere neste caso uma dupla leitura, pois é o suporte natural da paisagem, como se pretende intervir e dialogar, mas é também a consequência da intervenção do homem numa natureza modelada, enfatizando a condição artificial.



Figura 8 - Museu do Côa - Entrada

Fotografia de Pedro Mendonça

No caso do Museu parece ser importante o sentido afirmativo do corpo, que quer na sua leitura de intervenção na paisagem, quer quanto à sua natureza tipológica que deve ser formalizada enquanto massa física, não deixando quaisquer ambiguidades e equívocos quanto à sua localização e conteúdo (...)"

"(...) os temas abordados são diversos, resultando de uma dinâmica de trabalho que procura cruzar factores exteriores, como topografia e acessibilidade, e factores de conteúdo programático.



O desafio de fundir esses factores torna-se explícito no conceito da intervenção - conceber um museu enquanto instalação na paisagem.” (Regalo, 2014: 52, a partir da Memória Descritiva dos Arquitectos Tiago Pimentel e Camilo Rebelo).



Figure 9 - Exposição Permanente do museu.

Autores: Beato, C; Moreira Pinto, L; Mota Veiga, A (2020)

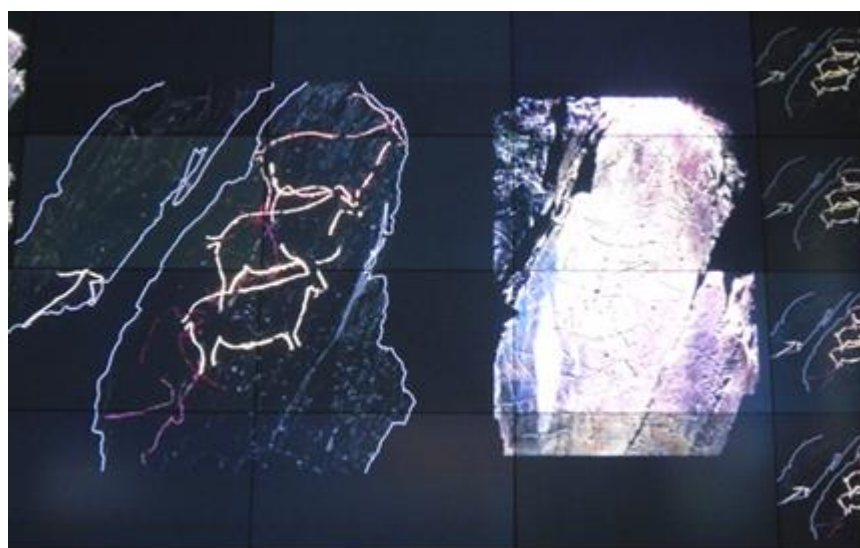


Figura 10 - Museu do Côa - mais imagens da Exposição permanente

Autores: Beato, C; Moreira Pinto, L; Mota Veiga, A (2020)

O projecto de arquitectura foi galardoado com o primeiro lugar na categoria de edifícios públicos na 1.ª edição do Prémio Internacional de Arquitectura de Baku (2013) e com o Prémio de Arquitectura do Douro (2014).

Este equipamento cultural é um museu de arqueologia e de arte. Tem um programa museológico dedicado aos ciclos de arte rupestre do Baixo Côa e Douro superior

português (Baptista, 2009: 119) e funciona como enquadrador da arte rupestre do Vale do Côa (Figueiredo, 2020: 108).

O projecto de museografia foi desenvolvido por investigadores associados ao PAVC (Baptista, 2009: 123). Com um percurso expositivo linear, apresenta 7 salas, 3 dedicadas a contextualização geral e introdução à temática e as restantes dedicadas à arte do Vale do Côa.

Integra a Rede Portuguesa de Museus<sup>14</sup>, um “sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”<sup>15</sup>, “representando um inquestionável símbolo de qualidade, de profissionalismo e de rigor na prática museológica”, promove a valorização de cada museu que a integra e, simultaneamente, sustenta a sua força estratégica no conjunto dos museus que a constituem”<sup>16</sup>

Em 2019 foi apresentada uma reformulação do programa museológico e do discurso expositivo com a integração de dispositivos com tecnologia de realidade aumentada e virtual (Ibidem: 111), conciliando “o rigor científico com a fruição lúdica do conhecimento”<sup>17</sup>. Detém 3 salas para exposições temporárias dedicadas a mostras contemporâneas de pintura, escultura, desenho, fotografia ou gravura, numa feliz união entre a arte do passado e do presente.

O museu tem também ofertas educativas através de oficinas, como a de arqueologia experimental, actividades guiadas e orientadas por técnicos, onde se incluem diversos percursos pedestres a sítios arqueológicos da Pré-História, da Proto-História, do Período Romano e do Período Medieval, numa perspectiva integradora e enquadradora da ocupação do homem neste território.

O edifício tem também zonas para contemplação da paisagem, fruto da sua fantástica implantação e enquadramento paisagístico, auditório, zona de cafeteira e restauração, onde os produtos locais e sazonais são destacados e é a sede da Fundação.

O número de visitantes do Museu e do Parque têm aumentado paulatinamente, de onde se destacam os anos de 2018 e 2019, considerando os constrangimentos financeiros que a Fundação teve até 2017 e as consequentes dificuldades em estimular activamente as actividades no Museu e no Parque.

No ano de 2019 foram registados pela primeira vez os 50000 visitantes (Idem: 113).

---

<sup>14</sup><https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2018/09/Certificado-de-Credenciacao-A7a-83o-da-Rede-Portuguesa-de-Museus.pdf>

<sup>15</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/intros/intro-rede-portuguesa-de-museus-home/>

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> <https://arte-coa.pt/event/inauguracao-da-renovacao-digital-do-museu-do-coa/#>; ; tradução dos autores.

No ano de 2020 houve uma quebra de 20% do número de visitantes em relação ao ano anterior, situação que terá relação directa com a pandemia do Covid-19 e a obrigatoriedade de confinamento durante o primeiro trimestre. Por outro lado, nos meses de julho e agosto houve um aumento de 40% e de 90% no mês de Agosto nas visitas ao Museu e ao PAVC, em comparação com o mesmo período em 2019. Número surpreendente, tendo em consideração as condições sanitárias causadas pela pandemia e atendendo ao facto de o Museu e o PAVC se situarem numa zona de baixa densidade populacional e periférica a nível nacional.<sup>18</sup>

O Museu recebeu, desde a sua abertura, mais de 100000 visitantes. O Museu e o Parque combinados acolheram, desde a abertura, mais de 615000 visitantes.

O Museu é hoje um edifício âncora na promoção e captação turística regional. Beneficia da sua localização perto da fronteira com Espanha e do Parque Arqueológico de Siega Verde.

## **O complexo rupestre do Vale do Côa e o sistema de visitação**

A Arte Rupestre do Côa é constituída por mais de 1.300 rochas gravadas e pintadas, dispersas por cerca de 95 núcleos, cerca de metade dos com gravuras do período paleolítico, datadas entre 30.000 e 12.000 B.P. (Ibidem: 99).

As gravuras pertencem principalmente ao Paleolítico Superior, mas também foram identificadas gravuras do período do Neolítico, da Idade do Ferro, da Idade Média, da Idade Moderna e da Idade Contemporânea

Os sítios visitáveis são três, - Canada do Inferno, Penascosa e Ribeira de Piscos - sempre com o acompanhamento de guias da Fundação Côa Parque ou de operadores privados capacitados pela Fundação, após a frequência de um curso de guias de arte rupestre.

As visitas realizadas aos núcleos de arte rupestre têm início em locais distintos. À Canada do Inferno e à Ribeira de Piscos são realizadas a partir do Museu e a visita ao núcleo da Penascosa são efetuadas a partir do Centro de Recepção de Castelo Melhor. São efetuadas mediante marcação prévia organizadas em grupos de 8 pessoas, transportadas em viaturas todo-o-terreno.

---

<sup>18</sup> Bruno Navarro, Presidente da Fundação Côa Parque, em declarações à agência lusa - <https://www.lusa.pt/article/yHvTAXRcVGMwK5nmfuGhYDMSZM5iuSI1/visitantes-do-museu-e-parque-arqueol%C3%B3gico-do-c%C3%B4a-duplicaram-em-agosto-deste-ano>

A observação da arte rupestre reveste-se de dificuldades. Os sulcos têm a mesma tonalidade da rocha onde as gravuras estão inseridas e as condições da luminosidade são factores tidos em consideração para as visitas.



Figura 11 - Visita guiada  
Fonte: Fundação Côa Parque



Figura 12 - Visita guiada Noturna  
Fonte: Fundação Côa Parque

As visitas para cada sítio são efectuadas de acordo com a hora do dia que apresenta a melhor luminosidade para a observação das gravuras por forma a maximizar a visualização dos painéis. As visitas aos três sítios são efetuadas em diferentes horas do dia: de manhã à Canada do Inferno e a Ribeira de Piscos e à tarde a Penascosa.

Ao sítio da Penascosa são também organizadas visitas nocturnas às gravuras cuja observação é facilitada com o recurso a iluminação artificial.

Para auxiliar o entendimento dos painéis de arte rupestre, já que os motivos são gravados, há a sobreposição de motivos no mesmo painel e existe o desgaste das rochas que suportam as gravações, foram desenvolvidas fichas individuais dos painéis. Cada ficha tem o levantamento gráfico de cada uma das rochas e os motivos gravados estão representados com cores distintas (Ibidem: 107).

Este modelo de visitação é elogiado a nível nacional e internacional como modelo para visitas e para a protecção do património associado (Regalo, 2014: 42).

Foi desenvolvido uma outra forma de visitar os núcleos arte rupestre. Com o recurso a caiaque, os visitantes podem conhecer os diferentes sítios da Canada do Inferno, do Fariseu, da Ribeira de Piscos e de Vale Figueira de uma maneira diferente. Este sistema de visitação tem início às 9h00 e termina às 15h00 e inclui degustação de produtos regionais.

O Parque Arqueológico Vale do Côa e a extensão de Siega Verde albergam, actualmente a maior concentração de arte rupestre ao ar livre do mundo que se traduz num acréscimo em responsabilidades e oportunidades.

Responsabilidade na protecção de uma manifestação artística humana multimilenar, reconhecido pela UNESCO como Património da Humanidade.

A preservação deste insubstituível Património Cultural tem de ser efectuado numa perspectiva holística, partilhada com diferentes intuições, em cooperação com as autoridades espanholas que gerem o Sítio de Siega Verde.

Tais objectivos só podem ser alcançados através trabalhos contínuos, com recurso a equipas pluridisciplinares. Tarefa complexa, se atendermos à dimensão territorial abrangida, ao horizonte histórico alargado do Património Cultural associado, à quantidade de jazidas e painéis de arte rupestre, ao enquadramento paisagístico, às comunidades envolvidas, às estratégias e acções de sensibilização conjunta acerca do património regional e aos trabalhos científicos a executar, que incluem prospecção arqueológica, estudos em diversos âmbitos e monitorização do estado de conservação dos diversos painéis de arte rupestre.

Tal só pode ser alcançado com uma boa gestão em recursos humanos, logística, meios implicados e mediação com as comunidades envolvidas.

Oportunidade que surgem através da perspectiva holística integradora do Património Cultural e do Património Ambiental, para impulsionar um desenvolvimento socioeconómico real e sustentável no território, com capacidade para promover a auto-estima de comunidades e inculcar o sentido de pertença à sua herança patrimonial, haverá capacidade para alcançar as expectativas de diversas comunidades e instituições.

O novo discurso museográfico, com recurso a novas tecnologias de realidade aumentada, o reconhecimento nas áreas da educação, do turismo cultural ou da investigação e divulgação científica, através de prémios e distinções, são indicadores de um bom caminho percorrido, ao abrigo das boas práticas, e na busca de novos públicos no envolvimento no desenvolvimento do turismo cultural regional.



Figura 13 - Paisagem vista desde o Museu do Côa

Autor: Mendonça, P (2019)

As sinergias em projectos com outras instituições, nacionais e internacionais áreas aparentemente distintas, como é o caso da divulgação cultural, da melhoria na mobilidade e na sustentabilidade das visitas ao PAVC, na cooperação em projectos científicos e na capacidade de captação de investimento privado são reveladores de um rumo de futuro, com objectivos que promovam uma maior cooperação entre sectores públicos e privados, com a sociedade civil e com as escolas, numa perspectiva inclusiva.

Bruno Navarro, Presidente da Fundação Côa Parque, em declarações à comunicação social em 26 de outubro de 2019, tem uma perspectiva de esperança e optimismo no desenvolvimento das actividades da Fundação em 2021 pois, apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia, estima um acréscimo nas receitas da Fundação e a participação em “várias candidaturas a programas nacionais e internacionais e o investimento privado nacional e internacional”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup><https://visao.sapo.pt/atualidade/cultura/2020-10-26-fundacao-coa-parque-espera-alcancar-35-me-em-receitas-em-2021/>, tradução dos autores.

## Bibliografia

Baptista, M., (2014), O Vale do Côa - Estudo e gestão de um complexo de sítios de arte rupestre Património Mundial. Cuadernos de Arte Rupestre, 7, 113-135, Murcia.

Figueiredo, S., (2018), Plano de Gestão para o Vale do Côa. Côavisão Cultura e Ciência, nº 20, 35-48, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa.

Figueiredo, S., (2020), Mediação Cultural do Museu e Parque Arqueológico de Foz Côa, Mediação Cultural: Objectos Modelos e Públicos, Património a Norte, nº 5, Direção Regional da Cultura do Norte, Porto.

Pau-Preto, F., (2008), Parque Arqueológico do Vale do Côa, após 12 anos, realidade ou miragem?, Côavisão Cultura e Ciência, nº 10, 63-68, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa.

Regalo, A., (2014), Parque Arqueológico do Vale do Côa e Museu do Côa: Proposta para um novo Modelo de Gestão, Master's Thesis in Management, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico da Guarda, Guarda.

Rodrigues, M., Pereira M., (2011), Parque Arqueológico Vale do Côa - Portugal: Complexo Rupestre e Modelo de Gestão do Patrimônio Cultural, Iniciação Científica, v. 9, n. 1, 98-120, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Santa Catarina.

## Páginas Web

Museu e Parque Arqueológico do Côa in <https://arte-coa.pt/> acedido em junho de 2021.

Direcção-Geral do Património Cultural, in <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>, acedido em maio de 2021.

Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO, in <https://unescoportugal.mne.gov.pt/>, acediso em março de 2021.

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, in <http://www.cm-fozcoa.pt/>, acedido em abril de 2021.



---

# Manual Interdisciplinar de Proteção, Gestão e Comunicação do Patrimônio Cultural

## Volume II GESTÃO

---

Desenvolvido no projecto  
*EduGame: Innovative Educational Tools for Management in Heritage Protection - gamification in didactic process*

Co-financiado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia

Projects Ação-Chave 2: Projetos de Parceria Estratégica

Contract nº 2019-I-PL01-KA203-065842



**Este trabalho tem a atribuição de licença Internacional Criativa Comum - Não Comercial - ShareAlike 4.0.**

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

**CÓPIA GRATUITA**